



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

IAN REQUIÃO DE CASTRO

**SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA EM REDES LOCAIS DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Salvador
2014

IAN REQUIÃO DE CASTRO

**SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA EM REDES LOCAIS DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Dissertação apresentada à Escola de Administração da
Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial
para a conclusão do mestrado em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Genauto de Carvalho França Filho

Salvador
2014

Escola de Administração - UFBA

C355 Castro, Ian Requião de.
Sustentabilidade ecológica em redes locais de economia solidária / Ian
Requião de Castro. – 2015.
160 f.

Orientador: Prof. Dr. Genauto de Carvalho França Filho.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de
Administração, Salvador, 2015.

1. Economia solidária – Bahia. 2. Sustentabilidade e meio ambiente -
Bahia. 3. Desenvolvimento sustentável – Bahia. I. Universidade Federal da
Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD 306.3

IAN REQUIÃO DE CASTRO

**SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA EM REDES LOCAIS DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração, Escola de Administração, da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 31 de julho de 2014.

Prof^o. Dr. Genauto de Carvalho França Filho – Orientador
Doutor em Sociologia pelo Université Paris Diderot, França
Professor Associado da Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof^a. Dra. Débora de Lima Nunes Sales – Examinador 2
Doutora em Urbanisme et Aménagement pela Université Paris-Est Créteil Val-de-Marne –
França.
Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Prof^a. Dra. Maria Suzana de Souza Moura – Examinador 3
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
Professora Associada da Universidade Federal da Bahia - UFBA

A Deus, pela iluminação concedida.

A meus pais, que sempre me deram clareza para trilhar os caminhos da vida.

A meus irmãos, que me ajudam a perceber a beleza e o espinho nas flores.

A minha mulher, por seu amor e força em meus dias.

A todos os meus amigos, por cada um estimular um pouco do que sou hoje.

AGRADECIMENTOS

Aos companheiros das redes locais de Matarandiba e Santa Luzia pela riqueza de nossa vivência compartilhada.

Àqueles que me mostraram a beleza dos resultados alcançados ao desenvolver a agroecologia e permacultura em diferentes situações.

A Maria Suzana, professora querida, por todo seu cuidado e prazer em conceber essa pesquisa.

Ao professor Genauto, por ser uma referência em minha vivência na economia solidária, sempre cuidadoso e e sua condição de .

Aos companheiros da ITES/UFBA e do BanSol, que participam da minha formação profissional e pessoal.

A todas as pessoas que desejam um mundo mais harmonioso.

Tempo rei, ó, tempo rei, ó, tempo rei
Transformai as velhas formas do viver.

(Gilberto Gil)

CASTRO, I. R. **Sustentabilidade Ecológica em Redes Locais de Economia Solidária.** Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RESUMO

A degradação das condições de vida humana em sociedade se aprofundou a partir do final do século XX, em grande parte, fruto do desenvolvimento de um modelo socioeconômico rígido, fragmentado e linear, em constante conflito com o fluxo da vida na Terra. Diante da necessidade de novas estratégias que respondam a este problema, o presente estudo aponta um caminho de análise das Redes Locais de Economia Solidária (RLES) à luz de princípios de sustentabilidade dos ecossistemas—Redes, Interdependência, Sistemas Aninhados, Cooperação, Ciclos, Diversidade, Fluxo, Desenvolvimento e Equilíbrio Dinâmico. Para apresentar um modelo de análise que aproxime a sustentabilidade dos ecossistemas às RLES, esta pesquisa apresenta uma discussão que articula estudos de importantes autores acerca da Economia Solidária e Redes Locais, como Genauto França e Paul Singer, Bill Mollison e Viktor Schaubergger que pesquisam a relação humana com os ecossistemas, Kirkpatrick Sale e sua produção em torno do Biorregionalismo, e ainda, Leonardo Boff e Fritjof Capra cujos trabalhos têm integrado os temas da Sustentabilidade e Ecologia. Como caso empírico, volta-se o olhar para a Rede EcosMar, que se desenvolve em Matarandiba, município de Vera Cruz/BA, a partir do apoio da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da Universidade Federal da Bahia. Essa iniciativa de RLES tem proposto e desenvolvido atividades que evidenciam a presença dos princípios analisados. Sua própria estrutura em rede, as relações de cooperação, a diversidade de lógicas de atuação e sua orientação para o desenvolvimento das condições de vida em Matarandiba permite entender a Rede EcosMar como uma iniciativa que envolve, de maneira ampliada, a relação do ser humano com a natureza. A partir da integração da discussão teórica e a realidade observada, entende-se que para alcançar a Sustentabilidade Ecológica em RLES é preciso pensar formas de organizações humanas também vivas, que possuam diversidade de princípios econômicos em suas práticas multidimensionais. Como também, que se articulem em diferentes níveis através de múltiplos vínculos cooperativos, visando sempre fortalecer a dinâmica cíclica da cadeia de produção-consumo local através da utilização de tecnologias ecológicas. Além disto, para que uma RLES esteja integrada aos ecossistemas, é fundamental que seus componentes participem e organizem regulares processos educativos que fortaleçam e transformem seus limites de identidade e da rede como um todo. Utilizando-se da arte e do diálogo como instrumento de reconhecimento da realidade vivida e o surgimento criativo de respostas aos problemas enfrentados em sua dinâmica evolutiva.

Palavras-chave: Redes Locais de Economia Solidária. Sustentabilidade Ecológica. Economia Solidária. Sustentabilidade.

CASTRO, I. R. Sustentabilidade Ecológica em Redes Locais de Economia Solidária.
Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

ABSTRACT

The degradation of the conditions of human life in society began deepening from the late twentieth century, largely as a result of the development of a rigid socioeconomic model, fragmented and linear, in constant conflict with the flow of life on Earth. Given the need for new strategies that respond to this problem, this study moves towards an analysis of Local Networks of Solidarity Economy (LNSE) in light of the principles of sustainability of ecosystems: Networks, Interdependence, Nested Systems, Cooperation, Cycles, Diversity, Flow, Development and Dynamic Equilibrium. In order to offer a model of analysis that brings ecosystem sustainability together with LNSE, this research presents a discussion that integrates studies of important Solidarity Economy and LNSE authors, such as Genauto França Filho and Paul Singer, Bill Mollison and Viktor Schaubergger who research ecosystems, Kirkpatrick Sale's work on Bioregionalism, as well as Leonardo Boff e Fritjof Capra whose works have articulated the themes of Sustainability and Ecology. The case study analyzed in this piece is the EcosMar Network, which is being developed in Matarandiba in the municipality of Vera Cruz / BA, from the support of the Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial of the Federal University of Bahia. This LNSE initiative has developed proposals and activities that demonstrate the principles being analyzed, such as its own network structure, relations of cooperation, diversity of performance logics, and guidance for the development of living conditions in Matarandiba, allowing the project to be understood as a proposal involving more comprehensively the relations between human beings and nature. Through the integration of theoretical discussion and observed reality, this study finds that in order to achieve ecological sustainability in LNSE, it is necessary to think of local forms of human organizations as living things that engage diverse economic principles through their multidimensional practices. As well as articulating themselves on different levels through cooperative multiple bonds aiming to strengthen the cyclical dynamic of local production-consumption chains through the use of ecological technologies. In addition, for a LNSE to develop as a living being, it is essential that its components participate and organize regular educational processes that empower and transform boundaries of identity and of the network as a whole, making use of art and dialogue as instruments of recognizing lived reality and the creative emergence of responses to the problems faced in their evolutionary dynamics.

Keywords: Local Networks of Solidarity Economy. Ecological Sustainability. Solidarity Economy. Sustainability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Interação entre princípios de um mesmo campo de análise	94
Figura 1 – Localização de Matarandiba, município de Vera Cruz/BA.	95
Figura 2 – Rede EcosMar.	96
Figura 3 – As ilustrações mostram uma figura sonora simples tomando forma sob a ação de osciladores de cristal (efeito piezoelétrico). Plataformas de aço 31 x 31 cm. Espessura de 0,5 mm. Frequência 7560 cps. O material espalhado sobre a placa é areia calcinada para sua purificação	120
Figura 4 – Movimento criativo formativo de acordo com Viktor Schauberger	133
Figura 5 – “O vórtice planetário. Os movimentos dos planetas interiores visualizada durante um período de ciclo de saturno cheio de 29,46 anos” (COATS, 1996. p. 57).	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASCOMA	Associação Comunitária de Matarandiba
ASCOMAT	Associação Sócio Cultural de Matarandiba
BCD	Banco Comunitário de Desenvolvimento
BCDI	Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar
CCM	Comunitário de Matarandiba
EcoSol	Economia Solidária
FDCM	Fórum de Desenvolvimento Comunitário de Matarandiba
IPCC/ONU	Painel Intergovernamental Sobre Mudança Climática, da Organização das Nações Unidas
INFOMAR	Infocentro Comunitário de Matarandiba
ITES/UFBA	Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia
Rede EcosMar	Rede Local de Economia Solidária em Matarandiba
RLES	Redes Locais de Economia Solidária
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 METODOLOGIA	17
2 O DISTANCIAMENTO ENTRE HUMANOS E DESTES COM A NATUREZA: PISTAS PARA A SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA	20
2.1 ESTADO SELVAGEM	22
2.2 BARBÁRIE	24
2.2.1 Um duplo nascimento: mercado e Estado	35
2.3 CIVILIZAÇÃO	40
2.3.1 O período feudal	41
2.3.2 A despersonalização em direção ao seu extremo	42
3 A SUSTENTABILIDADE NO DESENVOLVIMENTO	48
3.1 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	48
3.2 UM OLHAR SOBRE O FAZER ECONOMIA	52
3.2.1 Uma definição formalista de economia	53
3.2.2 Um entendimento substantivo de economia	54
3.2.3 Formas de integração e estruturas de apoio	56
3.2.3.1 <i>Redistribuição e centralidade</i>	56
3.2.3.2 <i>Troca e mercados</i>	57
3.2.3.3 <i>Reciprocidade e simetria</i>	57
3.2.3 A produção de riqueza na economia	59
3.3 ECOLOGIA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	66
3.3.1 A integração ser humano e Natureza	66
3.3.2 Uma abordagem para a Sustentabilidade Ecológica	71
3.3.2.1 <i>Princípios de Organização dos Ecossistemas</i>	73
3.3.2.1.1 <i>Redes</i>	73
3.3.2.1.2 <i>Sistemas Aninhados</i>	74
3.3.2.1.3 <i>Diversidade</i>	74
3.3.2.1.4 <i>Cooperação</i>	75
3.3.2.1.5 <i>Interdependência</i>	76
3.3.2.1.6 <i>Fluxo</i>	76
3.3.2.1.7 <i>Ciclos</i>	76
3.3.2.1.8 <i>Equilíbrio Dinâmico</i>	77
3.3.2.1.9 <i>Desenvolvimento</i>	78
4 REDE LOCAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO	80
4.1 ENTENDENDO O FENÔMENO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	80
4.2 REDE LOCAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	86
4.3 INCUBAÇÃO DE REDES LOCAIS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA BAHIA	90
5 UMA POSSÍVEL INTEGRAÇÃO: SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA NA REDE ECOSMAR	93
5.1 MODELO DE ANÁLISE	93
5.2 A REDE ECOSMAR	95
5.3 A SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA NA REDE ECOSMAR	97
5.3.1 A Diversidade dos componentes da Rede EcosMar	98
5.3.1.1 <i>Associação Comunitária de Matarandiba (ASCOMA)</i>	100
5.3.1.2 <i>Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar (BCDI)</i>	104
5.3.1.3 <i>Associação Sócio Cultural de Matarandiba (ASCOMAT)</i>	105

5.3.1.4 Infocentro Comunitário de Matarandiba (INFOMAR)	106
5.3.1.5 Produção Agroecológica de Alimentos.....	106
5.3.1.6 Ostricultura	107
5.3.1.7 ViverTur	108
5.3.2 A Forma De Organização da Rede EcosMar e Seus Vínculos Cooperativos	110
5.3.2.1 Vínculos cooperativos com o ecossistema	115
5.3.2.2 Vínculos cooperativos com a comunidade e entre os componentes da rede	116
5.3.2.3 Vínculos cooperativos com outras formas de organização social fora do território	117
5.3.3 Equilíbrio Dinâmico e Desenvolvimento: A geração da Vida.....	119
5.3.4.1 O diálogo e a arte como instrumento de transformação	125
5.3.4 A integração dos fluxos: os ciclos locais	131
5.3.4.1 A produção e o consumo local.....	136
5.3.4.2 Redução e reaproveitamento de recursos descartados.....	141
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	144

1 INTRODUÇÃO

A motivação para o desenvolvimento deste estudo surge, principalmente, ao perceber o potencial das inovadoras experiências de Redes Locais de Economia Solidária (RLES) para o desenvolvimento das condições de vida em um território, sobretudo quando associadas a práticas ecológicas¹. Governos, empresas e diferentes grupos no mundo se reúnem para debater alternativas para a degradação ambiental e mudanças climáticas. A sustentabilidade torna-se um tema recorrente na agenda mundial. Mesmo com a disponibilidade de informações sobre os efeitos nocivos da desestruturação dos ecossistemas, muito ainda precisa avançar para a implantação de iniciativas organizadas por um entendimento de sustentabilidade que integra, de maneira profunda, seres humanos e natureza.

O desenvolvimento da sociedade moderna foi decisivamente influenciado pelo sucesso da ciência nos séculos XVII e XVIII, que, sobretudo através de uma visão newtoniana do mundo como uma máquina, estabeleceu a primazia de novos conhecimentos, orientados por uma visão individualista, cartesiana e linear (ABDALLA, 2002; CAPRA, 1999; BOFF, 2010). Este entendimento é a base do atual modelo socioeconômico, que se impôs, conforme será visto, a outras formas mais antigas de organização social, como as sociedades pré-colombianas, indígenas e tribais, que possuíam na base de sua sustentabilidade uma íntima relação de integração com a natureza, causando transformações significativas na relação entre os humanos e destes com os ecossistemas.

A grande firma industrial e a tecnologia tornam-se instrumentos que garantem maior exploração dos recursos naturais e trabalho humano, e para muitos, essenciais e justificáveis para o “crescimento econômico” de um país. Esse modo de produção não surgiu com um passe de mágica, mas foi moldado durante séculos e reafirmado socialmente, pois, de acordo com a concepção materialista, “o factor decisivo na história é, em última instância, a produção e reprodução da vida imediata” (ENGELS, 1974, p. 8). Esse processo foi aprofundado na sociedade contemporânea, torna-se globalizado e hegemônico, em especial no final do século XX, promovendo o acirramento dos processos de desmatamento de florestas, destruição da fauna, extração indevida de minérios, poluição do ar, solo e todo o sistema hídrico (rios, lençóis freáticos e oceanos).

¹ Esta dissertação surge com a intenção de aprofundar o trabalho desenvolvido na monografia de conclusão de curso, pela Escola de Administração da UFBA, em que foi realizada uma aproximação da teoria da sustentabilidade ecológica com a experiência da Rede EcosMar. Este interesse é

De acordo com a Carta da Terra (2010²), documento elaborado por integrantes de diferentes povos no mundo, os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental e arruinando comunidades humanas. Povos tradicionais estão sendo expulsos de territórios que os sustentaram por gerações inteiras³, seja por imposição da força econômica de uma empresa, ou pela própria degradação social, cultural e ambiental em que estão imersas estas comunidades (ROCHA; SANTANA FILHO, 2009). Estes fatores são responsáveis pelo deslocamento de cerca de 200 mil pessoas por dia com destino aos grandes centros urbanos (HISTÓRIA DAS COISAS, 2010), que também não apresentam condições adequadas de reprodução da vida.

O tema da sustentabilidade vem sendo difundido depois da conclusão do IV relatório de IPCC/ONU⁴ sobre mudanças climáticas, que sinaliza a necessidade de mudança dos padrões de produção e consumo para preservação da vida humana. Este relatório vem mostrar que o “desenvolvimento” econômico está exatamente comprometendo as gerações futuras. Se nada for feito, a vida como a conhecemos hoje, se tornará praticamente impossível (BOFF, 2010b). Não se tem, ainda, um entendimento comum acerca de quais características e processos precisam ser realizados em organizações e sistemas sustentáveis, o que torna possível a utilização do termo “sustentabilidade” para qualificar uma variedade enorme de iniciativas, sem comprometimento com uma estratégia global de sociedade que promova a vida.

De acordo com Ignacy Sachs (2008), os cinco pilares para o desenvolvimento sustentável são: Social, Ambiental, Territorial, Econômico e Político. Esta forma de estruturar o conhecimento a partir das dimensões propostas por Sachs tem origem antiga e foi utilizada por diversos estudiosos, em diversas áreas do conhecimento, e com abordagens diferenciadas. É tentador utilizar-se novamente essa formatação, que possibilita estruturar propostas de organização humana, de maneira clara, mesmo quando integradas aos sistemas naturais. Entretanto, não é essa a escolha desta pesquisa. Pois esta busca se aproximar de um paradigma que envolva de forma integral a relação do humano com a natureza.

Fritjof Capra (2002, 2006) é um estudioso que busca uma alternativa para o

² A Carta da Terra foi um documento escrito durante mais de dez anos (desde 1997) com o envolvimento de representantes de trinta e cinco (35). Com a intenção de promover uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica, a Carta da Terra conta hoje com a adesão de mais de 4.500 organizações.

³ Também reconhecido como práticas de racismo ambiental, que em geral estão relacionados a grandes estruturas econômicas que “tem sido agente destruidor de culturas e do patrimônio humano” (ROCHA; SANTANA FILHO, 2009, p. 36).

⁴ Painel Intergovernamental Sobre Mudança Climática, da Organização das Nações Unidas.

planejamento de sistemas humanos integrados aos sistemas ecológicos, principalmente ao propor pesquisas a partir da Sustentabilidade Ecológica. De acordo com este autor, isto significa orientar a análise da sustentabilidade de qualquer organização ou sistema pelos mesmos princípios de organização dos sistemas vivos, como redes, ciclos, cooperação, diversidade e equilíbrio dinâmico. A ideia de pensar formas de organização humana baseadas em princípios de organização dos ecossistemas possibilita, de um lado, por se tratar de princípios, que organizações e processos respeitem especificidades e características de cada realidade. Por outro lado, ao tratar de princípios dos ecossistemas, supõe-se que, respeitando essa lógica, qualquer sistema humano que se organize assim, estaria integrado aos ecossistemas naturais.

As iniciativas de redes locais de economia solidária apresentam condições de buscar alternativas para o desenvolvimento de comunidades humanas, e possuem algumas características presentes nos ecossistemas, quais sejam: a forma de organização em rede; a cooperação como princípio orientador das relações; e a diversidade de práticas e lógicas de atuação. Este estudo busca, então, identificar as possibilidades de integração dos princípios dos ecossistemas no âmbito das Redes Locais de Economia Solidária enquanto estratégia para o desenvolvimento de comunidades humanas sustentáveis. Como campo empírico desta proposta, a escolha recai na experiência da Rede de Economia Solidária em Matarandiba – Rede EcosMar, situada no município de Vera Cruz/Bahia, fomentada pela Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (ITES/UFBA)⁵.

Em virtude disto, o presente estudo busca responder à seguinte questão: Como analisar as práticas organizacionais da Rede de Economia Solidária em Matarandiba a luz dos princípios de sustentabilidade dos ecossistemas?

Para tanto, seu objetivo principal é identificar a presença dos princípios de sustentabilidade dos ecossistemas no âmbito da Rede Local de Economia Solidária em Matarandiba/BA. Tal objetivo se desdobra em três objetivos específicos, a saber: a) Adequar a abordagem de Sustentabilidade Ecológica às Redes Locais de Economia Solidária; b) Elaborar modelo de análise de Sustentabilidade Ecológica voltados a realidade das Redes Locais de Economia Solidária; e c) Identificar a presença de princípios de sustentabilidade

⁵ A ITES/UFBA é um programa de extensão criado na Escola de Administração da UFBA em 2005, como resultado do acúmulo de pesquisas já desenvolvidas sobre o tema da Economia Solidária, através especialmente dos trabalhos do Prof. Genauto Carvalho de França Filho, atual coordenador da Incubadora. A ITES/UFBA vem se especializando na incubação de Redes Locais de Economia Solidária (RLES) como estratégia de promoção do desenvolvimento local de forma sustentável.

dos ecossistemas nas práticas propostas e realizadas no âmbito da Rede EcosMar.

Considerando que existem imensas dificuldades em propor e realizar iniciativas que levem ao desenvolvimento sustentável de territórios, destaca-se a pertinência deste estudo, sobretudo a partir de três motivos elencados a seguir.

Primeiramente, o campo da administração possui incipientes pesquisas que trabalham o processo de gestão em uma organização ou sistema a partir da perspectiva dos ecossistema, a Natureza. O presente trabalho busca contribuir com este campo ao evidenciar a presença de princípios de sustentabilidade de ecossistemas enquanto elementos transversais nas práticas organizacionais.

Ainda uma segunda contribuição, agora ao campo da Economia Solidária, pois a dimensão ambiental da gestão organizacional dessas iniciativas, de maneira geral, tem sido abordada de forma superficial e pontual, sendo mais voltada a redução no uso de recursos e seus efeitos poluidores. O salto deste estudo é criar condições de se pensar a dimensão ambiental enquanto elemento integrado às dimensões econômica, social e política, evidenciando sua contribuição fundamental para desenvolver estas iniciativas.

E finalmente, o presente trabalho trará uma terceira contribuição, agora para as práticas de desenvolvimento comunitário, através da formulação de um novo modelo de análise para o desenvolvimento e monitoramento de projetos. Então, espera-se criar condições de pensar e praticar ações de sustentabilidade ecológica em Redes Locais de Economia Solidária, reafirmando sua importância para a reorganização das economias locais e promoção da qualidade de vida das populações.

Mesmo com as contribuições esperadas, sabe-se das limitações desta pesquisa, que não possui condições de definir diretrizes ou metodologias consistentes para desenvolvimento sustentável de território. No entanto, torna-se possível trazer novos aportes para pensar essas práticas, sobretudo ao relacionar os temas de Redes Locais de Economia Solidária e Sustentabilidade Ecológica, auxiliando na construção de alternativas para a promoção de comunidades sustentáveis.

Parte-se para isso, de 3 (três) pressupostos fundamentais que dão suporte ao trabalho: Verifica-se um distanciamento significativo da dimensão ecológica da vida em relação às formas de organização social de maneira geral e às experiências de economia solidária em particular (BOFF, 2000, 2005; CAPRA 1999, 2002); A criação de RLES apresenta-se como estratégia possível para reorganizar as relações em comunidades através de sua capacidade de

articular uma dinâmica associativa local, com atuação em processos que abrangem todo território (FRANÇA FIHO; CUNHA, 2009a); As diversas práticas ecológicas apresentam-se como elementos fundamentais para reorganizar o desenvolvimento sustentável em comunidades, sobretudo por serem tecnologias simples de fácil apropriação por parte do usuário comum; utilizam-se de recursos naturais, locais ou reutilizam materiais descartados; possibilitam processos de transformação de resíduos em insumos; garantem a produção de alimentos, a construção completa de habitação e o saneamento (MOLLISON, 1988; HANZI, 2003; LEGAN, 2004; MORROW, 2010).

1.1 METODOLOGIA

Esta pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, o que possibilita percepções e significados sutis sobre técnicas e formas de organização humana, através de uma visão ampla da vida em sociedade e uma interpretação atenciosa da realidade estudada.

Este estudo tem caráter propositivo, e utiliza-se, como situação empírica, da Rede Local de Economia Solidária de Matarandiba (Rede EcosMar), localizada no município de Vera Cruz / Bahia, para perceber a presença dos princípios de sustentabilidade dos ecossistemas em suas práticas realizadas e propostas. Essa rede, mostra-se adequada a essa pesquisa, por ser uma proposta de organização comunitária, fomentada pela ITES/EAUFBA com a contribuição do pesquisador desde 2011, que se baseia em relações de cooperação e autogestão, para o desenvolvimento sustentável das condições de vida.

Esta pesquisa foi realizada em duas etapas, sendo a primeira responsável pela criação de um modelo de análise a partir do que foi elaborado na monografia (CASTRO, 2010), da revisão da literatura, de novos dados da análise documental e observação participante; e a segunda etapa, necessária para perceber a presença dos princípios de sustentabilidade dos ecossistemas na experiência da Rede EcosMar, a partir do cruzamento e interpretação dos novos dados obtidos com entrevistas e outros encontros de observação participante.

A revisão de literatura integrou pesquisas de importantes autores acerca da economia solidária e Redes Locais, como Genauto França e Paul Singer, os estudos Bill Mollison e Viktor Schaubergger sobre ecossistemas, Kirkpatrick Sale sobre Biorregionalismo, assim como Leonardo Boff e Fritjof Capra sobre sustentabilidade e ecologia. Este momento foi de fundamental importância na articulação de teorias sobre ecossistemas e sistemas sociais, além

de representar uma aproximação com o tema central desta pesquisa, a sustentabilidade em Redes Locais de Economia Solidária.

A análise documental foi realizada a partir dos principais documentos elaborados pela equipe do Projeto EcosMar, como os relatórios da primeira e segunda fase do projeto EcosMar, o Relatório Final do Mapeamento da Produção e Consumo Local, o relatório parcial do ano de 2013 do projeto Ecoredes Ambiental, os projetos da primeira, segunda e terceira fase do Projeto EcosMar, e por fim, o material de comunicação do projeto EcosMar 2014, construído conjuntamente com as associações locais. Buscando perceber como o planejamento e execução das atividades se relacionam com os princípios dos ecossistemas, estes documentos contribuiriam significativamente para o aprimoramento do modelo de análise. Trouxe também reflexões sobre novas perspectivas e dificuldades na Rede EcosMar, sobretudo acerca do olhar da equipe técnica.

A observação participante foi realizada em sete visitas à comunidade, através de diferentes encontros com a presença de agentes locais integrante de empreendimentos da Rede EcosMar, moradores de Matarandiba e equipe técnica do projeto, sendo que as duas primeiras visitas, responsáveis por subsidiar o modelo de análise, as demais, para contribuir com a identificação dos princípios dos ecossistemas. Cabe ainda ressaltar, que este pesquisador acompanhou a execução do projeto Ecoredes Ambiental no período de 2011 a 2014, envolvendo o apoio ao grupo de Ostricultura. As entrevistas foram semi estruturadas com os três (03) agentes locais, dois (02) moradores e dois (02) integrantes da equipe técnica do projeto, para perceber o entendimento de cada um sobre a sustentabilidade da Rede EcosMar e como atuam para fomentá-la.

Este trabalho está estruturado em cinco partes, incluindo esta introdução. O segundo capítulo possui o objetivo de recuperar alguns elementos que caracterizaram o processo de distanciamento entre os seres humanos e com os ecossistemas. Parte-se para isto, da descrição das formas de organização que as sociedades humanas utilizaram para satisfação de suas condições materiais e imateriais de existência, em diferentes épocas e povos, desde as comunidades primitivas, até as estruturas sociais contemporâneas, evidenciando a instituição do mercado e do Estado enquanto processos que marcaram mudanças decisivas na relação humana em sociedades e com a natureza.

O terceiro capítulo busca discutir as principais questões que envolvem a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, sobretudo no que se refere às incompatibilidades dos atuais sistemas de produção com as propostas de melhoria das

condições de vida e preservação dos ecossistemas. Para tanto, recorre-se a um entendimento ampliado (ou substantivo) do ato econômico como toda a relação do ser humano com o meio para alcançar suas condições materiais de existência, aprofundando questões que vão além das, como as ideias de necessidade, utilidade, motivação e desejo. Por fim, este capítulo aborda alguns caminhos que podem estar relacionados às propostas de desenvolvimento sustentável, destacando a abordagem de sustentabilidade ecológica enquanto possibilidade de reintegração do ser humano com a Natureza, a partir de nove princípios dos sistemas vivos, propostos por Capra (2002, 2006), que foram utilizado no trabalho: Redes, Sistemas Aninhados, Diversidade, Cooperação, Interdependência, Fluxo, Ciclos, Equilíbrio Dinâmico e Desenvolvimento.

O quarto capítulo desenvolve o tema das Redes Locais de Economia Solidária enquanto proposta de desenvolvimento territorial. Para tanto, retoma-se a atual produção teórica em torno da economia solidária, trazendo autores de correntes de pensamento diferentes para dialogar as suas diferenças, e em seguida adentrar mais especificamente no tema das RLES e suas experiências de incubação na Bahia.

O quinto capítulo é estruturado para apresentar os resultados desta pesquisa no que corresponde à integração da sustentabilidade ecológica em redes locais de economia solidária. Nesta parte, será visto um modelo de análise que integra os diferentes princípios dos ecossistemas a teorias de organização social, como economia solidária e educação. Ainda, uma breve apresentação da Rede Local de Economia Solidária em Matarandiba (Rede EcosMar), seguido de diferentes elementos que identificam a presença dos princípios dos ecossistemas nesta rede.

Após este capítulo, apresentam-se as considerações finais.

2 O DISTANCIAMENTO ENTRE HUMANOS E DESTES COM A NATUREZA: PISTAS PARA A SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA

Esta parte do trabalho busca mostrar situações que influenciaram decisivamente no processo de distanciamento entre os seres humanos e em sua relação com a Natureza. Sem a intenção de fazer uma reconstituição histórica, é necessário recuperar as diferentes formas de organização humana para satisfação de suas condições materiais de existência, a partir de diferentes épocas e povos, desde as comunidades primitivas, passando pela forma de organização gentílica, feudal, e ao fim, ressaltando algumas características próprias da estrutura social contemporânea. Neste percurso, evidencia-se a instituição do mercado e do Estado enquanto dois processos que marcaram mudanças significativas nas formas de relação entre seres humanos e destes com a natureza, que culminou na organização da chamada sociedade ocidental moderna. Com isso, será possível perceber a importância da sustentabilidade ecológica enquanto estratégia de reintegrar a humanidade aos ecossistemas, o que não significa o retorno a épocas antigas, mas transformações que tragam novas formas e significados a esta relação.

Busca-se no termo “ecologia” uma forma de situar a relação homem e natureza, partindo, portanto, da primeira definição de Ecologia, formalizada em 1870 por Ernst Haeckel, derivando das palavras gregas *oikos*, que significa casa, e *logos*, que significa conhecimento (BOOF, 2005). Ainda, segundo o dicionário produzido por Aurélio Buarque de Holanda (1976), “ecologia” pode ser entendida como o estudo das “relações entre seres vivos e o meio ou ambiente em que vivem, bem como suas recíprocas influências”. Também, de acordo com o Dicionário de Filosofia (ABBAGNANO, 1970), pode ser entendida como o “estudo das relações entre o homem como pessoa e seu ambiente social”.

Parece coerente entender a ecologia como o relacionamento do ser humano com o ambiente, fundamentado no entendimento que este ambiente inclui também as relações humanas. Este saber ecológico esteve presente no desenvolvimento de diversas sociedades, tornando-se um elemento central para a manutenção de agrupamentos humanos, sempre a partir da ideia de que “nós somos relação com a natureza, uma relação íntima: nosso corpo é pura natureza” (ARRUDA, 2000, p. 206).

A partir deste entendimento de ecologia e tomando como referência alguns estudos sobre os diferentes processos humanos para a produção de seus meios de existência, serão

ressaltadas, a seguir, as principais transformações sociais que contribuíram para as diferentes formas de interação das sociedades humanas com os recursos e sistemas naturais. Sob esta mesma perspectiva, entendendo que o ecológico integra também a relação entre seres humanos, é importante olhar de maneira específica para o processo histórico de transformações nas relações entre seres humanos, tendo como base a dádiva enquanto um tipo de relação que tem como referência laço social.

Torna-se necessário então, esclarecer alguns pontos sobre este sistema social denominado dádiva. Através dos estudos sobre a forma de organização de sociedades antigas, Marcel Mauss (1974) identifica dádiva (ou dom) como uma relação social complexa baseada na tríade “dar, receber, retribuir”. A dádiva, para Mauss, é representada pelo que denomina de “fatos sociais totais”, porque as trocas nesse sistema põe em movimento, em certos casos, “a totalidade da sociedade e das instituições [...] e noutros casos, apenas um enorme (muito grande) número de instituições, em particular quando estas trocas e contratos dizem respeito antes de mais nada a indivíduos” (MAUSS, 1974, p. 191). Neste sentido, a dádiva supera a ideia de materialidade das trocas, tornando-se fenômenos que são “a um tempo, jurídicos, económicos, religiosos, e mesmo estéticos, morfológicos, etc.” (MAUSS, 1974, p. 191). Ainda para este autor (MAUSS, 1974), as sociedades se desenvolveram à medida em que elas próprias, seus subgrupos e pessoas, souberam estabilizar as relações de dar, receber e, finalmente, retribuir, reafirmando a dádiva como um fenômeno característico das sociedades primitivas mas também presentes no mundo contemporâneo.

Iniciando o percurso neste capítulo a partir dos ensinamentos de Friedrich Engels (1974), em seu livro “A Origem da Família da Propriedade e do Estado”, que utiliza-se dos estudos de Morgar para definir fases do desenvolvimento humano⁶ com base nos progressos na produção dos seus meios materiais de existência e nas estruturas sociais dos laços de parentesco. Considerando que existiram diversos processos sociais similares e divergentes na história da humanidade, cada qual influenciado por um momento próprio de seu contexto histórico, qualquer escrita com tal proposta torna-se generalista e uma mera simplificação. Engels (1974) diferencia três fases da humanidade com a ideia geral que o Estado Selvagem, representa o predomínio da apropriação de produtos da natureza prontos para serem usados, a Barbárie, marcada pelo aparecimento da criação de gado e agricultura por meio do trabalho

⁶ Importa salientar que as terminologias utilizadas as fases de desenvolvimento humano (“estado selvagem”, “barbárie” e “civilização”) não representam, conforme a linha dos evolucionistas, uma concepção de evolução humana. Mas sim, para efeitos deste estudo, tais fases representam marcos na organização humana em busca de alcançar seus meios materiais de subsistência.

humano e, por fim, a Civilização, como um período histórico em que o ser humano aprofunda a elaboração de produtos, sendo responsável pelo surgimento da indústria e das artes.

2.1 ESTADO SELVAGEM

Engels (1974) parte seu estudo pressupondo um primeiro estado transitório denominado fase inferior do estado selvagem, e mesmo sem poder provar sua existência, acredita na ideia de que o ser humano se desenvolveu como uma espécie do reino animal. Ainda para este autor, este período histórico, que pode ter durado milhares de anos, representa o primeiro momento de organização da espécie humana, que vivia em grupos nos bosques tropicais e subtropicais, e pelo menos parcialmente nas árvores, realizando a apropriação de produtos da natureza prontos para serem usados. Neste momento histórico, a relação dos humanos com o sistema natural precisa ser bem intensa, já que a todo momento grande parte dos envolvidos necessita providenciar alimentos e criar estruturas temporárias de acomodação. Ainda, não estão inseridos outros recursos indiretos e ferramentas, pois trata-se de uma relação simples de coleta diretamente para a subsistência.

Para Engels, o estudo sobre as formas de matrimônio por grupos indicam um período de promiscuidade que corresponde à passagem da animalidade à humanidade, sendo que “a tolerância recíproca entre os machos adultos e a ausência de ciúmes constituíram a primeira condição para que se pudessem formar esses grupos numerosos e estáveis” (ENGELS, 1974, p. 47). O surgimento da linguagem articulada nesta fase inferior do estado selvagem pode representar uma busca por melhorar as relações entre os humanos, entretanto, a comunicação ainda é muito incipiente e junto com a exposição às intempéries e inexistência de técnicas mais complexas, mostra que as condições de vida do ser humano ainda eram muito limitadas (ENGELS, 1974).

Num momento seguinte, a fase média do estado selvagem, apresentada por Engels (1974), caracteriza-se pela introdução do fogo para o consumo de novos alimentos como raízes, tubérculos, farináceos, e principalmente a inclusão de animais aquáticos na alimentação humana, tornando possíveis as migrações seguindo o curso dos rios e costa dos mares, espalhando os seres humanos pela superfície da Terra. Este período histórico, por muitos denominado “Idade da Pedra”, representa um primeiro momento em que o ser humano olha para a natureza em sua volta e busca trabalhá-la, transformá-la, principalmente para

melhorar sua alimentação. Com o controle do fogo, tornou-se possível conservar e usar novos alimentos, criar e utilizar instrumentos rudimentares, e ainda aprimorar a caça de animais.

Esta fase média também é o momento responsável pelo surgimento da família punaluana, forma de organização social base do estado selvagem, representada pela união em grupos matriarcais caracterizados apenas pela exclusão dos irmãos das relações sexuais, elemento inicial de constituição da *gens*⁷ (ENGELS, 1974). A coletivização mais definida de determinados espaços, sugere uma maior atenção dos seres humanos às relações sociais, demandando, mesmo que timidamente, mais participação de cada membro na vida coletiva comum. Desse modo, Engels (1974) considera que o surgimento dessa forma de organização familiar também foi responsável por maiores definições de papéis e responsabilidades entre os membros da família. E porque não dizer, fortalecendo as relações de dádiva nestas coletividades, já que representam o fortalecimento das relações sociais para a vida coletiva.

Engels (1974) revela ainda um momento seguinte, a fase superior do Estado Selvagem, caracterizada pela fixação de agrupamentos humanos em territórios, criação de instrumentos mais complexos como o arco e flecha, a utilização de vasos e utensílios de madeira, tecido de fibra feito a mão, cestos, machado de pedra, e vigas com madeira e fogo para construções. Esta última fase do estado selvagem inclui diferentes formas de adaptação humana a ecossistemas, com o aprimoramento técnico do manejo de recursos naturais como, por exemplo, utensílios para armazenar água e alimentos, ferramentas e conhecimentos para caça e, até, construção de habitações com estrutura de telhado usando madeira, folha e palha.

Este momento também é responsável por um aprofundamento da relação entre ser humano e natureza, onde novos instrumentos e a utilização de recursos ficam evidentes e ganham espaço na organização da vida em coletividade. Leonardo Boff reitera que neste período primitivo o ser humano realizava um trabalho que era mais inter-ação do que intervenção, pois “tinha veneração pela natureza. Somente utilizava aquilo que precisava para sobreviver e tornar mais segura e prazerosa a existência” (BOFF, 2000, p. 93).

Diferentes formas de matrimônio em grupo aconteceram na história primitiva, sendo que a poliandria e poligamia, em alguns casos, aconteceram até ao mesmo tempo (ENGELS,

⁷ A palavra latina “*gens*” possui linhagem ou descendência de outras em grego, sânscrito, gótico, anglo-saxão, inglês e médio-alto-alemão. No entanto, *gens* em latim e *genos* em grego empregam-se especialmente para designar esse grupo que constitui “uma descendência comum (do pai comum da tribo, no presente caso) e que está unido por certas instituições sociais e religiosas, formando comunidade particular” (ENGELS, 1974, p. 112). Para Engels (1974), até onde os documentos que dispõe permite julgamento, a *gens* é uma instituição que nasce com a fase média do estado selvagem, se desenvolve na fase superior, e alcança seu apogeu na fase inferior da barbárie.

1974). No entanto, foi a Família sindiásmica que tornou-se a base desta fase superior do Estado Selvagem. Mais precisamente, conforme os ensinamentos de Engels (1974), a família sindiásmica nasceu no limite que separa o estado selvagem da barbárie, a maior parte das vezes no estado superior do primeiro, e excepcionalmente no estado inferior ao segundo. Esta forma de organização familiar caracteriza-se pela existência do matrimônio por pares em que a poligamia (rara) e infidelidade do homem ainda é um direito, mas com rigorosa fidelidade das mulheres (ENGELS, 1974). Com base em Morgan, Engels (1974) afirma que o vínculo desta forma de organização familiar é facilmente dissolvido pelas partes, e os filhos ainda pertencem exclusivamente às mulheres.

Engels (1974) afirma que, fora os instrumentos usados, as coisas são produzidas e utilizadas em comum pelos grupos e, portanto, são de propriedade coletiva, como as casas, canoas e hortas, evidenciando uma economia doméstica comunista: “Naturalmente, a organização e divisão do trabalho tinham que ser fundamentalmente diferentes em sociedades nas quais o valor de uso e a necessidade exerciam as funções reguladoras decisivas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 606). O nascimento da família sindiásmica acontece junto com o fortalecimento de relações ou obrigações sociais, tornando-se, um momento definidor do regime Gentílico. Para Engels, este regime, mesmo tendo seu desenvolvimento principalmente na fase bárbara, “revelou-nos os traços fundamentais do regime social da época primitiva, anterior à criação do Estado” (ENGELS, 1974, p. 111).

Neste momento chave o ser humano fortalece as relações sociais, as relações de dádiva, ao se estruturar definitivamente a partir da organização coletiva. E potencializa as trocas e relações sociais entre as gens próximas. O ser humano necessitava das relações de reciprocidade para garantir sua existência, alerta Polanyi, ao mostrar que nessas situações “a própria existência da comunidade depende da ação ininterrupta de forças extremas que impulsionem a solidariedade, [...] qualquer conduta que contrarie essa diretriz suprema de sobrevivência é intolerável” (POLANYI, 2012, p. 111).

2.2 BARBÁRIE

Continuando com as denominações dadas por Morgan (ENGELS, 1974) sobre os estágios de desenvolvimento humano, passamos à fase chamada Barbárie. Caracterizou-se

pelo surgimento de grandes rebanhos e desenvolvimento da agricultura, e representou o momento histórico de apogeu do regime gentílico, assim como sua a desestruturação, para chegada ao momento civilizado. Assim como a fase anterior, a barbárie é composta, para Engels (1974), por três estágios, inferior, médio e superior.

O principal elemento da fase inferior da barbárie foi o início da domesticação de animais e o cultivo de plantas e cereais, além da importante introdução da cerâmica na vida humana. Neste momento a consanguinidade assumia papel decisivo no regime social. Cada posição social ocupada pelo pai, mãe ou filho, “implica sérios deveres recíprocos, perfeitamente definidos, e cujo conjunto forma uma parte essencial do regime social desses povos” (ENGELS, 1974, p. 40). Neste período histórico o regime gentílico encontrou seu auge.

Engels (1974) baseia seus estudos em quatro formações de gens: Iroquesa, Grega, Romana e a gens formada entre os Celtas e Germanos. Olhar as diferentes formas de organização do regime gentílico possibilita entender o processo de desenvolvimento das relações sociais que sustentavam comunidades primitivas e como influenciaram as instituições que surgiram posteriormente com a criação do Estado. Conforme alertado por Engels, constitui um poder público com suas particularidades, “distinto do conjunto dos cidadãos que o compõem” (ENGELS, 1974, p. 126).

Um olhar cuidadoso sobre a gens dos Iroqueses pode oferecer elementos de auge do regime gentílico, pois neste momento estudado, ela ainda mantinham um certo grau de autorganização. Diferente das gens Romana, Grega e Germana, que foram estudadas em seus processos de declínio, em transição à civilização. Engels (1974) analisa o regime gentílico dos Iroqueses⁸, uma gens tipicamente indígena, que apresenta, como unidade social, uma necessidade quase inelutável de todo um sistema de gens-fratria-tribo⁹. Ele ainda mostra que as várias gens formavam uma fratria, assim como várias fratrias constituíam uma tribo, de forma que esses “três grupos constituem diferentes gradações de consanguinidade, cada um perfeito em si, tratando dos seus assuntos próprios, mas cooperando igualmente com os outros” (ENGELS 1974, p. 126).

⁸ A partir dos estudos de Morgan na tribo dos senecas, composta por oito gens.

⁹ De acordo com Engels (1974), tanto a **gens Grega como a Romana** possuíam séries orgânicas idênticas às dos americanos (**gens, fratrias, tribo, confederação de tribos**). No entanto, quando estudadas, já não eram arcaicas, mas ainda mantinham traços comuns nas relações sociais e religiosas entre as gens. Essa forma de organização foi possível com a proibição do matrimônio no seio da Gens primitiva, de forma que em “numerosíssimas tribos indígenas que compreendem mais de cinco ou seis gens, encontramos três, quatro ou mais gens reunidas num grupo especial” (ENGELS, 1974, p. 117).

A gens dos Iroqueses possuía uma boa capacidade de autoregulação interna, de forma que Engels (1974) afirma que todos os conflitos eram dirimidos pela coletividade a qual respeitam, raras vezes acontecendo casos de vingança. Mesmo com os costumes seculares regulando as relações internas desta Gens, havia um conselho, “a assembleia democrática dos seus membros adultos, homens e mulheres, todos com o mesmo direito de voto” (ENGELS 1974, p. 116).

Para Engels (1974), as funções sociais das fratrias entre os iroqueses são em parte sociais, em parte religiosas, de forma que os participantes: sentam-se juntos no conselho da tribo; unem-se para resolver no conselho da tribo os casos de homicídio entre fratrias; realizam funerais de pessoas importantes, eleições de representantes dentro de sua fratria, rituais de iniciação entre fratrias; e além disto, “constituíam também unidades militares, como acontecia entre os gregos e outras uniões gentílicas análogas entre os germanos” (ENGELS 1974, p. 119).

A tribo, para os Iroqueses, possuía uma função importante. Dava a posse aos chefes eleitos (com direito a depô-los), possuía ideias religiosas (mitologia) e ritos comuns, assim como um conselho de tribo para assuntos comuns que deliberava em público. Assim como algumas decisões nas comunidades de marca alemã, as decisões definitivas dos Iroqueses deviam ser realizadas por unanimidade, mesmo nas tribos que encontramos um chefe supremo (Oberhauptling), com atribuições sempre muito restritas (ENGELS 1974, p. 123).

Engels também mostra que neste período histórico de desenvolvimento tribal, fora os instrumentos próprios de trabalho, todo o resto é feito e utilizado em comum pela tribo, é de propriedade comum (casas, canoas, hortas, entre outras), de forma que a economia doméstica também “é administrada em comum por uma série de famílias e de modo comunista a terra é propriedade da tribo¹⁰” (ENGELS, 1974, p. 127).

De forma semelhante, ao estudar as formas de organização social em diferentes sociedades¹¹, Marcel Mauss afirma que muitas delas viviam baseadas no que denominou “sistemas de prestações totais”, de clã para clã, que para ele, “constitui o mais antigo sistema de economia e de direito possível de comprovar e conceber. Forma o fundo sobre o qual se destacou a moral da dádiva-troca” (MAUSS, 1974, p. 181). Essa denominação de clã,

¹⁰ A propriedade da terra, em todos os regimes gentílicos estudados por Engels, estava ligada a gens ou a tribo.

¹¹ Samoa, Polinésia, Maori, Melanésia, Andamans, entre outras.

proposta por Mauss é o mesmo que propõe Engels ao falar da família gentílica. Neste momento histórico, a troca contribuía significativamente com a produção dos meios de existência dos humanos, e para a manutenção das coletividades. Mauss sugere alguns fatos que indicam como os seres humanos se tornaram trocadores, e mostra o surgimento de um duplo sentimento, o de dar e receber, já que “recusar-se a dar, negligenciar o convite, como recusar a receber, equivale a declarar guerra; é recusar a aliança de comunhão” (MAUSS, 1974, p. 68). De forma complementar, Polanyi (2012) afirma que com o passar do tempo, a troca passa a ser vista como parte do comportamento de retribuição, como forma de generosidade e graça que acompanhavam a ideia de reciprocidade.

Estas relações de troca eram fundamentais para a construção do que Engels chama de “colectividade fraternal”, ao falar dos Iroqueses, e indicar como desenvolveram um sistema de relações sociais dentro da gens, mas que também extrapolava seus limites ao envolver a fratria e a tribo (ENGELS, 1974, p. 127). Polanyi (2012) mostra, de forma semelhante, ao retomar os estudos de Malinowski sobre os Trobriand, que a subsistência das tribos estava ligada à difundida prática de reciprocidade, “a distribuição ocorria principalmente por meio de dádivas e contradádivas” (POLANYI, 2012, p. 100). Para Polanyi, inicialmente o intercâmbio difundiu-se na economia na situação que foi legitimado pela comunidade, de forma que

A solidariedade tribal e o enraizamento da economia dependem de relações de reciprocidade, assim como da prática de acumular víveres perecíveis em um centro, de modo que os mantimentos armazenados voltem a fluir para os membros da comunidade. A solidariedade no campo econômico é mantida por instituições que garantem um manejo não conflituoso do alimento (POLANYI, 2012, p. 110).

De forma complementar, é importante ressaltar que os Iroqueses chegaram ao nível de desenvolver confederação, o que, para Engels representou a forma de “organização social mais desenvolvida alcançada pelos índios antes de superar a fase inferior da barbárie, excluídos, portanto, os mexicanos, neo-mexicanos, e peruanos” (ENGELS, 1974, p. 124). No caso estudado por Morgan, ele percebeu a aliança entre as cinco tribos consanguíneas, “baseada na plena igualdade e na independência de cada uma delas relativamente aos assuntos internos. Esta consanguinidade constituía o verdadeiro fundamento da confederação”, que possuía um conselho federal com sessões públicas, voto por tribo, e as decisões que precisavam ser unânimes, tomadas somente pelo conselho. (ENGELS, 1974, p. 125 e 126)

Esta forma de organização tribal da antiguidade mostra como algumas sociedades chegaram a desenvolver relações sociais, ou obrigações sociais, entre tribos. Era um momento de fortalecimento das relações de proximidade, dentro da tribo, da gens, mas também em relação a outras tribos, envolvendo a produção de seus meios de existência, mas que não ficava restrita ao nível material, envolvendo, portanto, uma dimensão simbólica. Os membros de um grupo de Trobriandeses, por exemplo, entendiam que deviam se portar em relação a outro grupo “tal como se esperava que os membros desse grupo, ou de um terceiro, se portasse em relação a eles” (POLANYI, 2012, p. 98 e 99).

Ainda no estudo sobre a gens dos Iroqueses, onde pôde observá-la plenamente desenvolvida, Engels (1974) mostra que é incompatível a servidão e a dominação: “Internamente, não existem ainda diferenças entre direitos e deveres” (ENGELS, 1974, p. 210). Entretanto, ele ressalta que a grande maioria dos índios americanos não constituiu essas confederações. Esse processo de organização da confederação de tribos corresponde também ao princípio da decadência do regime gens-fratria-tribo, de forma que, nos locais em que não havia tratado expreso de paz, a guerra imperava entre as tribos. De forma semelhante, ao falar sobre a forma de organização tribal, Polanyi chama atenção que

As relações internas e externas tinham um contraste marcante: solidariedade aqui, inimizade ali – essa era a regra. ‘Eles’ eram objeto de hostilidade, degradação e escravização; ‘nós’ éramos unidos e tínhamos uma vida comunitária regida pelos princípios de reciprocidade redistribuição e troca de bens equivalentes (POLANYI, 2012, p. 109).

Estes estudos de Polanyi, Engels e Mauss, mostram como era intensa a relação social nas sociedades tribais, e como as trocas e relações coletivas de produção necessitavam de um fortalecimento das relações entre os seres humanos. Polanyi (2012) destaca que nas condições tribais a solidariedade era preservada pelos costumes e tradições, e a vida econômica envolvia a organização social e política, de forma que os atos ocasionais de troca eram desestimulados como um perigo para a solidariedade do coletivo. Estas condições descritas por Polanyi possibilitam mostrar que nesta forma de organização tribal ou de clãs, as relações sociais estavam intimamente relacionadas com a vida econômica, dando suporte à subsistência material de toda a coletividade.

Polanyi, ao falar das descobertas da economia primitiva, sobretudo a partir de Bronislaw Malinowski e Richrd Thurnwald, afirma que o mito do selvagem individualista

estava descartado, igualmente a psicologia comunista do selvagem de despreocupação dos interesses individuais: “O que se afigurava com o ‘comunismo’ era o fato de o sistema produtivo ou econômico organizar-se, habitualmente, de modo a não ameaçar nenhum indivíduo com a fome” (POLANYI, 2012, p. 215 e 216). De forma semelhante, Engels mostra que os Iroqueses não permitiam a existência de pobres e necessitados, “a família comunista e a gens têm consciência das suas obrigações para com os anciãos, os enfermos e os inválidos de guerra” (ENGELS, 1974, p. 127).

Neste período tribal, de organização gentilica, a relação do ser humano com a Natureza intensificava-se cada vez mais. O ser humano aprimora progressivamente sua relação com os recursos que consegue na natureza (os tecidos, pedras, madeiras, cerâmica), já possui uma relação mais próxima com o cultivo de plantas, domesticação de animais, e continua o desenvolvimento das ferramentas, ainda que bem simples. Ao mesmo tempo se aprofunda a relação material a natureza, os costumes e ritos vão se desenvolvendo e a ela estão intimamente ligados. Engels (1974, p. 129) mostra que, nesta época, existia uma sujeição quase completa do ser humano à natureza exterior, que lhe parecia incompreensível. No que concerne à tribo e à gens, “suas instituições eram sagradas e invioláveis, constituíam um poder superior dado pela natureza, ao qual todo o indivíduo ficava submetido sem reservas em seus sentimentos, ideias e actos”.

Através das pesquisas de Engels (1974, p. 176), dos resquícios das instituições gentilicas, torna-se possível perceber como, neste período de domínio do regime da gens, a propriedade da terra era coletiva, e portanto, o cultivo da terra era realizado de forma coletiva: na Irlanda no sec. XVII “a terra ainda era propriedade colectiva dos clãs ou das gens, excepto onde os chefes já tinham convertido em propriedade privada”; não existe “dúvida de que entre os suevos existiam, no tempo de César, não só a propriedade colectiva da terra como também o cultivo desta em comum” (ENGELS, 1974, p. 186); de acordo com Tácito, os germanos “não estavam estabelecidos em povoados, e sim em grandes comunidades familiares que compreendiam muitas gerações, e onde cultivavam uma extensão de terra correspondente ao número dos seus membros” (ENGELS, 1974, p. 186); e as leis do país de Gales, por volta do séc. XI, mostram ainda que o existia o cultivo da terra em comum por aldeias inteiras, “cada família tinha cinco acres de terra para seu cultivo particular; afora isso, cultivava-se um campo em comum e a colheita resultante era repartida” (ENGELS, 1974, p. 174). A partir disto, pode-se perceber como a organização coletiva, as relações sociais, estavam intimamente ligadas às condições de integração do ser humano ao seu ambiente natural.

Em um momento seguinte, denominado fase intermediária da barbárie, esse processo de constituição das tribos e auge do regime gentílico começa a se modificar, sobretudo a partir da formação de rebanhos e abundância de carne e leite. Este, inclusive, para Engels, é o elemento central que possibilitou a transição da barbárie à civilização, e, conjuntamente, da família sindiásmica para a família monogâmica, em que o homem toma lugar central e decisivo na família, com a posse da mulher e da terra.

A fase intermediária da barbárie caracteriza-se, sobretudo, pelo avanço na produção de alimentos (para além do consumo do grupo envolvido na produção) e melhoria no processo de construção de habitações, com a utilização do tijolo cru e pedras. Aos poucos, o ser humano foi se aperfeiçoando na domesticação/criação de animais e cultivo de plantas e cereais, permitindo o crescimento populacional dos agrupamentos humanos a partir de maior segurança no provimento de alimentos (ENGELS, 1974). Com isso o ser humano não precisa mais fazer expedições de caça e coletar diariamente seu alimento. Aos poucos, pelo menos parte das coletividades se distancia das florestas. Entretanto, o cultivo de alimentos e criação de animais, e a própria atividade doméstica proporcionava intensa relação com o ecossistema local e toda a natureza. A utilização de ervas foi sendo aprimorada, e o beneficiamento dos alimentos se desenvolvia a cada dia, assim, a relação com a lua, o sol e o vento ganha novos significados importantes.

É neste momento que, segundo Engels (1974), a grande quantidade de membros em agrupamentos torna-se um elemento dificultador. Comunidades vão se dissolvendo, pois “já não era possível o trabalho comum nas condições de produção da época” (ENGELS, 1974, p. 186). Terrenos foram sendo divididos, a princípio temporariamente, entre os núcleos familiares menores que iam se formando, criando diferentes situações de produção coletiva comunitária e familiar (ENGELS, 1974).

Ao passo em que essas diferentes situações de produção vão se desenvolvendo, conforme ressalta Engels (1974), as tribos pastorais se destacam dos restantes dos bárbaros, com uma produção em maior quantidade e variedade, originando a primeira grande divisão social do trabalho¹². Nestas tribos, aos poucos, o trabalho coletivo vai dando espaço ao trabalho direcionado à produção da unidade gentílica. O ser humano não mais cuida de toda a tribo, não mais trabalha com toda a tribo. A partir destas comunidades pastorais e agrícolas

¹² Anteriormente, **o trabalho** era dividido somente **entre os dois sexos (divisão sexual do trabalho)**, “O homem vai à guerra, incumbe-se de caça e da pesca, procura as matérias-primas para a alimentação [...]. A mulher cuida da casa prepara a comida no seu domínio: **o homem na floresta, a mulher em casa**” (ENGELS, 1974, p. 210).

torna-se preferível um olhar mais interno para a família, modificando a relação entre os seres humanos: “A ideia de que o homem começou por cuidar de si e de sua família deve ser descartada. [...] Somente numa forma relativamente avançada de sociedade agrícola é que a economia doméstica torna-se viável e se generaliza” (POLANYI, 2012, p. 90 e 91).

Neste momento, essas tribos pastorais tinham a vantagem de possuir mais laticínios e carnes, além de peles, lãs, couros, fios e tecidos, possibilitando uma atividade laboral mais focada nestes rebanhos. O aprimoramento na produção de apenas um produto transforma a relação do produtor com o ecossistema que vive, criando um desequilíbrio na medida em que fortalece apenas algumas formas de vínculo necessários para satisfazer seus meios materiais de existência. Esta especialização representa uma aposta que sua produção possibilitará a troca para satisfazer suas outras necessidades de gêneros alimentícios, utilização de instrumentos e ferramentas, entre outros. De um lado, potencializa-se a relação do ser humano com o reino animal, suas formas de cuidado e melhor produção, de outro, as pessoas responsáveis por esse labor se distanciam da relação com a floresta, já que agora, ela deve virar pasto.

Segundo Engels (1974), com o passar do tempo, torna-se possível pela primeira vez o intercâmbio regular de produtos, já que nas fases anteriores apenas podiam ser realizadas trocas ocasionais. Os alimentos que complementam o laticínio e a carne agora podem ser trocados, e não mais precisam ser cultivados ou colhidos. Engels (1974, p. 212) mostrou que a princípio, “as trocas se fizeram entre as tribos através dos chefes gentílicos, mas quando os rebanhos começaram pouco a pouco a ser propriedade privada, a troca entre indivíduos foi predominando mais e mais, até chegar a ser a forma única”.

Com a individualização maior nos processos de troca, as relações sociais que a envolvem têm cada vez menos relação direta com grandes coletividades. Entretanto, as trocas ainda continuam envolvidas pela relação social, conforme ressaltado por Polanyi, ao mostrar que “em geral, em todas as formas de troca, exceto o escambo, as quantidades e os tipos de coisas oferecidas e recebidas em contrapartida relacionam-se especificamente com o tipo de relação social implicada, seja de família, clã, subclã, comunidade aldeã, distrito ou tribo” (POLANYI, 2012, p. 104). O ser humano já não tem a mesma necessidade de pertencimento direto, com implicações sociais, a determinado grupo para alcançar sua subsistência. A relação indivíduo e coletivo sofre algumas transformações, que representam, portanto, um distanciamento na relação entre os seres humanos.

Segundo Polanyi, com essas transformações no deslocamento de bens na sociedade,

emerge um tabu que proíbe transações lucrativas com alimentos, já que o “surgimento de transações propriamente ditas permitiria aos indivíduos usar com mais liberdade os recursos econômicos disponíveis” (POLANYI, 2012, p. 109). Essa mudança é um marco no processo de distanciamento entre os humanos, entretanto, mesmo com esses novos modelos de trocas, “a unidade interna precisava ser mantida de maneira ainda mais decisiva na economia da tribo. Para isso, empregaram-se métodos de integração que evitavam a discórdia e o antagonismo dentro dos grupos e, no lugar deles, fomentavam as artes da solidariedade” (POLANYI, 2012, p. 110). Isso mostra que mesmo com o efeito das trocas, em seus momentos iniciais, no enfraquecimento dos laços sociais, existe um contramovimento que busca a reconexão ou fortalecimento das relações de solidariedade. À medida que o ser humano vai perdendo sua relação de referência, busca também reconectá-la.

Com a continuidade do desenvolvimento das relações de troca, o “perigo que a procura por lucros egoístas, buscados à custa do alimento de um irmão, trazia para a solidariedade precisou ser afastado”, eliminando a inveja inerente a essas trocas através da definição das equivalências (POLANYI, 2012, p. 112). Segundo Polanyi (2012), Aristóteles já afirmava que alguns povos bárbaros utilizavam a troca por equivalência, necessária com o aumento de tamanho das famílias, destinada a compartilhar os gêneros básicos até o nível da suficiência. Mais uma vez, essa transformação nas relações de troca, agora por conta da criação de equivalências, necessitava de um fortalecimento de relações sociais, já que esse sistema era mediado por “uma série de instituições que organizavam o movimento dos gêneros de primeira necessidade e de objetos similares” (POLANYI, 2012, p. 115).

Neste mesmo contexto se inserem as moedas primitivas, que eram, conforme sinaliza Godbout (1999), sempre específicas, com representações que variam de acordo com cada contexto, servindo a uma só finalidade e por isso não formam um conjunto homogêneo como veio se tornar posteriormente. Este mesmo autor sinaliza que Marcel Mauss observou que o valor dessas “peças” de moeda jamais era fixo, e variavam segundo o valor social dos permutadores, pois tornava-se “imediatamente visível toda a série de dívidas e obrigações entrecruzadas que todos têm para com todos” (GODBOUT, 1999, p. 140). Neste sentido, pode-se inferir que a moeda, em sua origem, possuía uma dimensão social que marcava a relação entre humanos, não era impessoalizada, e por isso, conforme assinalado por este autor, a moeda primitiva representava a própria vida ou também a dívida, e portanto, “retê-las seria não só um absurdo, mas também um perigo” (GODBOUT, 1999, p. 139).

Neste sentido, as equivalências e as moedas primitivas dependiam também de relações

sociais que sustentam e garantem suas definições, e por isso precisaram do contexto tribal ou gentílico para que pudessem acontecer, conforme sustenta Polanyi (2012), ao mostrar que a validade das equivalências se mantinha até o momento que não ultrapassasse a suficiência para o grupo, e que não gerasse o interesse exacerbado. Para Mauss, vê-se aí o mercado, entendido como espaço ou momento de troca, antes da instituição dos mercadores, “antes de terem sido encontradas as formas, pode dizer-se modernas (semita, helénica, helenística e romana) do contrato e da venda, por um lado, e a moeda legal, por outro” (MAUSS, 1974, p. 53).

Com o passar do tempo, torna-se possível a formação de grandes rebanhos, com verdadeira abundância de carne e leite, além das possibilidades da agricultura em grande escala, a partir da utilização de machado e arado de metal em áreas florestais. São as características fundamentais que definem a fase superior da barbárie.

A forma de organização da família gentílica, dominada pela figura do homem, constituiu um elemento decisivo no desenvolvimento da propriedade privada de riquezas. A partir dos estudos sobre a forma de organização das gens Grega, Engels (1974) percebe como o quadro de matrimônio por grupos diluiu-se notavelmente, e o “direito materno cedeu ao direito paterno o seu posto e, por isso, a riqueza privada que surgia abriu a primeira brecha na constituição gentílica.” (ENGELS, 1974, p. 131). Com o decorrer do tempo, a “diferença de riqueza entre os diversos chefes de família destruiu as antigas comunidades domésticas comunistas, em toda a parte onde estas ainda subsistiam; acabou-se o trabalho comum da terra por conta daquelas comunidades” (ENGELS, 1974, p. 217). Fortalecera-se a posse de parcelas do solo, concedida primitivamente pela gens ou pela tribo às pessoas, de forma que a família individual “princípios a transformar-se na unidade económica da sociedade” (ENGELS, 1974, p. 217).

Foi um longo processo de fragmentação da forma de organização gentílica, e a geração de produção destes rebanhos possibilitou a divisão entre pobres e ricos, acontecendo inclusive a escravização de membros da própria tribo e até da própria gens (ENGELS, 1974). Os efeitos adversos já começavam a aparecer, “As riquezas dos vizinhos excitavam a ambição dos povos, que já começavam a encarar a aquisição de riquezas como uma das finalidades principais da vida. Eram bárbaros: o saque parecia-lhes mais fácil e até mais honroso do que o trabalho produtivo” (ENGELS, 1974, p. 217).

O ser humano continua a produzir mais do que necessário para sua subsistência, mas agora percebe as possibilidades de aumentar ainda mais a produção com a incorporação de mais trabalho, e assim “passou a ser conveniente conseguir mais força de trabalho, o que se

logrou através da guerra; os prisioneiros foram transformados em escravos. [...] nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados” (ENGELS, 1974, p. 213 e 214). Este processo demonstra uma mudança drástica. O homem sai de uma situação de cooperação para uma de servidão. Cada vez mais os laços sociais vão se enfraquecendo e a violência entre seres humanos torna-se mais evidente. Segundo Polanyi, “a escravatura, ainda em estado nascente e esporádico na fase anterior, converteu-se num elemento básico do sistema social. Os escravos deixaram de ser meros auxiliares e eram levados às dezenas para trabalhar nos campos e oficinas” (ENGELS, 1974, p. 216). Momentos como este causam novas cisões nas relações entre os humanos, e as relações sociais de proximidade, que em sua grande maioria, vinham de um espaço comum de apoio mútuo interno às tribos, agora dão espaço à relação de servidão e dominação.

Com o desenvolvimento do comércio, terras comerciáveis, e a fusão de tribos consanguíneas, os territórios se fundiram no território comum do povo, e “a riqueza passa a ser valorizada e respeitada como bem supremo, e as antigas instituições da gens são pervertidas para se justificar a aquisição de riquezas pelo roubo e pela violência” (ENGELS, 1974, p. 142). Este autor ainda nos mostra como essas transformações foram profundas, fortalecendo a violência, que sempre esteve presente na história da humanidade:

os órgãos da constituição gentílica foram sendo arrancados às suas raízes populares, raízes na gens, na fratria, e na tribo, e assim todo o regime gentílico acabou por se transformar no seu contrário; de uma organização de tribos para a livre regulamentação dos seus próprios assuntos, fez-se uma organização para o saque e a opressão dos vizinhos¹³ (ENGELS, 1974, p. 218).

O que transforma em grande parte as relações sociais, de dádiva, e também do ser humano com a natureza. De acordo com Engels (1974), o processo de fragmentação das instituições gentílicas dificulta qualquer organização da população para auto-defesa, permitindo o surgimento do que podemos chamar de uma força pública. Surge aí a produção de um serviço: “o chefe militar do povo – rex, basileu, thiudans – veio a tornar-se um funcionário permanente e indispensável” (ENGELS, 1974, p. 217).

¹³ Engels (1974) mostra, a partir dos poemas de Homero, que as gens, fratias e tribos gregas ainda se conservavam em completa independência, mas ao mesmo tempo, cresciam as diferenças de riqueza, e os “diferentes povos mantinham incessantes guerras pela posse dos melhores territórios e também com o objectivo do saque” (ENGELS, 1974, p. 137).

Com o aumento na produção e escravização de seres humanos foi possível reunir grande número de pessoas em um mesmo regime social, levando transformações nas relações pessoa-pessoa, assim como transformações na relação humano-natureza, sobretudo no processo de produção de alimentos. Para Engels, “foi-se introduzindo lentamente a divisão do trabalho. Minou a produção e a apropriação em comum, erigiu em regra dominante a apropriação individual” (ENGELS, 1974, p. 231), dando origem à segunda grande divisão social do trabalho: o artesanato se separou da agricultura. Esse é um marco na especialização do trabalho humano, de forma que cada vez mais se restringe a relação direta das pessoas com os recursos naturais, e estas podem se dedicar a situações específicas de trabalho.

2.2.1 Um duplo nascimento: mercado e Estado

Todas essas características vão se aprofundando e se consolidando em diferentes territórios, acentuando o contraste entre cidade e campo. Sobretudo com a divisão da produção entre agricultura e ofícios manuais, surge a produção diretamente para a troca, o que origina uma terceira divisão do trabalho, “criando uma classe que não se ocupa da produção mas, exclusivamente, da troca dos produtos: os comerciantes” (ENGELS, 1974, p. 219). Como visto anteriormente, em muitos estágios da sociedade humana “a produção era essencialmente colectiva e o consumo realizava-se, também, sob um regime de distribuição directa dos produtores, no seio de pequenas ou grandes colectividades comunistas” (ENGELS, 1974, p. 231). De outra forma, para Godbout (1999), com a introdução deste novo ator, o comerciante, modifica-se a circulação das coisas, introduzindo a ruptura produtor-consumidor, pois quem produz “separa-se do seu produto na troca, e já não sabe o que será feito dele” (ENGELS, 1974, p. 231).

Ao analisar o papel do comerciante, Fourez (1995) identifica-o como um ser sem raízes, pois vive grande parte de sua vida fora do universo humano que nasceu, observando costumes estranhos, que para ele não possuem história. Ele rompe com a relação personalizada de produtor-consumidor na medida em que não transporta as relações sociais nos produtos que comercializa, seu único objetivo é realizar a troca, de forma que “as coisas se vêem pouco a pouco desprovidas de todo sentimento” (FOUREZ, 1995, p. 158). A finalidade de sua ação é unicamente a produção. “Eis o que significa a despersonalização do ato de produzir, sua descontextualização, a transformação de um ato social inscrito numa relação entre duas

pessoas concretas num ato econômico liberto dessa relação e inscrito apenas num contexto de produção” (GODBOU, 1999, p. 179).

De forma análoga, aos poucos a circulação de bens não transporta também o vínculo do ser humano com o ecossistema, tão necessário para realização do processo produtivo. O consumidor vai perdendo a noção da relação que o ser humano precisa estabelecer com a natureza para que os recursos naturais se tornem produtos. Neste sentido, as coisas circulavam inseridas não só no sistema social, mas também no ambiente simbólico da Natureza que se encontra em constante transformação. Tudo que era produzido, portanto, era dotado também de um sentido próprio desta relação com o ecossistema, fazendo parte de toda a circulação de matéria na teia da vida. Jacques (GODBOU, 1999) mostra que essa é utopia de nos liberarmos de qualquer vínculo e dedicar-se somente ao crescimento da produção, introduz uma ruptura radical entre o mundo das pessoas-sujeitos e o resto do cosmos. Neste sentido, o comércio representa uma grande ruptura com o sentido de unicidade na relação ser humano e natureza, pois não transporta mais esse vínculo do produto produzido com o ecossistema.

Para Engels (1974, p. 220) essa classe recém-surgida não se envolve no processo produtivo, mas conquista sua direção geral, e se transforma em intermediário indispensável entre produtores e consumidores, explorando a ambos, de maneira que “concentra rapidamente nas suas mãos riquezas enormes e adquire uma influência social correspondente a estas”. Principia o processo de desenvolvimento do que chamamos de mercado¹⁴. Entretanto, Polanyi (2012) alerta que não é fácil determinar exatamente o nascimento do mercado, já que ele teve sua origem ligada a um conjunto de dois fenômenos: um deles, externo à comunidade, representa a aquisição de bens vindos de fora; e o outro é ligado à distribuição local de alimentos, uma dimensão interna das comunidades. Ainda para Polanyi (2012), essa dimensão interna assumiu duas formas diferentes: uma “nos impérios hidráulicos¹⁵, de cultura irrigada” a partir do armazenamento e distribuição de gêneros essenciais, e outra, encontrada “desde os tempos remotos nas comunidades camponesas”, centrada na venda local de víveres frescos e alimentos preparados.

¹⁴ Para Polanyi, o termo mercado, presume uma conjunção de traços institucionais (que chama de “**elementos de mercado**”): “um local fisicamente existente, mercadorias disponíveis, um grupo ofertante, um grupo demandante, costumes ou leis e equivalências” (POLANYI, 2012, p. 185).

¹⁵ Importante colocar também que Polanyi chama atenção que a troca mercantil **não foi a única linha do progresso arcaico**, já que o império faraônico, por exemplo, mantinham suas transações econômicas inteiramente **subordinadas as relações sociais** e “as realizações econômicas do Novo Império e até as do Egito ptolomaico deveram-se, primordialmente, a um aperfeiçoamento dos métodos de direção da economia **redistributiva**” (POLANYI, 2012, p. 109).

De acordo com Polanyi (2012, p. 121), podemos ver já no mundo mesopotâmico como as equivalências abrangiam quase todas as negociações, sendo que a “única condição para a validade das transações ou das disposições era que elas não envolvessem a exploração de uma das partes, ou seja, que mantivessem a equivalência”, pois nesta situação:

O membro das guildas que se recusava a vender abaixo de um preço considerado o padrão mínimo de seus colegas, e se recusava igualmente a aceitar um preço que lhe trouxesse uma receita superior à aprovada por seus colegas, cooperava para criar o “preço justo” com tanta eficácia quanto a autoridade local que podia fixar diretamente o preço a fim de defender esses mesmos princípios (POLANYI, 2012, p. 125).

A partir disto, é possível perceber, mais uma vez, como a troca mantém, mesmo com a equivalência já difundida, uma dimensão relacional entre os humanos, conforme afirma Polanyi, ao mostrar que o grau em que são trocados os serviços compartilhados (ou os bens, em algum momento) decorre da exigência da *“philia”*: “O preço justo, portanto, decorre das exigências da *philia* expressas na reciprocidade que está na essência de todas as comunidades humanas” (POLANYI, 2012, p. 248).

Com o desenvolvimento das trocas, da agricultura e ofícios manuais, a fase superior da barbárie avança consideravelmente, e para Engels (1974), cada vez mais, em diferentes lugares, são desenvolvidas novas técnicas, com instrumentos de ferro sendo aperfeiçoados, assim como o beneficiamento de alimentos (como o azeite e vinho), escrita alfabética, registros literários, construção de barcos, muros, torres, roda de olaria, tear, moinhos à mão, carros de guerra e tantos outros. Neste período histórico, o trabalho com metais é elevado à categoria de arte, assim como as vigas e pranchas que representam o princípio da arquitetura como arte (ENGELS, 1974). O aprimoramento das técnicas, ferramentas e forma de consumo de recursos da natureza se nota cada vez mais, mostrando também uma relação de aprendizado com a observação da natureza, como por exemplo, armazenando água em estruturas ovulares, formas pontiagudas para ferramentas, e até criando estruturas de telhado baseado em folhas ou palhas.

Neste momento, segundo Engels (1974), a gens e a tribo (inclusive com estrangeiros) encontram-se misturadas em toda a parte, de forma que os diversos interesses dos grupos de artesãos, a partir da divisão do trabalho, e as necessidades específicas da cidade e do campo, exigiam novos órgãos, ou seja, novas estruturas formadas fora do regime gentílico. De forma

complementar, Polanyi (2012, p. 107) alerta que a “guerra e o comércio [...] exigem recursos, em termos de homem, gado e material, cuja acumulação e o manejo têm desdobramentos que resultam em instituições inteiramente novas”.

No que corresponde às suas corporações, Engels (1974, p. 223) reforça que o conflito de interesse surgia dentro da gens ou da tribo à medida em que se defrontavam pobres e ricos, usuários e devedores, de forma que a gens perdeu muito espaço neste processo, e seus membros já não se reuniam para resolver os assuntos comuns, “a gens ocupava-se apenas de coisas secundárias”. Este momento é um corte, não total, mas decisivo das relações sociais, que terão que passar por transformações para não criar um ambiente de desconexão total, ou como reforça Engels (1974, p. 224), “de um terceiro poder que, situado aparentemente por cima das classes em luta, suprimisse os conflitos entre estas e só permitisse a luta de classe no campo económico, numa forma dita legal”. Para Engels, faltava uma instituição que assegurasse riquezas individuais (contra tradições gentílicas) e propriedade privada, através do reconhecimento das formas de aquisição, com o objetivo de perpetuar “a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não-possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda. E essa instituição nasceu. Inventou-se o Estado¹⁶” (ENGELS, 1974, p. 142).

O Estado, para Engels (1974, p. 225), “caracteriza-se, em primeiro lugar, pelo agrupamento dos seus súbditos de acordo com uma divisão territorial”, diferente das velhas associações gentílicas, constituídas e sustentadas por vínculos de sangue. Seu segundo traço característico é a “instituição de uma força pública, que já não se identifica com o povo em armas” (ENGELS, 1974, p. 226), e, para sustentar esta força, “são exigidas contribuições por parte dos cidadãos do Estado: os impostos” (ENGELS, 1974, p. 227). Criam-se sistemas que se auto-alimentam, já que, ainda segundo Engels (1974), o comerciante paga impostos e o Estado facilita os meios de produção, garante a comercialização, e quanto mais venda, mais impostos. O Estado, que representa novas regras sociais criadas e mantidas pelas pessoas, vem, portanto, dar suporte a todo o sistema de produção. Engels reforça que isso foi visto em Atenas e Roma, com a classificação da população a partir do montante de seus bens, assim como no Estado feudal da Idade Média “onde o poder político era distribuído conforme a importância da propriedade territorial.” (ENGELS, 1974, p. 228 e 229).

¹⁶ Importa salientar que, mesmo com o Estado sendo construído sobre as ruínas das gens, Engels (1974) mostra que cada qual, Gregos, Romanos e Germanos, possuíram processos próprios, que se distinguiram de acordo com a situação vivida em sua época e lugar.

De acordo com este autor, a estrutura da gens perde força, o regime gentílico já estava “caduco”, foi destruído pela divisão do trabalho que separou a sociedade em duas classes e “seus órgãos deixaram de ser instrumentos da vontade do povo, convertendo-se em órgãos independentes, para dominar e oprimir o seu próprio povo” (ENGELS, 1974, p. 218). Desta maneira, a “nova aristocracia da riqueza acabou por isolar a antiga nobreza tribal, em todos os lugares onde não coincidiu com ela (em Atenas, em Roma, e entre os germanos)” (ENGELS, 1974, p. 222). Importa salientar que não se trata de transformações sociais completamente abruptas, houve importância da gens nestas novas instituições, pois, como ressaltado por Polanyi, a maneira que a terra e o trabalho estavam enraizados nas instituições não econômicas dos clãs, exerceu influência nestas novas instituições arcaicas, mesmo sendo “nítida a separação entre as instituições tribais e as instituições arcaicas” (POLANYI, 2012, p. 107).

Com o avanço da produção em grande escala, sobretudo com a definição do trabalho escravo, os comerciantes também se desenvolvem, e com a classe comerciante “veio o dinheiro metal, a moeda cunhada, novo meio para que o não-produtor dominasse o produtor e sua produção. [...] Quem o possuía era dono do mundo da produção. E quem o possuía antes de todos? O comerciante”¹⁷ (ENGELS, 1974, p. 220). Engels mostra que com o dinheiro, vieram os empréstimos, seguido dos juros e usura, como pode ser observado nas leis das antigas Atenas e Roma, submetendo o devedor ao credor “de maneira tão dura e irreversível” (ENGELS, 1974).

Para completar, a terra, antes propriedade suprema da gens, foi transformada em caráter definitivo para o indivíduo, e com isso “rompeu-se também o vínculo que unia indissolivelmente o proprietário ao solo. [...] A terra, agora, podia tornar-se mercadoria, podia ser vendida ou penhorada” (ENGELS, 1974, p. 221). Mészáros (2002, p. 611) retoma os estudos de Marx para mostrar que as determinações reificadas transformam profundamente o sentido da propriedade, que originalmente era ligada ao próprio ser, “suas condições naturais de produção como pertencentes a ele”.

¹⁷ De acordo com Viveret, a moeda como instrumento de dominação surge a partir da contradição parcial das três funções da **moeda**, meio de troca, reserva de valor e padrão: “o entesouramento (reserva de valor), que consiste em conservar a moeda, opõe-se em parte à troca, que exige, ao contrário, uma circulação rápida e a flutuação do valor da moeda cria, por sua vez, uma instabilidade que é incompatível com sua função de unidade contábil (padrão). Essa incoerência constrói uma opacidade que transforma a moeda num instrumento de dominação, em benefícios dos que controlam esses três níveis, porém em detrimento da maioria dos cidadãos, que não compreendem seus mecanismos” (VIVERET, 2006, p. 58).

Ao contrário, elas agora pertencem a um “ser estranho” reificado que confronta os produtores com suas próprias demandas e os subjeta aos imperativos materiais de sua própria constituição. Assim, a relação original entre sujeito e o objeto da atividade produtiva é completamente subvertida, reduzindo o ser humano ao *status* desumanizado de uma mera “condição material de produção” (MÉSZÁROS, 2002, p. 611).

Segundo Polanyi, estava dado o passo crucial para o que no futuro viria ser a transformação de simples mercados isolados em um sistema autorregulador de mercados, agora, o trabalho e a terra foram transformados em mercadorias, de forma que “Podemos avaliar o verdadeiro alcance desse passo se recordarmos que *trabalho* é apenas outro nome para homem, e *terra*, para a natureza” (POLANYI, 2012, p. 212). Essas transformações mais uma vez exacerbam as mudanças na relação entre os humanos, e destes com a natureza.

2.3 CIVILIZAÇÃO

Seguindo a contextualização histórica de Engels (1974) para as fases do desenvolvimento humano, após a passagem pela fase selvagem e a barbárie, chega-se à terceira fase, a chamada “Civilização”. Para Engels (1974), a civilização não é um estágio superior de organização da sociedade, mas um momento em que a divisão do trabalho, a troca entre indivíduos dela resultante, e a produção mercantil atingem o seu pleno desenvolvimento. Neste ponto, a forma de organização familiar correspondente é a monogâmica, com supremacia do homem sobre a mulher. Engels ainda afirma que também é uma característica da civilização “a fixação da oposição entre cidade e campo, e o campo como base de toda a divisão do trabalho social” (ENGELS, 1974, p. 233 e 234).

O período da civilização, para Engels (1974, p. 233), só torna-se possível quando estão postos quatro marcos que caracterizam o início desta, quais sejam: a introdução “1) da moeda metálica [...], do juro e da usura; 2) dos comerciantes como classe intermediária entre os produtores; 3) da propriedade privada da terra e da hipoteca; 4) do trabalho escravo como forma predominante na produção”. Neste período em questão, é mais bem definido o processo de dominação entre os homens. Já está mais enraizado, inserido nas novas instituições que surgiram depois da barbárie, já fora do regime gentílico, que vêm reforçar a dominação pela prática mercantil, controle da moeda e meios de produção: “Se entre os bárbaros, como

vimos, é difícil estabelecer a diferença entre os direitos e os deveres, com a civilização estabelece-se entre ambos uma distinção e um contraste (...), atribuindo-se a uma classe quase todos os direitos e à outras quase todos os deveres” (ENGELS, 1974, p. 235).

Com o passar do tempo, as instituições gentílicas continuam em seu longo processo de fragmentação, mas ainda é possível perceber seus resquícios, e todas as condições básicas para o estabelecimento de sociedades mais complexas continuam a se desenvolver: a segunda grande divisão social do trabalho, com o artesanato se separando da agricultura se mantém; os avanços na produção de alimentos torna possível o aumento significativo do número de pessoas em um mesmo regime social, aumentando a diferenciação entre pobres e ricos e consolidando a divisão da sociedade em senhores e escravos, elemento básico do sistema social; o intercâmbio regular de produtos, interno e externo às comunidades cresce cada vez mais; a criação do dinheiro, a terra como mercadoria e os novos órgãos se consolidam e asseguram as riquezas individuais.

2.3.1 O período feudal

Para Engels (1974), a divisão de classes manteve-se através de todo o período civilizado, de forma que a escravatura, primeira forma de exploração típica da antiguidade, é sucedida pela servidão na idade média. Entretanto, Godbout (1999) chama atenção que além desse tipo de relação de servidão, característico do período feudal, existia outro tipo de relação, a comunitária (famílias, vizinhos, aldeias). Ainda segundo este autor, as transformações realizadas pelo comércio atingem principalmente as relações de subordinação dentro do vínculo feudal, o “que inexistia nas sociedades primitivas” (GODBOUT, 1999, p. 178), fortalecendo ainda mais a forma de dominação e subordinação em relação às trocas. Neste período histórico, o “contrato” mercantil pouco afetará as relações comunitárias de vizinhos, família ou aldeia, já que muitas coisas ainda “circulam inseridas nas relações pessoais, no interior de vínculos comunitários diretos, personalizados, regidos por normas sociais” (GODBOUT, 1999, p. 178).

Parte do que era produzido, era dotado de sentido, ainda haviam trocas que estavam inscritas numa relação social, as pessoas ainda sabiam de onde parte de seus alimentos vinham, as coisas ainda circulavam inseridas em relações pessoais, corroborando com Fourez (1995, p. 156) ao afirmar que “os objetos não eram inanimados, pois faziam parte do universo

humano no qual viviam”. De forma análoga, se fazia presente o sentido de ligação com a natureza, com todo o universo em evolução, conforme ressalta Godbout, ao afirmar que nestes tipos de sociedades também existia um sentimento coletivo de ser parte do ambiente que vive, de forma que a comunidade “está aberta à natureza inteira, ao cosmos do qual faz parte” (GODBOUT, 1999, p. 170). Segundo Fourez (1995, p. 156), para as comunidades da Alta Idade Média a “Natureza e o mundo como um todo estavam humanizados”, ou seja, dotados de sentido ao homem.

2.3.2 A despersonalização em direção ao seu extremo

Com o desenvolvimento da ciência, principalmente nos séculos XVII e XVIII, e, sobretudo com o aprofundamento da racionalidade cartesiana e das leis mecânicas de Newton – a partir de uma visão de mundo como uma máquina (ABDALLA, 2002; CAPRA, 1999), desenvolve-se uma sociedade caracterizada por ser mecanicista, determinística, atomística e reducionista (BOFF, 2010). Este modo de entender a realidade torna-se a base científica de uma revolução mercantil e industrial da sociedade, que desenvolve um sistema produtivo incentivador de relações competitivas, individualistas e de submissão do homem pelo homem, conforme salienta Godbout (1999, p. 171), “‘objetiviza’ o mundo, a natureza, os animais, as árvores”. Polanyi afirma que no período de uma geração, entre 1815 e 1845, o mercado formador de preços, que antes existira apenas em amostras,

mostrou sua espantosa capacidade de organizar os seres humanos como se fossem simples quantidades de matéria-prima e de combiná-los – junto com a superfície da mãe-terra, que agora podia ser livremente comercializada – em unidades industriais comandadas por pessoas privadas, que se dedicavam sobretudo a compra e venda com fins lucrativos (POLANYI, 2012, p.)

Diante deste contexto histórico, acontecem transformações significativas nas relações entre ser humano e natureza. Abdalla (2002, p. 76) indica que a partir do “sucesso” dos escritos de Francis Bacon, que elaborou uma teoria que sustentava o distanciamento do homem do seu meio natural, preconizando a superioridade do primeiro para o desenvolvimento da sociedade, a “natureza passou a ser vista como fonte de riquezas e de benefícios para o homem, desde que bem compreendida pela ciência (de preferência sob

tortura, conforme Bacon) e transformada pela tecnologia”. Leonardo Boff é um dos autores que criticam essa concepção trazida por Bacon, e mostra que essa situação foi ainda mais significativa quando o ser humano começou a aprofundar a razão instrumental-analítica, com a ideia de que é mais eficaz para intervir com profundidade na natureza: “este tipo de razão exige ‘objetividade’, impõe um certo distanciamento da realidade a fim de estudá-la como um objeto para acumular experiências e dela assenhorear-se” (BOFF, 2000, p. 94). Neste sentido, aprofunda-se ainda mais a visão materialista da natureza, e conseqüentemente, o ser humano vai se distanciando do reconhecimento dela como um sistema ecológico, conforme indica Patrick Viveret, ao afirmar que neste novo mundo, lentamente surgido a partir do século XVII, “a nova lei em ascensão, a da economia, [...] tratou a natureza não como um cosmos misterioso, mas como um material maleável” (VIVERET, 2006, p. 45).

Aos poucos, sistemas industriais se consolidam como estrutura produtiva básica da civilização. Essas unidades industriais são especialmente desenvolvidas a partir dos trabalhos pioneiros de Taylor e Fayol (MORAES NETO, 1989) para o controle do tempo e dos movimentos operários, e, sobretudo, com a fragmentação do processo produtivo em linhas de produção, representado no filme *Tempo Modernos*, de Charles Chaplin (1936). Os artesãos individuais, ou componentes de pequenos grupos sociais mais democráticos, que em momentos anteriores, participavam de toda a construção do produto, carregando-os de significado sociocultural e socioambiental de seu povo, agora realizam um trabalho rígido e repetitivo, e de maneira geral, participam apenas de parte do processo produtivo de bens em massa, aprofundando ainda mais um longo processo de separação do trabalho da dimensão social e ambiental da vida. De outra forma, como consequência desta situação, potencializada pela crescente mecanização dos processos produtivos, a grande maioria das pessoas não tem relação com o processo de extração e transformação dos recursos naturais. Nos dois processos existe um distanciamento nesta relação, em que poucas pessoas operam grandes máquinas, participando de apenas uma fração do processo de produção de bens, criando grandes impactos em poucos elementos de um grande sistema, tendendo sempre ao desequilíbrio.

Na outra ponta, estes sistemas industriais nos últimos séculos tiveram grande influência nas transformações na forma de consumo, que é também uma relação com os recursos naturais. Para manter altos níveis de consumo na sociedade, necessários para perpetuação dessas estruturas de produção em escala, as empresas se utilizam de duas estratégias importantes (HISTÓRIAS DAS COISAS, 2010). A primeira é a obsolescência programada, que se caracteriza pela produção de bens com baixa vida útil, tornando seu concerto muitas

vezes mais caro do que a compra de um novo. A segunda estratégia, a obsolescência perceptiva, faz com que pessoas se desfçam de seus produtos ainda em bom estado de conservação, justificando o descarte pela sensação subjetiva de que aquele produto está ultrapassado. Esses conceitos passam por uma despersonalização do ato de consumir. Com a inserção de novos atores entre o processo produtivo e o consumidor final, são necessárias outras situações que mantenham vivo o desejo de compra através de uma forte relação simbólica, que já foi chamada de “cultura de consumo” que “abrange todo um conjunto de imagens, símbolos, valores e atitudes [...]”, e em que o ato de consumir passa a orientar pensamentos, sentimentos e comportamentos humanos¹⁸ (TASCHNER, 2000, p. 39). Então, de maneira íntima e sutil, esta relação simbólica induz o consumo de novos produtos, como um celular de última geração ou uma roupa da moda, e levam o usuário a crer que estes representam o seu status social. O capitalismo de tal modo desumaniza que já não somos apenas consumidores, somos também consumidos. As mercadorias que me revestem e os bens simbólicos que me cercam é que determinam meu valor social. Desprovido ou despojado deles, perco o valor, condenado ao mundo ignaro da pobreza e à cultura da exclusão (BETTO, 2010).

De outra forma, a grande indústria moderna “tende cada vez mais a transformar o trabalho doméstico privado numa indústria pública” (ENGELS, 1974, p. 215), já que os produtos, mas também os serviços, que anteriormente eram envolvidos pelo vínculo familiar próximo, agora são atendidos por sistemas mercantis externos ao vínculo de proximidade. A indústria, portanto, entra no seio familiar mais íntimo. De forma semelhante, para Godbout (1999, p. 183), “todo um conjunto de relações de ‘serviço’ entre as pessoas [...] também ‘sai’ do sistema da dádiva para ser desta vez assumido principalmente pelo aparelho estatal” (como também pelo mercado). Sendo assim, o que aqui se denomina Mercado ou Estado, ao introduzir a circulação de produtos e serviços, cria um desequilíbrio, enfraquecendo as relações de dádiva existentes. Jacques Godbout (1999) ainda ressalta que as instituições do mercado cria o contrato com o ideal de não chegar nem na imposição nem na obrigação, tentando fazer uma sociedade regida por essas relações contratuais. Por outro lado, neste período histórico, o Estado começa a realizar atividades que complementam a troca mercantil, atuando, sobretudo, na esfera dos serviços. Neste sentido, o mercado é responsável pela circulação de produtos e o Estado pela realização de serviços, causando “os mesmos

¹⁸ De acordo com Veblen, já no feudalismo, o consumo era “um meio de aquisição, manutenção e/ou exibição de status social” (TASCHNER, 2000, p. 40).

inconvenientes que o mercado no que tange à despersonalização da relação” (GODBOUT, 1999, p. 192).

De forma semelhante, os novos produtos e serviços também possibilitam romper alguns laços da relação entre o ser humano e os ecossistemas. Em uma situação anterior que o processo de trabalho para alcançar os meios de existência (consumo) era envolvido por relações sociais e uma interação com o ecossistema, neste momento, o beneficiário de um serviço pode abdicar de qualquer relação deste tipo para obter resultado semelhante, pois já existe quem o realiza, representado de alguma forma na figura do Estado ou mercado. Ainda, a possibilidade de uma pessoa se especializar na realização de um serviço promove, em tese, um melhor desenvolvimento desta atividade, mas restringe, também no campo da produção, a diversidade de relações humanas e destes com os ecossistemas.

Torna-se perceptível as consequência das estruturas do mercado e do Estado de não transportar o sentido do vínculo social através das mercadorias e dos serviços. Esta relação despersonalizada de troca não representa mais uma relação de dádiva na medida em que não existe relação de dádiva “a não ser daquilo que excede por sua dimensão simbólica a dimensão utilitária e funcional dos bens ou dos serviços” (CAILLÉ, 2002, p. 37).

De acordo com Patrick Viveret, a modernidade é responsável pela extrema individualidade, que quebra radicalmente com a relação coletivo/indivíduo, já que em sociedades antigas, “o indivíduo não existia. Era apenas uma partícula elementar de uma totalidade cósmica e social” (VIVERET, 2006, p. 45). Neste mesma linha, Jacques Godbout (1999, p. 176) considera que a modernidade é bem caracterizada pela despersonalização das relações introduzidas pelo mercado entre os membros de uma mesma sociedade. Este é também o ideal sacralizado pelo projeto moderno de sociedade. A liberação completa dos vínculos sociais e dos vínculos com o ecossistema, sendo agora suprido através da produção do Estado e mercado, tornando toda a sociedade dependente dessas estruturas econômicas e as pessoas cada vez mais “perdidas” nessa coletividade. Diferente das sociedades primitivas, onde a produção era carregada de subjetividade, o mercado na sociedade moderna “visa produzir coisas por meio de coisas” e no extremo produzir pessoas como se fossem coisas. (GODBOUT, 1999, p. 161).

Ao mesmo tempo, essas mesmas estruturas do mercado e Estado não transportam o sentido de unidade entre ser humano e os ecossistemas através das mercadorias e serviços, causando uma ruptura nesta simbólica relação de interdependência. Jacques Godbout (1999) mostra que a utopia de nos liberarmos de qualquer vínculo e nos dedicarmos somente

ao crescimento da produção, introduz também “uma ruptura radical entre o mundo das pessoas-sujeitos e o resto do cosmos”. As cidades contemporâneas se tornam cada vez mais frias, neutras, sem a natureza. Essa forma de organização social em centros urbanos, dotados de serviços e mercadorias disponíveis, possibilita uma pessoa viver com pouca relação direta com o ecossistema. Mesmo o ar que se respira passa por máquinas, a luz do sol pode sofrer reações até se encontrar com o corpo humano, o alimento passa por inúmeros processos químicos, e a relação das pessoas com os ecossistemas quase inexiste. As pessoas quase não tocam em plantas. Existem serviços que liberam os homens de buscar água diretamente da fonte, de cuidar dos resíduos, de transportar alimentos, dentre outras coisas.

Trata-se de buscar o extremo, distanciando ao máximo ser humano, enquanto espécie, da natureza, diminuindo sua possibilidade de integração à teia da vida, criando uma degradação para ambos os lados. Embasado por esse entendimento, desenvolve-se ainda mais este sistema produtivo e os recursos naturais são utilizados sem qualquer comprometimento com a renovação dos mesmos, determinando a destruição de ecossistemas inteiros. Nos últimos 150 anos ou mais, o avanço na aplicação da tecnologia acelerou enormemente, resultando numa divergência bastante dramática, e os sistemas de energia mais sutis da natureza têm sido esmagados pelo incessante ataque de uma impiedosa tecnologia mecanicista, com as consequências mais terríveis para todos nós¹⁹ (COATS, 1996, p. 34).

Vive-se, ao mesmo tempo, a conquista global dessa racionalidade burguesa e a crise da civilização (ABDALLA, 2002), que não incorporou o cuidado com a biodiversidade para o desenvolvimento das condições de vida humana em sociedade. Segundo Boff (2010b) este atual modelo socioprodutivo é responsável pela destruição de 65% das terras agricultáveis, cerca de 5.000 (cinco mil) espécies de seres vivos desaparecem anualmente, e são lançados no solo, no ar e nas águas mais de mil agentes químicos sintéticos e tóxicos, corroborando com as ideias de Milton Santos, ao afirmar: “O fato é que os agravos à natureza são, sobretudo, originários do modelo de civilização que adotamos” (SANTOS, 2000, p. 20). Entretanto, esses agravos a natureza retorna de maneira nociva ao ser humano, conforme alerta Coats (1996), ao afirmar que a terra está doente, e o aprofundamento das tempestades, secas, inundações e terremotos são consequências de sua tentativa de reequilíbrio.

É importante ressaltar que este processo de transformação do sentido das relações entre

¹⁹ “In the last 150 years or so, the advance an application of technology has accelerated enormously, with the result that the divergence has become quite dramatic, and the far more subtle energy systems of nature have been overwhelmed by the ceaseless onslaught of a merciless, mechanistic technology, with the direst consequences for us all” (COATS, 1996, p. 34).

seres humanos e destes com o meio ambiente foi influenciado pela introdução do mercado e Estado na sociedade, mas por trás disto existem também motivações diversas em busca de segurança, dominação ou poder. O enfraquecimento da dádiva e da relação entre homem e ecossistema se manifestou de diversas formas, a depender dos contextos sociais e naturais próprios, e não se pode afirmar que a cisão entre estes dois elementos é concreta e irreversível. Existe um contra movimento, de busca por formas de construir redes de dádivas e fortalecer a relação com os ecossistemas. As pessoas envolvidas conservam e mantêm vivas, além dos vínculos de proximidade, as “estruturas regidas pela dádiva que se infiltram em todos os interstícios dos sistemas ‘oficiais’ secundários e normalmente racionalizados do mercado e do Estado” (GODBOUT, 1999, p. 29). Aos poucos se torna mais nítido o quanto faz falta a relação mais direta com o meio ambiente, e cada vez mais se tem buscado formas de recuperar essa proximidade, essa ideia de unicidade com relação ao todo. Muitos já conseguem perceber os benefícios desta dupla aproximação, com os outros e com a natureza, afinal, é o que dá sentido à vida e o que enraíza o ser humano no mundo.

Os seres humanos, durante um primeiro momento de seu processo de desenvolvimento, foram fortalecendo sua relação em sociedade e com os ecossistemas para melhoria das suas condições de vida. Com o passar do tempo, o trabalho começa a se especializar, e a dedicação humana a uma atividade produtiva específica vai restringindo a relação do ser humano a alguns recursos naturais. De forma complementar, a crescente produção de riqueza altera decisivamente a relação entre humanos ao dividir a sociedade em senhores e escravos, contribuindo para desestruturar os laços de proximidade entre as coletividades. Estes dois processos vão se aprofundando ao longo do tempo, a ponto de se criar estruturas de mercantis e estatais, concentrando a produção de bens e serviços, tornando o ser humano e os ecossistemas naturais subjugados à produção material de riqueza.

Recuperar os processos sociais que contribuíram para o distanciamento entre seres humanos e deste com a Natureza torna-se fundamental para propor e realizar qualquer estratégia que busque alterar os efeitos nocivos destas estruturas produtivas e melhorar as condições de vida em sociedade. Entretanto, para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável não basta somente mudar algumas práticas cotidianas, mas uma transformação mais profunda deste modelo dominante na sociedade contemporânea. Como será visto no capítulo seguinte, mostra-se fundamental, também, repensar as bases do conhecimento acerca da realidade social, econômica e ambiental, assim como as relações de competição e controle do homem sobre o homem e do próprio homem na sua relação com a natureza.

3 A SUSTENTABILIDADE NO DESENVOLVIMENTO

Neste momento, serão discutidas importantes questões que envolvem a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, sobretudo no que se refere às incompatibilidades dos atuais sistemas de produção em relação a propostas de melhoria das condições de vida e preservação dos ecossistemas. Em seguida, recorre-se a um entendimento mais ampliado (ou substantivo) do ato econômico como toda a relação do ser humano com seu o meio para alcançar suas condições materiais de existência, aprofundando questões que vão além das condições materiais, como as ideias de necessidade, utilidade, motivação e desejo. Por fim, este capítulo aborda alguns caminhos que podem estar relacionados às propostas de desenvolvimento sustentável, destacando a abordagem de sustentabilidade ecológica enquanto possibilidade de reintegração do ser humano com a Natureza, elencando nove princípios dos sistemas vivos, elencados por Capra (2002, 2006): Redes, Sistemas Aninhados, Diversidade, Cooperação, Interdependência, Fluxo, Ciclos, Equilíbrio Dinâmico e Desenvolvimento.

3.1 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As primeiras utilizações do termo “sustentabilidade” são originárias ainda do século XVI, ainda restritas à conservação de florestas, por conta do grande uso de madeiras para a indústria naval e posteriormente o carvão (BOFF, 2012). Somente no início dos anos 80 do século passado, a partir dos estudos pioneiros de Lester Brown, o termo sustentabilidade foi empregado às sociedades humanas (CAPRA, 2002). Ainda nesta década, a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, através do processo preparatório da Conferência das Nações Unidas – “Rio 92”, produziu um documento chamado “Nosso Futuro Comum”, ou Relatório de Brundtland, usando a mesma definição de Brown para apresentar a noção de desenvolvimento sustentável como a capacidade da humanidade em “atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades” (CAPRA, 2002, p. 237-238).

Neste sentido, o termo “sustentabilidade”, quando relacionado às sociedades humanas, já estava ligado à ideia de desenvolvimento, assumindo definitivamente, conforme alerta Elisabete Santos, uma dimensão social de seu significado, e não mais um significado apenas relacionado aos ecossistemas, o que requer, portanto, “interesse social e político, no sentido

de instituir uma outra relação entre sociedade e natureza” (SANTOS, 1996, p. 14). Ignacy Sachs afirma que, de maneira resumida, a ideia de desenvolvimento, no último meio século, vem “apontando para sua complexificação representada pela adição de sucessíveis adjetivos – econômico, social, político cultural, sustentável – e o que é mais importante, pelas novas problemáticas” (SACHS, 2008, p. 37).

Esse entendimento de desenvolvimento sustentável cunhado por Lester Brown não surge do nada. Conforme afirma Elisabete Santos (1996, p. 15), o conceito de sustentabilidade emerge no contexto em que já estão presentes as ideias em torno “do ‘ilimitado’ e das ‘infinitas’ possibilidades do atual padrão de produção e de exploração da natureza, da apropriação desigual de seus recursos”. A notória visibilidade da Organização das Nações Unidas (ONU) faz com que essa primeira definição sirva de referência para muitos estudiosos. Entretanto, tudo ainda é muito novo, e as formas de buscar esse dito desenvolvimento sustentável se apresenta de maneiras diversas. As definições finais do “Nosso Futuro Comum”, ainda de acordo com Elisabete, apresentam grave problema, pois não determinam responsabilidades claras aos atores envolvidos, eximindo os atores sociais da definição de compromissos e consequentes cobranças para alcançar este desenvolvimento sustentável: “O sujeito deste projeto de sustentabilidade são todos os homens, ou seja, do ponto de vista social, ninguém” (SANTOS, 1996, p. 17).

Muitos relacionam desenvolvimento sustentável à utilização não poluidora de recursos ambientais. A chamada “economia verde”, apresentada como solução para as mudanças climáticas, segue esta mesma linha, ao ressaltar a preservação dos recursos naturais através da produção de baixo carbono²⁰, reciclagem e reposição de bens, podendo representar a saída para a atual crise ambiental (BOFF, 2012). Ainda que a necessidade de cuidado com os recursos naturais seja incontestável, sabe-se dos limites atuais desta proposta. Leonardo Boff (2012) alerta para a viabilidade ecológica de um desenvolvimento sustentável, colocando em debate o atual sistema industrialista de produção que degrada rapidamente os ecossistemas, pois não integra o necessário cuidado com a utilização dos recursos naturais.

Ao mesmo tempo, um desenvolvimento sustentável não pode se resumir a estas ações. A Carta da Terra (2010), importante documento elaborado por representantes de diferentes povos, avança para o entendimento da complexidade deste fenômeno chamado “desenvolvimento”, afirmando que os desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e

²⁰ Produção de baixo carbono é o termo utilizado para atividades produtivas que possuem baixo nível de emissão de gases responsáveis pelo agravamento do efeito estufa.

espirituais estão interligados, ainda que “a conservação e a reabilitação ambiental sejam parte integral de todas as iniciativas de desenvolvimento”. Por fim, mudanças imediatas são necessárias, ao passo que, como alertado por Leonardo Boff (2012), a preservação ambiental é incompatível com o crescimento econômico, pois os atuais padrões de consumo, fundamentais para este crescimento, são altamente insustentáveis, desalinhados à possibilidade de preservação dos recursos.

Para Sachs, somente as soluções que “promovam o crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais, merecem a denominação de desenvolvimento sustentável” (SACHS, 2008, p. 36). Essa concepção de desenvolvimento sustentável avança ao enfatizar a necessidade de impactos sociais positivos, já que ainda não está presente no debate sobre economia verde a temática da desigualdade, no sentido de acesso a condições básicas de vida como educação, saúde, saneamento básico. Ignacy Sachs (2008, p. 14), reconhece que o crescimento econômico, mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento “se ele não amplia o emprego, se não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades”. Entretanto, as empresas continuam crescendo em rentabilidade, e como afirmado na Carta da Terra (2010), os níveis de desigualdade são cada vez mais acirrados, de forma que “benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e a diferença entre ricos e pobres está aumentando”. Está exatamente neste ponto o maior questionamento a esta proposta de desenvolvimento sustentável: como garantir um crescimento econômico que corrija os efeitos da desigualdade?

De acordo com Ignacy Sachs (2008, p. 36), se aproximando do pensamento de desenvolvimento econômico a partir do crescimento do produtivo e da geração de emprego, em algumas situações, “a inclusão justa” se tornaria o requisito central para um desenvolvimento sustentável, a partir do entendimento de que

é igualmente importante refletir sobre como maximizar o potencial de emprego para uma dada taxa de crescimento, influenciando a composição do produto (output-mix) e selecionando as técnicas apropriadas, sem perder de vista o objetivo de aumentar a produtividade do trabalho, no qual se apoia, em última instância, o progresso econômico (SACHS, 2008, p 42).

Esse potencial transformador da geração de emprego é muito questionado por outros estudiosos, a exemplo de István Mészáros, que a partir de sua linha marxista de pesquisa, ressalta que a dimensão de organização vertical/hierárquica do trabalho possui a função vital

de assegurar os interesses de “expansão contínua da mais-valia com base na máxima exploração praticável da totalidade do trabalho” (MÉSZÁROS, 2002, p. 623). Ainda para este autor, esta é a forma predominante de organização do atual sistema produtivo, fazendo com que muitas pessoas, trabalhadores, gerem riqueza para poucos, donos dos meios de produção. Parece sensato aceitar que a desigualdade vai além da geração ou não de emprego. A manutenção da relação empregado/dono ou trabalho/capital é a própria estrutura de geração do lucro, em que muitos trabalham para o dinheiro se concentrar com um dono, continuando com o ciclo da concentração de riqueza. Neste sentido, conforme entende Leonardo Boff, este sistema produtivo “não consegue criar riqueza sem ao mesmo tempo gerar pobreza; é incapaz de gerar desenvolvimento econômico sem simultaneamente produzir exploração social” (BOFF, 2005).

A Carta da Terra (2010), um documento conciso e amplo, entra ainda timidamente no debate ao afirmar a necessidade de “Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável”, e mesmo sem defender estratégias claras de alterar os níveis de concentração de riqueza, reforça a necessidade de “Promover a distribuição equitativa da riqueza dentro das e entre as nações”. Já Ignacy Sachs, ao falar sobre a equidade, em sua proposta de desenvolvimento sustentável, não passa pela questão de alteração das estruturas de acumulação, reduzindo o debate a equilibrar as oportunidades entre pequenas e grandes empresas, de forma que “A equidade, traduzida em termos operacionais, significa o tratamento desigual dispensado aos desiguais, de forma que as regras do jogo favoreçam os participantes mais fracos e incluam ações afirmativas que os apoiem” (SACHS, 2008, p. 14).

De acordo com Leonardo Boff (2012), a concepção de desenvolvimento sustentável mais difundida se baseia na continuidade do crescimento econômico, abrindo possibilidade para muitas realizações, mas está presa à condição de que não se afetem os lucros, não enfraqueça a competição ou prejudique as inovações tecnológicas. BOFF (2012) alerta que existe uma contradição na atual concepção de desenvolvimento sustentável que vem desde sua construção conceitual, já que o termo “desenvolvimento” sugere a linearidade e privilégio à acumulação individual, originários “do campo da economia política industrialista/capitalista”, e a compreensão da “sustentabilidade” representa uma lógica circular e includente, baseada na cooperação e coevolução. Desta forma, sustentabilidade e desenvolvimento têm lógicas que se autonegam: “uma privilegia o indivíduo, a outra o coletivo; uma enfatiza a competição, a outra a cooperação, uma a evolução do mais apto, a

outra a coevolução de todos juntos e inter-relacionados” (BOFF, 2012, p. 45).

Mesmo reconhecendo a importância do que chama “capital material” para a vida humana, Leonardo Boff (2012) considera que não se pode restringir o crescimento como um fim em si mesmo, já que o desenvolvimento das atuais condições materiais se estruturou em um crescimento econômico sem sustentabilidade, sob condições de exploração da força de trabalho. Neste sentido, é preciso renovar o entendimento acerca do desenvolvimento sustentável, já que, a “Economia Verde” e essa concepção trazida por Sachs (2008) ainda estão presas no paradigma do chamado “crescimento econômico”.

Polanyi (2012) mostra como é difícil alterar essa situação, já que houve toda uma construção social em torno do investimento nas estruturas de mercado, presumindo que seu resultado seria ótimo em termos de satisfação das necessidades. Além do mais, desde o século XIX “estamos acostumados, é claro, a que as coisas sejam assim – a subsistência é assegurada, primordialmente, por instituições econômicas que são acionadas por motivações econômicas e regidas por leis econômicas” (POLANYI, 2012, p. 95), pois

O econômico tem sido ‘desvinculado’ da sociedade, sendo tratado como o âmbito da fome e do ganho. [...] Nossa humilhante escravização ao ‘material’. Que toda a cultura humana destina-se a mitigar, foi deliberadamente tornada mais rigorosa (POLANYI, 2012, p. 222 e 223).

Já que as atuais estruturas de produção, pautadas no crescimento econômico, estão diretamente ligadas aos problemas de concentração de renda e degradação dos ecossistemas, torna-se necessário aprofundar o debate acerca do próprio termo “economia”.

3.2 UM OLHAR SOBRE O FAZER ECONOMIA

Questionamentos sobre a relação do crescimento (ou desenvolvimento) econômico e desenvolvimento sustentável criam uma necessidade de entender melhor o fenômeno da economia, que pode trazer contribuições importantes para este debate. Apesar das ideias sobre o ato econômico serem comumente associadas a dinheiro, finanças e empresas, estudiosos utilizam e analisam o termo “economia” a partir de concepções próprias que mostram formas distintas de entender a realidade. Para Polanyi (2012), o conceito de econômico possui dois

significados de raízes diferentes, de um lado uma relação lógica de meios e fins definida pela escassez, e de outro, a necessidade de interação com o meio físico que o sustenta, de forma que o termo econômico oscila entre dois polos de significação, ora com conotação de escassez, e ora relativo à subsistência humana.

3.2.1 Uma definição formalista de economia

A concepção de “economia” hoje dominante, também denominada de “formalista” por alguns autores (CAILLÉ, 2009a; POLANYI, 2012), é usada principalmente para definir a relação racional – cálculo de utilidade – para controlar os recursos escassos (meio) e satisfazer as necessidades (fins). De acordo com Polanyi, o conceito de economia como uma escolha racional e utilitária dos meios nasce com os fisiocratas franceses, de forma simultânea à emergência da instituição do mercado como mecanismo de oferta-procura-preço. Entretanto, de acordo com este autor, havia uma tendência no pensamento dos fisiocratas, pois “eles visavam menos a universalidade da economia e mais a especificidade do mercado” (POLANYI, 2012, p. 50).

Ainda para Polanyi (2012), a relação essencial do ser humano com a natureza e com seus semelhantes para obter seus meios de subsistência, foi controlada pela moderna criação do mercado, de forma que o super crescimento das iniciativas mercantis subsidiou teorias que preconizaram que a sociedade poderia viver sobre essa forma básica de organização, a “sociedade do mercado”, formada por uma “economia de mercado”. De forma semelhante, Alain Caillé (2009) alerta para o reducionismo da forma de entendimento dominante acerca do fazer economia, ao pregar que “todas as relações sociais devem organizar-se segundo uma lógica mercantil de compra e venda dos recursos²¹” (CAILLÉ, 2009, p. 22). Fazendo sérias críticas ao que chama de “falácia economicista”, que consiste exatamente nesta tendência a identificar a economia humana apenas como sua forma de mercado, Polanyi (2012, p. 64) entende que essa generalização, significa desconsiderar ou “eliminar a maior parte da história humana”.

Este pensamento influenciou toda a sociedade ocidental, e, conforme ressalta Polanyi (2012, p. 60), nas sociedades mais antigas, as leis que tinham importância eram a de

²¹ “todas las relaciones sociales deben organizarse según una lógica mercantil de compra y venta de los recursos” (CAILLÉ, 2009, p. 22).

propriedade e contratos, e os “bens, a riqueza e a renda de um homem, assim como o preço de seus produtos, passaram a ser considerados ‘justos’ somente quando nasciam do mercado”. Ainda para este autor (POLANYI, 2012, p. 213), os ‘motivos econômicos’ reinaram supremos, e o indivíduo foi levado a neles basear os seus atos, de forma que essa “conversão forçada” a uma perspectiva utilitarista distorceu decisivamente a compreensão do “homem ocidental” sobre si mesmo, e até as disciplinas sociais foram transformadas em redutos de modos de pensamento economicista:

a amoralidade metodológica da economia, como disciplina, transmite-se – a partir do momento em que a economia se torna uma verdadeira norma social e cultural no seio de uma sociedade de mercado – a todas as atividades humanas quando a questão da rentabilidade tem primazia sobre a questão do bem, e particularmente a do bem público, é o próprio cerne do processo educativo que sofre grave perturbação (VIVERET, 2006, p. 43)

3.2.2 Um entendimento substantivo de economia

Polanyi entende que ao considerar que *sistema econômico* significa “o conjunto de traços comportamentais inspirados em motivações individuais da fome e do lucro, diremos que não existia sistema econômico” (POLANYI, 2012, p. 100). Para este autor, entendendo que a expressão *sistema econômico*

abarcava os traços comportamentais relacionados com a produção e a distribuição de bens materiais – o único significado relevante para a história econômica –, então somos obrigados a dizer que existia um sistema econômico, mas ele não era institucionalmente separado. Na verdade, era mero subproduto do funcionamento de outras instituições não econômicas (POLANYI, 2012, p. 100 e 101).

A partir desta compreensão, pode-se dizer que a economia sempre esteve presente em todas as formas de organização humana. Aristóteles corrobora essa ideia, segundo Polanyi, ao afirmar que a economia tinha uma concepção ampliada em sua relação com toda a sociedade, seu quadro de referência era a comunidade como tal, que existe em diferentes níveis em todos os grupos humanos em funcionamento: “ele relacionava todas as questões de origem e função institucionais com a totalidade da sociedade” (POLANYI, 2012, p. 247). Neste sentido,

Polanyi sustenta que a economia “entendida como processo instituído de interações que servem para satisfazer necessidades materiais, é parte vital de toda comunidade humana” (POLANYI, 2012, p. 78). Essa é a base do que chama Economia Substantiva, que para o autor constitui-se em dois níveis: um é a interação entre o homem e o meio, e o outro, a institucionalização desse processo (POLANYI, 2012, p. 78).

No que corresponde a essa percepção mais ampla da economia, ainda de acordo com Polanyi (2012, p. 78), a interação entre homem e meio, para um resultado material em termos de sobrevivência, pode ser decomposta em duas formas de trocas, de localização (troca de lugares) e de apropriação (troca de “mãos”), que podem ou não caminhar juntas.

Num movimento de localização, como implica o termo, as coisas se movem espacialmente; num movimento de apropriação, muda a pessoa (ou pessoas) à disposição da qual as coisas estão, ou muda o grau em que elas têm direito de dispor das coisas. O movimento de localização compreende a produção e o transporte; o de apropriação, as transações e as disposições (POLANYI, 2012, p. 78).

Assim como muitas ideias sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável já incorporam a esfera social em seu conceito, Polanyi (2012, p. 84) sustenta que para a economia realizar esse efeito integrador, ou mesmo para seu surgimento acontecer, exige-se a presença de estruturas definidas na sociedade. Para este autor a economia, portanto, não pode ser entendida como resultado de uma simples cadeia de causas aleatórias, de forma que ela nunca teria atingido a importância da economia humana

sem possuir localização definida no tempo ou no espaço (isto é, sem unidade e estabilidade), sem pontos de referência permanentes (isto é, sem estrutura), sem modos de ação definidos em relação ao todo (isto é, sem função) e sem maneiras de ser influenciada pelas metas da sociedade (isto é, sem política) (POLANYI, 2012, p. 81).

Neste sentido, a compreensão da economia humana como um processo institucionalizado de interação entre humano e meio ambiente para alcançar a subsistência material do homem, segundo Polanyi (2012), envolve as propriedades de unidade e estabilidade, estrutura e função, história e política, que se combinam por meio de sua “roupagem institucional”. Este mesmo autor deixa claro que as atitudes pessoais por si só não

definem este sistema, “o elemento validador e organizador não provém do indivíduo, mas de ações coletivas de pessoas em situações estruturadas”. (POLANYI, 2012, p. 85 e 86)

3.2.3 Formas de integração e estruturas de apoio

A partir deste entendimento de economia, ampliam-se as possibilidades de compreensão das diferentes formas de organização econômica em sociedade. Para Polanyi, as economias devem ser agrupadas de acordo com a sua forma de integração dominante, na medida em que se institucionalizam os movimentos de bens e pessoas para superar o efeito dos diferenciais de espaço, tempo e ocupação, criando uma interdependência entre os movimentos que envolvem “desde os recursos materiais e o trabalho, até o transporte, o armazenamento e a distribuição dos produtos” (POLANYI, 2012, p. 83).

A organização econômica, para este autor (2012), pode ser representada por três formas de integração, que designam movimentos, seguidas por estruturas sociais que a sustentam, quais sejam: A redistribuição, que a partir de um centro estabelecido, possibilita um movimento para a centralidade e a partir dela; A troca, que a partir de um sistema de mercado (criação de preço), possibilita um movimento entre dois pontos aleatórios do sistema; e por fim, a reciprocidade, que a partir de grupos simétricos, possibilita movimento entre eles.

3.2.3.1 Redistribuição e centralidade

Segundo as definições de Polanyi, a redistribuição, enquanto forma de integração, física ou meramente dispositiva, necessita de certo grau de centralização, e “só pode ocorrer quando há canais pelos quais o movimento para o centro e o movimento posterior a partir dele podem se dar” (POLANYI, 2012, p. 90). A redistribuição prevalece num grupo, segundo Polanyi (2012, p. 88), na medida em que “alocação de bens (incluindo-se a terra e os recursos naturais) são recolhidos e distribuídos conforme o costume, a lei ou uma decisão central *ad hoc*”. Para Polanyi (2012), os métodos de movimentação para o centro em um sistema redistributivo podem ser muito diferentes, desde uma simples reunião para caçar, até sistemas mais complexos de tributação em espécie. Quanto ao processo de distribuição, este pode corresponder a uma troca de localização ou de propriedade, ocorrendo por razões diversas,

desde tribos primitivas até os vastos sistemas do Egito, da Suméria, da Babilônia ou do Peru, na Antiguidade²².

3.2.3.2 Troca e mercados

No que diz respeito à troca enquanto forma de integração, Polanyi (2012, p. 91) entende que trata-se de “um movimento bidirecional de bens entre pessoas orientadas para o ganho que cada uma delas obtém dos termos resultantes”, a partir de dois pontos dispersos do sistema, diferente da redistribuição e reciprocidade, que pressupõem, respectivamente, um centro e uma relação de simetria. No entanto, a troca como movimento institucionalizado “depende da presença de um sistema de mercado, um modelo institucional que, ao contrário das suposições comuns, não nasce de atos aleatórios de troca” (POLANYI, 2012, p. 86). De acordo com Polanyi (2012), os atos aleatórios de permuta, se é que chegam a ocorrer, não caracterizam um movimento institucionalizado de mercado, pois são incapazes de produzir, por si só, o preço como elemento integrador. Somente na presença de mercados instituídos para orientar a intenção de permuta, há condições de gerar preços que integrem as atividades econômicas.

Neste sentido, para Polanyi (2012), o escambo é muito mais parecido com a reciprocidade e a redistribuição, sendo que, de outra forma, seria um erro identificar rigidamente o predomínio da troca na economia ocidental do século XIX, mesmo considerando que neste século, a troca através do mercado alcançou uma escala territorial e institucional incomparável com qualquer outro momento da humanidade.

3.2.3.3 Reciprocidade e simetria

A forma de integração da reciprocidade “envolve a presença de dois ou mais grupos simetricamente situados, cujos membros possam comportar-se de maneira semelhante, uns com os outros, nos assuntos econômicos” (POLANYI, 2012, p. 85). Polanyi (2012) chama atenção que a reciprocidade pode acontecer em uma relação bidirecional, entre grupos

²² “A redistribuição, método predominante nas sociedades tribais e arcaicas nas quais a troca desempenhava um papel menor, assumiu enorme importância no fim do Império Romano e hoje ganha terreno nos modernos Estados industriais” (POLANYI, 2012, p. 92).

simétricos, mas também pode acontecer entre muitos grupos, que são simétricos em relação a dois ou mais eixos. Portanto, um grupo pode receber algo fruto dessa relação recíproca e retribuir a outro grupo, que por seguinte retribuirá a um terceiro, e assim por diante.

Para Polanyi (2012, p. 87), o sistema de reciprocidade mais bem descrito foi o dos Ilhéus Trobriandeses, a partir dos estudos de Malinowski, mostrando que “não só a agricultura de subsistência baseia-se em relações recíprocas; como também as trocas de peixe por inhame entre as aldeias costeiras e as do interior são feitas com base na reciprocidade”. Ainda de acordo este autor, a reciprocidade desempenhou um papel dominante na maioria das comunidades tribais, e em seguida, “sobreviveu como traço importante, embora subalterno, nos impérios arcaicos redistributivos, nos quais o comércio exterior anda se organizava, em larga medida, com base nesse princípio” (POLANYI, 2012, p. 92).

Caso não existisse essa simetria, o processo de troca não poderia funcionar, já que os movimentos recíprocos de bens se expressam em termos de dádiva e contradádiva e “a adequação significa que a pessoa certa, na ocasião certa, deve retribuir o tipo certo de objeto. A pessoa certa, é claro, é a que está colocada em posição simétrica” (POLANYI, 2012, p. 88). Mesmo que o hábito de ofertar presentes recíprocos seja acompanhado de negociação, Polanyi (2012, p. 88) ressalta que existe a preferência da equidade em relação ao rigor, de forma “a desestimular qualquer manifestação de interesse econômico pessoal nas relações de reciprocidade”. O mesmo ainda coloca que a simetria, nestes casos, deve ser em relação a um ou mais eixos. Entretanto, pode-se entender que ao falar em “um ou mais eixos”, este autor (POLANYI, 2012) não pressupõe uma situação de completa “igualdade”, mas que, a partir de determinada ótica, existe uma relação simétrica.

Como pode se perceber, a economia não pode ser reduzida a estruturas de mercado. Os questionamentos em relação ao crescimento econômico para o desenvolvimento sustentável, na verdade não são por uma questão econômica, mais ampla, mas sim por conta dos efeitos nocivos das estruturas de mercado superdesenvolvidas. Para debater sobre a importância dessas estruturas de mercado na vida contemporânea, é necessário se aprofundar um pouco mais sobre a produção de riqueza em sociedade, e como ela está relacionada aos processos institucionalizados e à melhoria das condições de vida em sociedade.

3.2.3 A produção de riqueza na economia

Dentro de qualquer ideia sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento, está incluído algum entendimento sobre o lugar da riqueza para a humanidade, o que envolve, inevitavelmente, a relação do ser humano com as estruturas sociais de produção. Nesta linha, Mészáros (2002, p. 612) afirma que uma redefinição das estruturas de produção para que tenham o ser humano como finalidade, envolve, inevitavelmente “uma redefinição radical de ‘riqueza’”. Entretanto, pensar como o ser humano entende o processo de produção dos seus meios de existência envolve não apenas o entendimento de riqueza, mas outras questões igualmente importantes relacionadas a ela. Questões que estão intimamente ligadas à relação entre humanos e destes com a natureza, como as ideias de subsistência, utilidade, motivação, necessidade e desejo.

A base para o entendimento sobre o Econômico está ligada à questão da subsistência do ser humano, ou seja, suas formas de satisfazer as necessidades materiais de existência. Isto levaria à questão: qual é o impulso inicial que leva o ser humano a satisfazer suas necessidades materiais de existência? Para Polanyi, a organização da sociedade a partir de sua instituição central, o mercado, moldou o que chama de “filosofia prática”, de forma que, “fomos levados a aceitar a heresia de que suas motivações podem ser descritas como ‘materiais’ e ‘ideais’, e que os incentivos sobre os quais se organiza a vida cotidiana provêm das motivações ‘materiais’” (POLANYI, 2012, p. 210 e 211). De acordo com Polanyi, disto derivou o entendimento de que as decisões motivadas por questões estritamente materiais, são baseadas na escassez de recursos.

Para Polanyi (2012), entretanto, a subsistência do homem pode ou não envolver a necessidade de escolha, de forma que, muitas vezes, o costume e a tradição eliminam a escolha e, quando esta existe, não precisa ser induzida pelos efeitos de nenhuma escassez de recursos, já que a insuficiência de meios não cria, necessariamente, uma situação de escassez. Polanyi (2012) caracteriza este entendimento equivocado como “A falácia da Escolha relativa e da Escassez”, pois para ele, existem várias condições capazes de influenciar a escolha além da escassez, que podem ser de escalas tecnológicas, morais, científicas, supersticiosas ou puramente arbitrárias, como por exemplo, a disponibilidade de ar e dedicação amorosa, que não possui um limite que o torne escasso.

Este debate requer um olhar cuidadoso sobre algumas transformações que aconteceram

durante a história da humanidade. Mészáros (2002) retoma os estudos de Marx para mostrar que na antiguidade a riqueza não aparece como a finalidade da produção, e que a riqueza como um fim em si mesmo surge apenas entre os poucos povos comerciais na sociedade medieval, com os monopolistas do comércio de longa distância. Godbout (1999, p. 179) considera que com a inserção do comerciante no processo de circulação de bens, e consequente distanciamento da produção do consumidor, a sociedade “começou a procurar a utilidade, pois esta não era mais evidente por si própria. Nomeou a utilidade e a dissociou do uso”. De forma complementar, para Mészáros (2002, p. 606), a valorização de determinado bem em uma situação de troca, não necessariamente tem relação com o seu valor de uso, de modo que: “para tornar a produção de riqueza a finalidade da humanidade, foi necessário separar o valor de uso do valor de troca, sob a supremacia do último”.

Lacan (1997) se aproxima, inicialmente, do pensamento de Mészáros, ao mostrar que a longa elaboração histórica do que denomina “problema do bem”, no sentido da material de algum produto, é centrada na noção de como são criados, e não a partir de necessidades pretensamente naturais e predeterminadas do ser humano (utilidade). Para ele, alguma coisa produzida, “rara ou não, mas em todo caso produzida, no final das contas, nessa riqueza, sendo ela correlativa a qualquer pobreza que seja, há no início outra coisa além de seu valor de uso” (LACAN, 1997, p. 279). Logo, para Lacan, a origem e a forma com que é produzido determinado bem o faz adquirir sentido efetivo para o ser humano e, ao ser produzido, já não estará mais somente no nível do seu uso material, pois agora o sujeito pode dele dispor, sendo portanto, para Lacan, este o âmbito do nascimento do poder: “dispor de seus bens é ter o direito de privar os outros de seus bens” (LACAN, 1997, p. 279).

Muitos produtos e serviços são carregados de valor simbólico, com aparência mitificada de superioridade, que não correspondem ao seu valor enquanto utilidade material. Durante o processo histórico de desenvolvimento do capital, segundo Mészáros (2002, p. 610), o caráter real da riqueza desapareceu, de forma que existe atualmente uma completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca. Assim, de acordo com Lacan, desconsiderar essa dimensão subjetiva do ser humano, faz perpetuar a tradição eterna do poder (LACAN, 1997, p. 381). Ainda para Lacan (1998, p. 269), o desejo²³ do ser humano

²³ Para Lacan, o desejo é sempre desejo de outra coisa, de um objeto que sempre é faltoso, que faz com que o sujeito deseje o persiga infinitamente. O desejo, portanto, é uma medida infinita, é a metonímia de “nosso ser”, ou seja, “o que somos, e também o que não somos, nosso ser e nosso não-ser – o que no ato é significado, passa de um significante ao outro da cadeia, sob todas as significações” (LACAN, 1997, p. 385).

não se encontra no registro do utilitário, “encontra seu sentido no desejo do outro, não tanto porque o outro detenha as chaves do objeto desejado, mas porque seu primeiro objeto é ser reconhecido pelo outro”. Assim, o desejo passa pela dimensão do laço social e, portanto, está associado à produção de sentido em qualquer sociedade, assumindo infinitas significações.

Polanyi, assim como Lacan (1997), ressalta a existência da superação da dimensão utilitária por uma social, e recorre a Aristóteles para mostrar que o ser humano não é um ser econômico, mas um ser social, pois “não almejava salvaguardar seu interesse individual na aquisição de posses materiais, e sim garantir sua receptividade social, seu *status* social e seus bens sociais” (POLANYI, 2012, p. 215). Neste sentido, Lacan entende que o “ordenamento do serviço dos bens no plano universal não resolve, no entanto, o problema da relação atual de cada homem [...] com o seu próprio desejo” (1997, p. 363).

Este pensamento de Polanyi, como o de Lacan, revela como a dimensão social (relacional) dos seres humanos é fundamental para organização econômica de uma sociedade. De forma complementar a Freud (1969), com sua teorização sobre o mal-estar na Civilização, sustenta que só foi possível erigir a Civilização na medida em que as pulsões sexuais e agressivas puderam ser reprimidas a favor dos interesses grupais. Nesse ponto, Alain Caillé (2002, p. 46) ainda define que

nenhuma sociedade humana poderia ser edificada somente no registro do contrato e do utilitarismo, e insistindo pelo contrário sobre o fato de que a solidariedade indispensável a toda ordem social não pode emergir a não ser da subordinação dos interesses materiais a uma regra simbólica que os transcenda.

Importante ressaltar que nesta proposição de Caillé, não está colocada a centralidade ou primazia da solidariedade em relação à construção de sociedades, mas a sua presença como elemento fundante e integrador, o que vai ao encontro dos estudos de Polanyi (2012, p. 248), ao referir-se a Aristóteles, mostrando que o grau em que são trocados os serviços compartilhados (ou os bens, em algum momento) “decorre da exigência da *philia*, isto é, de que persista a afeição entre os membros. Sem ela, a própria comunidade pereceria. [...] está na essência de todas as comunidades humanas”. Ainda para Polanyi, em toda parte evoluíram instituições econômicas arcaicas a partir das economias enraizadas na sociedade, típicas do estágio tribal, e “esse desdobramento sempre manteve algumas relações com as exigências transcendentais de solidariedade social” (POLANYI, 2012, p. 113).

Segundo Polanyi (2012, p. 104), a partir dos estudos de Malinowski sobre os trobriandeses, pode-se perceber o objetivo da troca que acontecia dentro e entre as tribos era fortalecer as relações sociais e os laços entre os parceiros, o que seria uma característica própria das comunidades mais antigas, pautadas na organização tribal e clânica, de forma que “as relações sociais integradas às instituições não econômicas da sociedade cuidam automaticamente do sistema econômico”. De forma semelhante, a economia para Aristóteles se relacionava com a totalidade da sociedade

A philia se expressa num comportamento de reciprocidade [anti-peponthos], ou seja, numa disposição de aceitar alternadamente os ônus de fazer partilhas mútuas. Tudo é necessário para dar continuidade à comunidade e mantê-la, inclusive em sua autossuficiência [autarkeia], é “natural” e intrinsecamente correto (POLANYI, 2012, p. 247 e 248).

Este debate que relaciona a economia com a reciprocidade e as relações sociais foi também desenvolvido por Marcel Mauss, grande teórico que realiza os primeiros escritos sobre uma visão antropológica da dádiva (ou dom). Através dos estudos sobre a forma de organização de sociedades antigas, Mauss (1974) entende a dádiva como impulso de reciprocidade em que as coletividades se “obrigam”²⁴ mutuamente, trocando não só objetos úteis economicamente, mas também gentilezas, danças, festas, onde o mercado é apenas um momento de circulação de riqueza.

Torna-se importante ressaltar que, nestes casos, o entendimento de reciprocidade e solidariedade não se relaciona com a ideia de um ser humano bondoso, mas em uma relação que envolve aspectos construídos socialmente. Segundo Godbout (1999, p. 135), pela dádiva as relações sociais adquirem sentido, este é o objetivo último do sistema de dádiva, e “encontrar-se na posição de oferente” é o que dá significado à relação. É, portanto, apostar uma relação entre diferentes, em que um é ofertante de outro receptor. De forma distinta da troca mercantil, “a dádiva não coloca, portanto em relação entidade iguais em direito e a priori, ou cuja equivalência se possa calcular” (GODBOUT, 1999, p. 156). Neste sentido, Caillé (2002, p. 55) mostra que “o único meio de criar confiança e de estabelecer relação

²⁴ Este termo é utilizado em um sentido antropológico, onde a reciprocidade de um gera um compromisso moral de retribuir ao outro. Desta forma, “essa obrigação é uma obrigação de liberdade” (CAILLÉ, 2002, p. 40). Marcel Mauss (1966, apud GODBOUT, 2002, p. 40), ao estudar diferentes sociedades tradicionais, percebeu que “o trabalho comunitário é ao mesmo tempo necessário, obrigatório e, no entanto, voluntário, não há nenhum meio coercitivo”.

social” é apostando na dádiva, em sua capacidade de manter uma rede de relação em que o “Dar, Receber e Retribuir” está em movimento.

Neste sentido, Jacques Godbout (1999) afirma que a dádiva é um sistema econômico, entretanto, antes de tudo é um sistema social, na medida em que a circulação de objetos, produtos e serviços acontece permeada por um conjunto de significações, não como causas isoladas, e sim em um sistema social como tal. Para Mauss (1974) a dádiva possui um caráter de fato social total; total, por um lado, no sentido de comprometimento com a coletividade como um todo, e por outro lado pelo fato de se tratar de um fenômeno que atravessa todas as dimensões da vida. Para Jacques Godbout (GODBOUT, 1999, p. 130), acreditar num mundo regido pela dádiva não é acreditar na existência de um mundo demasiadamente idílico, pois “há certamente ganhadores e perdedores nesse jogo da dádiva, e o cálculo nunca está ausente”.

De acordo com Marcel Mauss, todo um conjunto de bens ainda circula no mundo da dádiva, e “seria totalmente errôneo crer que as práticas de dádiva concernem apenas às sociedades selvagens e que teriam desaparecido das sociedades contemporâneas” (CAILLÉ, 2009b, p. 105). França Filho e Laville (2004, p. 186) chamam atenção para essa atualidade da dádiva, ao mostrar que existem variadas formas de relações de troca sem tradução monetária, de maneira que “grande parte da vida econômica é regida prioritariamente pela solidariedade, que garante a sobrevivência de grande parte das populações, sobretudo em países terceiro-mundistas”. As relações de dádiva estão presentes em todas as sociedades, e podem ser observadas em ações simples, como por exemplo, os mutirões, uma carona, o cuidado com os filhos do vizinho, ou sistemas mais institucionalizados, como o caso da “freguesia”²⁵, em que fica claro que a dádiva não se resume somente à circulação de bens.

Assim mostra o estudo de Ana Rocha (2008) sobre a prática denominada “freguesia”, em São Gabriel, Bahia, caracterizada por mulheres pertencentes a um mesmo grupo, que assumem os afazeres domésticos da recém-parturiente. Ainda, para esta autora, mesmo com as transformações nas dinâmicas familiares das últimas décadas e diminuição expressiva do número de jovens que participam desta dinâmica, este grupo de mulheres consegue manter suas práticas “sem transgredir o sentido e os significados da freguesia, tal como praticado há

²⁵ “Entende-se por ‘freguesia’ como uma prática de solidariedade entre mulheres que compartilham o mesmo código social, que se refere a um conjunto de troca - serviços e produtos - no âmbito doméstico e no período pós-parto. A importância maior dessa prática se dá na medida em que se acreditava que por meio dessa ‘negociação’ se mantivesse e se perpetuasse o culto ao resguardo” (ROCHA, 2008, p. 5).

mais de cem anos” (ROCHA, 2008, p. 89). Esta autora (ROCHA, 2008, p. 92) ressalta que a troca envolvida no processo da freguesia foge aos interesses contratuais e das obrigações legais, todavia, “constituem elementos importantes, não apenas para a compreensão da rede de relações da freguesia, mas seu sentido pode ser estendido à compreensão da reprodução social do grupo”. Neste sentido, segundo Ana Rocha, “muito além de uma estratégia sócio-econômica, resguardadas suas mudanças, a freguesia representa uma rede de troca solidária, capaz de produzir forte sentimento de pertença, em seus membros” (2008, p. 89).

A principal forma de medida da riqueza desconsidera totalmente essas situações que superam a lógica material de compra e venda de bens ou serviços. De acordo com Patrick Viveret (2006), Malthus é um dos grandes influenciadores das atuais formas de contabilização da riqueza, ainda nos anos de 1820 ao escrever seus “Princípios da economia política”, entendendo que para avaliar o crescimento de uma nação, deveriam ser mensuradas as formas de produção materiais e comerciais. Ainda segundo Viveret (2006, p. 53), essas ideias de Malthus tiveram grande influência na definição do Produto Interno Bruto (PIB), método mais utilizado atualmente para mensurar a riqueza econômica da sociedade, que foi cunhado por Jean Gadrey como o conceito de crescimento econômico: “trata-se do índice de progressão, de um período a outro, dos fluxos de bens produzidos e/ou consumidos num dado espaço institucional”. Para Viveret (2006), a definição de riqueza de Malthus, assim como outras ideias sobre utilidade e valor, surgidas também no século XIX, a partir de autores como Jean-Baptiste Say e Auguste e Léon Walras, formaram uma convenção com um duplo objetivo:

valorizar algumas atividades mais do que outras (no caso, as formas de produção materiais e comerciais) e assegurar à economia os meios para afirmar sua autonomia, conferindo-lhe o *status* de ciência objetiva, baseada em comparações quantitativas (VIVERET, 2006, p. 47).

Coats (1996, p. 64) denuncia esse enviesamento do que chama desenvolvimento lógico, ideológico, filosófico para a antítese “quantidade”, de forma que, hoje, se atribui “grande importância para a quantidade em detrimento da qualidade, da ganância à custa da generosidade, até mesmo a ponto de proferir a filosofia da ganância como algo totalmente aceitável moral e eticamente²⁶”. Polanyi (2012, p. 209 e 2010) ainda continua a criticar este

²⁶ “through our contemporary development, through our logical, ideological, philosophical development, we have today come to attach a great deal of importance to quantity at the expense of quality, of greed at the cost of generosity, even to the extent of proffering philosophy of greed as

tipo de pensamento econômico, ao afirmar que a urgência de mudança para uma nova forma de civilização requer uma liberdade interior para a qual estamos mal preparados: “Descobrimo-nos embrutecidos pela herança de uma economia de mercado que nos legou ideias ultrassimplificadas sobre a função e o papel do sistema econômico na sociedade”.

Sendo ainda mais específico, Patrick Viveret é um dos teóricos que criticam este instrumento utilizado com o objetivo de medir o crescimento econômico a partir do fluxo de produção e consumo. Ainda para este autor, limitando-se a uma contabilização monetária, sem uma avaliação da natureza das riquezas produzidas ou destruídas, “ficamos condenados a ver nossos instrumentos atuais facilitarem comportamentos que são perigosos do ponto de vista do bem comum” (VIVERET, 2006, p. 42). A medida de bens e serviços utilizados para combater algum desastre ambiental, por exemplo, contribuiria com o crescimento deste tipo de indicador estritamente econômico-financeiro, de forma que se corre riscos de beneficiar ações de curto prazo e dificultar outras mais duradouras ou “conceder uma espécie de prêmio à destruição e à reparação pesada, em detrimento da prevenção e da reparação menos dispendiosa” (VIVERET, 2006, p. 42).

Conforme visto, alguns estudiosos defendem que o fator decisivo na escolha das ações humanas seja fruto de um pensamento racional e materialista da vida, o que representa uma ruptura com o sentido de unicidade na relação ser humano, superior, com a natureza, que esteve presente em outras formas de organização sociais mais antigas. No entanto, Alain Caillé (2009) afirma que a busca por garantir as condições materiais de existência nunca se reduz à pura materialidade, de forma que, de acordo com Polanyi (2012, p. 54), os seres humanos são capazes de trabalhar por uma grande variedade de razões, “pode ser religiosa, política ou estética, pode ser movida por orgulho, preconceito, amor, inveja”.

A questão aqui não é negar as influências que a materialidade exerce na vida humana, mas entender que a economia envolve também a dimensão subjetiva do ser humano e outros tantos fatores que precisam ser olhados com cuidado. Neste sentido, o resgate da raiz etimológica da palavra economia pode ajudar: “em grego antigo e em germânico, economia doméstica é a expressão usada para designar a produção para o próprio grupo. Oikonomia [administração/direção da casa], em grego, deu origem à palavra economia” (POLANYI, 2012, p. 90). Essa concepção etimológica, assim como a Economia Substantiva, amplia o entendimento do ato econômico, que de acordo com Polanyi remete à “ciencia de la buena gestión del dominio (oikos)” (CAILLÉ, 2009a, p. 23), podendo ser entendida também como o something totally acceptable morally and ethically” (COATS, 1996, p. 64).

“cuidar da casa”.

Esta ideia reforça a compreensão de que a economia está relacionada com a dimensão social, ou melhor, conforme sustenta Guerreiro Ramos, a economia está “incrustada na tessitura social” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 124). A dádiva é um exemplo claro disto, ao se caracterizar como um sistema econômico, mas também um sistema social que está presente também nos dias atuais, e conforme ressaltado por Marcel Mauss (1966, apud GODBOUT, 2002, p. 125), o mercado não é senão apenas um dos momentos, “onde a circulação das riquezas, é apenas um dos termos de um contrato muito mais geral e muito mais permanente”.

Neste sentido, pensar a economia envolvendo a dimensão subjetiva das relações humanas torna-se uma necessidade para qualquer alternativa ao momento atual. Um envolvimento que depende da formação de sentido nestas relações, que pode ser através da construção das relações de dádiva, de reciprocidade. Sem desprezar, a existência das relações de poder, de privar ou outros dos bens, mas reafirmando a capacidade de uma circulação baseada na confiança.

3.3 ECOLOGIA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Este alcance do sentido substantivo da economia, enquanto o processo institucionalizado entre ser humano e meio ambiente para atingir suas condições materiais de subsistência, quando relacionado com o desenvolvimento sustentável, melhoria nas condições de vida humana e preservação dos ecossistemas naturais, abre inúmeras possibilidades de ações, estratégias, ou estruturas a serem formadas.

3.3.1 A integração ser humano e Natureza

A partir da concepção substantiva de economia desenvolvida por Polanyi (2012), que relaciona economia à diferentes formas de produção e distribuição para subsistência humana, e juntamente com a raiz etimológica da palavra economia (gestão da casa), a ideia de crescimento econômico como fim em si mesmo perde sentido, pois o crescimento não está posto como resultado final, mas sim a organização em torno da relação de cuidado entre

humanos e destes com a natureza. Isto significa que é preciso enxergar com mais atenção as relações sociais, mas com igual cuidado, as relações entre seres humanos e os ecossistemas naturais, o que pode representar a recuperação do que Leonardo Boff chama de “convivência” com a natureza, em que o trabalho assume uma forma diferente, numa relação de interação e comunhão com o mundo (BOFF, 2000).

Mesmo reconhecendo que a questão ambiental requer teorias capazes de conceber a natureza para além da condição de ‘objeto’, para Elisabete Santos, não conduz, necessariamente, a atribuir-lhe predicados subjetivos, de forma que esta autora critica o deslocamento do “agir sobre para o agir com, a necessidade de uma relação amorosa para com os seres da natureza, e enfim, a tentativa de incorporar o mundo natural ao campo do diálogo e dos direitos” (SANTOS, 1996, p. 40). Entretanto, é preciso ressaltar que a ideia aqui não é entender a natureza como sujeito, mas como um sistema vivo, que se relaciona com o ser humano, e por ser uma relação que envolve o ser humano, envolve também a subjetividade. Entrando neste debate, Polanyi afirma que é preciso ressaltar que “a série de interações entre os homens e seu ambiente natural, seja ela centrada na movimentação física dos objetos, seja em mudanças de apropriação, transmite significados e reflete dependências múltiplas” (POLANYI, 2012, p. 106). Isso não quer dizer que a natureza seja sujeito, e nem mesmo que a subjetividade seja intrínseca a ela, mas que a subjetividade é intrínseca ao ser humano. Assim, uma abóbora produzida pelo ser humano não ganha subjetividade, não tem subjetividade, ela é integrada a um campo humano de subjetividade, ou seja, o ser humano a envolve em sua subjetividade.

A pretensão de tornar a neutralidade e racionalidade a base de todo o vínculo social e dos humanos com o ecossistema é inalcançável, e passível de provocar desequilíbrio nas relações. Torna-se importante pensar novas formas de organização humana que contribuam para a transformação das pessoas em sua capacidade de enraizar relações mais harmoniosas entre si e com a natureza. Uma economia que seja adequada ao desenvolvimento sustentável pressupõe novas formas de relações sociais, concordando com Leonardo Boff (2012), que afirma que o desenvolvimento abrange distintas dimensões do ser humano, e supõe outro tipo de relação para com a terra e com a natureza. O crescimento da produção de bens materiais tem que estar associada à melhoria das condições de vida e ao respeito à natureza, ou seja, como dito antes, o cuidado com a casa. Diversos estudiosos têm avançado ao pensar estratégias para contornar este problema.

A partir do entendimento construído até este momento, da importância de trabalhar bem

a economia substantiva, como o cuidado da casa, cuidado integral com o humano e com a natureza (ainda que tudo seja natureza), como elemento chave para o desenvolvimento sustentável, questiona-se então como encaminhar ações realmente capazes de transformar a atual situação. Ao definir economia enquanto processo de interação institucionalizada entre ser humano e natureza na busca por suas condições materiais de existência, Polanyi (2012) elenca propriedades desta “roupagem institucional”, quais sejam, unidade e estabilidade, estrutura e função, história e política. Pode-se destacar, neste momento do trabalho, a parte de estrutura e função, respectivamente, “pontos de referência permanentes” e “modos de ação definidos em relação ao todo”, como foco, por entender que a forma que os seres humanos se organizam é a estratégia central da análise desta pesquisa.

Dentro dessa perspectiva, os estudos de Gareth Morgan (1996) trazem novas ideias sobre como pensar formas de organização humanas como sistemas vivos, em constante transformação, interagindo com seu ambiente através de processos contínuos na tentativa de sobrevivência. Entretanto, na sociedade contemporânea, as organizações se estruturam a partir de uma concepção da máquina, buscando a operacionalização de suas atividades para o sucesso de suas metas e objetivos (BOFF, 2012, CAPRA, 2002; WOOD JR, 1992; MORGAN, 1996). Este tipo de organização mecânica consegue avançar em alguns pontos, contudo também possui dificuldades inerentes à sua forma. Ela possui dificuldades em se adaptar às mudanças, admitindo níveis de burocracia muitas vezes indesejáveis e sem sentido, e principalmente, causam um efeito desumanizador sobre os trabalhadores na medida em que são submetidos a objetivos predeterminados por uma hierarquização organizacional (MORGAN, 1996).

A concepção de empresa como máquina também implica que chega um momento em que ela se ‘quebra’, a menos que sofra periodicamente uma manutenção feita pelos gerentes. É incapaz de mudar por si mesma. [...] A visão de empresa como um ser vivo, por outro lado, implica que ela é capaz de regenerar-se, de mudar e evoluir naturalmente (CAPRA, 2002, p.115-116).

As organizações humanas vistas como máquinas, para Morgan (1996), possuem grandes limitações, e, de forma complementar, autores como Polanyi (2012) e Leonardo Boff (2012), entendem que se vive um momento de declínio do mundo mecanizado. Polanyi é claro ao afirmar, no final do século XX, que “A primeira fase da Idade da Máquina chegou ao fim. Envolveu uma organização da sociedade que derivou seu nome de sua instituição central: o mercado. Esse sistema está em declínio” (POLANYI, 2012, p. 210 e 211). Os padrões

dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, esgotamento dos recursos e uma massiva extinção de espécies, comunidades estão sendo arruinadas (CARTA DA TERRA, 2010). Contudo, Patrick Viveret (2006) alerta para as dificuldades de transformação dessa economia mercantil, tão dominante, pois ela é filha de três revoluções “emancipadoras” que “não nos dispomos a rejeitar sem certas precauções”:

A primeira, intelectual e cultural, inventou o indivíduo e a autonomia da razão. A segunda, política, rejeitou as sociedades da ordem e fundou a legitimidade do poder, não com base no direito divino, mas na vontade geral dos cidadãos. A terceira, tecnológica e científica, fez do Progresso e da História o novo sentido possível da vida pessoal e coletiva (VIVERET, 2006, p. 46).

Não se trata de destruir ou negar tudo o que se tem hoje, contudo, muitas mudanças são necessárias para transformar a maneira de enxergar e agir na realidade. Mas desta vez, sob a ótica da vida, “temos de repensar desde a base uma boa parte das nossas tecnologias e instituições sociais, de modo a conseguir transpor o enorme abismo que se abriu entre os projetos humanos e os sistemas ecologicamente sustentáveis da natureza” (CAPRA, 2002, p. 110). Sabe-se da dificuldade de mudança destes atuais padrões de produção, consumo e reprodução da vida social, entretanto, Milton Santos sustenta que “nunca na história da humanidade houve condições técnicas e científicas tão adequadas a construir um mundo da dignidade humana” (PRADO JÚNIOR, 2006). Corroborando com essa ideia, Sale (1985) afirma que não é difícil pensar alternativas ao paradigma científico-industrial. Também se aproximando desses autores, Capra (2002) defende que a transição para um futuro sustentável já não é um problema técnico nem conceitual, mas um problema de valores e vontade política.

A possibilidade de desenvolver padrões de organização como sistemas vivos pode contribuir muito para o desenvolvimento sustentável, entretanto, pensar a sustentabilidade de uma organização isoladamente é muito pouco, e o retorno ao termo “Ecologia” pode ajudar a pensar para além de coletivos humanos isoladamente. Para Elisabete Santos (1996, p. 20), a ecologia integra o conceito de interrelação e

busca descobrir como diferentes estruturas e processos se relacionam no âmbito de um determinado ‘sistema ecológico’. [...] Um sistema ecológico define-se a partir de um ou mais organismos funcionalmente relacionados com os vários componentes do ambiente.

De maneira complementar, Kirkpatrick Sale (1985) trabalha o conceito de biorregionalismo como forma de pensar o desenvolvimento de comunidades a partir dos conhecimentos das características biológicas de uma região comum, ressaltando a importância de integração dos trabalhos, em que cada um deve “ter algo em comum com os seus vizinhos em um bioma compartilhado²⁷” (SALE, 1985, p. 66). A necessidade de integração dos estudos sobre ecossistemas e sustentabilidade “constitui um dos fundamentos do novo paradigma civilizatório que procura harmonizar ser humano, desenvolvimento e Terra entendida como Gaia” (BOFF, 2010b).

Retomando a ideia de Estrutura e Função do processo institucionalizado entre ser humano e Natureza para um desenvolvimento sustentável, torna-se importante pensar não só que as estruturas sociais funcionem como sistemas vivos, mas que também suas funções estejam integradas a um sistema que funcione como um organismo. Importa salientar mais uma vez que pensar a forma de organização humana envolve diretamente a forma de relação dos seres humanos com os sistemas naturais, entendendo, de acordo com Elisabete Santos (1996, p. 34), que

as transformações dos sistemas naturais aparecem como um ‘efeito sobredeterminado’ pelas condições históricas dos processos de reprodução social [...] uma vez que não existe nenhum ecossistema natural cujo funcionamento não seja afetado pela história das formações sociais nas quais estão assentadas.

De acordo com Ignacy Sachs (2008), os cinco pilares para o desenvolvimento sustentável são o Social, Ambiental, Territorial, Econômico e Político. Esta forma de estruturar o conhecimento a partir das dimensões propostas por Sachs tem origem antiga e foi utilizada por diversos estudiosos, em muitas áreas do conhecimento, com abordagens diferenciadas. É tentador utilizar-se novamente essa formatação, que possibilita estruturar, de maneira tão clara, propostas de organização humana, mesmo quando integradas aos sistemas naturais. Entretanto, não é essa a escolha desta pesquisa, pois ela busca se aproximar de um paradigma que envolva de forma mais integral a relação do ser humano com a natureza.

²⁷ “having something in common with its neighbors in a shared bioregion” (SALE, 1985, p. 66).

3.3.2 Uma abordagem para a Sustentabilidade Ecológica

O termo “sustentabilidade” tem assumido significados diversos em nossa sociedade contemporânea. Tem sido comum ouvir a palavra “sustentabilidade” ao indicar a preservação de recursos naturais, ou também quando refere-se a redução de custos e a capacidade de obter resultados positivos na dimensão econômico-financeira de empresas. Entretanto, segundo o dicionário Aurélio (1976), este termo pode ser entendido, dentre outras coisas, como sustentar ou manter. Para Leonardo Boff (2012), estes significados representam dois sentidos diferentes do termo, sendo o primeiro, um sentido *passivo*, ao indicar uma (re)ação, uma resposta para impedir o decaimento de algo, e o segundo, um sentido *ativo*, de conservar, nutrir e proteger.

Leonardo Boff (2012) entende o desenvolvimento apenas como uma dimensão da “sustentabilidade”, que para ele é um conceito mais amplo, que se orienta pela perpetuação da vida na terra. Boff (2012, p. 107) busca o que chama de uma definição integradora de sustentabilidade, ao afirmar que sustentabilidade é:

toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando sua continuidade e ainda atender as necessidades das gerações presentes e das futuras, de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução.

A promoção de um desenvolvimento sustentável, enquanto um momento que o ser humano entraria numa relação mais harmoniosa com a Natureza, leva a pensar possibilidades de organizações humanas mais próximas da forma de organização dos sistemas naturais. Neste sentido, retomar o entendimento sobre Ecologia pode nos trazer contribuições importantes. A primeira definição de Ecologia fora produzida em 1870 por Ernst Haeckel, derivando das palavras gregas *oikos*, que significa casa, e *logos*, que significa conhecimento (BOFF, 2005).

Segundo Elisabete Santos, ao contrário do processo de constituição das demais ciências, “a ecologia apresenta desde sua origem um caráter de síntese e suas raízes podem ser encontradas na geografia, na fisiologia, na demografia (dentre outras)” (SANTOS, 1996, p. 19). Ainda, para o dicionário produzido por Aurélio Buarque de Holanda (1976), “ecologia” pode ser entendida como o estudo das “relações entre seres vivos e o meio ou ambiente em

que vivem, bem como suas recíprocas influências”, de forma semelhante ao Dicionário de Filosofia (ABBAGNANO, 1970), que compreende este termo como o “estudo das relações entre o homem como pessoa e seu ambiente social”.

Parece coerente, então, entender também a ecologia como o intrínseco relacionamento do ser humano com o ambiente, fundamentado através do conhecimento ou entendimento do que é este ambiente: toda Natureza do qual os homens e suas relações fazem parte. Desta forma, pode-se entender que “nós somos relação com a natureza, uma relação íntima: nosso corpo é pura natureza” (ARRUDA, 2000, p. 206).

Este entendimento ecológico esteve presente no desenvolvimento de diversas sociedades humanas, tornando-se fundamental para sua sustentabilidade e contribuindo para a manutenção de ecossistemas saudáveis – cíclicos, abundantes, e compostos de processos cooperativos e dinâmicos. (HANZI, 2003; CAPRA, 2002; MOLLISON, 1988). O homem sempre buscou na natureza maneiras de melhorar as condições de vida, como por exemplo, utilizando o atrito para criação do fogo, armazenando água em estruturas ovulares, utilizando formas pontiagudas para ferramentas, e até criando estruturas de telhado baseado em folhas ou palhas.

No sistema super-econômico da natureza, em que nada é desperdiçado, o que excede em seu próprio interesse é representada pelas várias frutas, sementes, cereais, nozes, etc., dado livremente para o sustento das formas de vida existentes atualmente, em qualquer dado momento²⁸ (COATS, 1996, p. 34).

Fritjof Capra (2002, 2006) é um importante teórico que buscou uma alternativa de construir sistemas humanos mais diretamente integrados aos sistemas ecológicos, principalmente ao propor pesquisas a partir da Sustentabilidade Ecológica, que, de acordo com este autor, significa orientar a análise da sustentabilidade de qualquer organização ou sistema pelos mesmos princípios de organização dos sistemas vivos. A ideia de pensar formas de organização humana baseadas em princípios de organização dos ecossistemas possibilita, de um lado, por se tratar de princípios, que as organizações e processos respeitem as especificidades características de cada realidade, “com o respeito à integridade cultural, à diversidade cultural e ao direito básico das comunidades à autodeterminação e à auto-organização” (CAPRA, 2002, p. 224). Por outro lado, por se tratar de princípios dos

²⁸ “In nature's super-economical system, in which nothing is wasted, the surplus on her own interest is represented by the various fruits, seeds, cereals, nuts, etc., freely given for the sustenance of the life-forms currently in existence at any given moment” (COATS, 1996, p. 34).

ecossistemas, supõe-se que, respeitando essa lógica, qualquer sistema humano que se organize assim, esteja integrado aos ecossistemas naturais.

Conforme alerta Capra (2002), temos de repensar boa parte das nossas tecnologias e instituições sociais para conseguir transpor o abismo que se abriu entre os projetos humanos e os sistemas ecologicamente sustentáveis da natureza. Ainda para este autor, os projetos ecológicos articulam diferentes dimensões para promoção da sustentabilidade. Sua *forma* de organização mais adequada é uma rede autogeradora, sua *estrutura* um sistema aberto (constituído por membrana), que se conserva distante do equilíbrio estático, e sob o ponto de vista do *processo*, estes são sistemas cognitivos intimamente ligados ao seu padrão de autorganização. Ainda para este autor, quando se pensa em desenvolver experiências humanas, fatores culturais, políticos, morais e éticos estão presentes, e então a inclusão de uma quarta perspectiva a este estudo, a dimensão do *significado*, torna-se fundamental.

Capra (2002) defende que, para a construção de comunidades humanas sustentáveis, o primeiro passo é a compreensão desses princípios, que chama de alfabetização ecológica, por parte dos trabalhadores, líderes políticos, empresários, estudantes e toda a sociedade. Sem a intenção de fazer definições fechadas, Capra (2002, 2006), então, reúne diversos estudos para identificação dos princípios que ecossistemas desenvolveram para sustentar a vida, a saber: Redes, Cooperação, Diversidade, Equilíbrio Dinâmico, Sistemas Aninhados, Interdependência, Fluxo, Ciclos e Desenvolvimento.

3.3.2.1 Princípios de Organização dos Ecossistemas

A seguir, será descrito alguns princípios de organização que os ecossistemas desenvolvem para sustentar a vida. Estes servirão de base para a construção de um modelo de análise que integre Sustentabilidade Ecológica e Redes Locais de Economia Solidária.

3.3.2.1.1 Redes

Para Capra (2002), o “padrão de organização” básico de todo ser vivo é em rede, sistemas vivos organizados em redes, redes dentro de redes. Para este autor, (CAPRA, 2006) “a sustentabilidade não é uma propriedade individual, mas de toda a rede”. Assim, desde os

processos metabólicos de uma célula, sua estrutura de moléculas, como em um nível maior, a teia alimentar está organizada em rede. Capra, de forma complementar, alerta que os componentes de uma rede são responsáveis por transformar ou substituir outros componentes, criando ou recriando-se a si mesmas, “Sofrendo mudanças estruturais contínuas ao mesmo tempo que preservam seus padrões de organização” (CAPRA, 2002, p. 27).

3.3.2.1.2 Sistemas Aninhados

Segundo Capra (2006), em todas as escalas da natureza, encontramos sistemas vivos “aninhados” dentro de outros sistemas vivos, e “embora os mesmo princípios básicos de organização operem em cada escala, os diferentes sistemas representam níveis diferentes de complexidade”. De forma semelhante, Bill Mollison (1988, p. 60) considera que no mundo natural existem muitas assembleias de plantas e animais de diferentes espécies, e chama a atenção para o que denomina “guild”: “uma harmoniosa assembleia de espécies agrupadas em torno de um elemento central (planta ou animal)”. Para este autor, essa assembleia ajuda na saúde, auxilia no trabalho de gestão, ou melhora os efeitos adversos do ambiente²⁹.

3.3.2.1.3 Diversidade

Conforme os estudos de Capra (2002), a diversidade é um princípio de sustentabilidade de todo sistema vivo, e por meio da riqueza das teias ecológicas, os ecossistemas alcançam a estabilidade e a capacidade de recuperar-se dos desequilíbrios. Além disso, “um ecossistema saudável tende para a diversidade”³⁰ (SALE, 1985, p. 104). De acordo com Viktor Schauberger,

A condição suprema da Natureza é a de constante mudança e transformação e sua maior lei afirma que a repetição do idêntico é proibida. 1 + 1, portanto, não produz 2, porque não há dois sistemas naturais totalmente idênticos e, portanto, não podem ser somadas³¹ (COATS, 1996, p. 36).

²⁹ “an harmonious assembly of species clustered around a central element (plant or animal)” (MOLLISON, 1988, p. 60).

³⁰ “a healthy ecosystem usually tends toward diversity” (SALE, 1985, p. 104).

³¹ “Nature's supreme condition is that of constant change and transformation and her greatest law

A diversidade está estreitamente ligado às estruturas de rede dos sistemas, para Capra, e “por conter muitas espécies com funções ecológicas sobrepostas que podem substituir umas às outras, o ecossistema diversificado é capaz de se recuperar rapidamente” (CAPRA, 2006, p. 53). A existência da diversas fortalece as condições para interação, realizando trocas, assim como, Mollison ensina que o estabelecimento de condições complexas de bordas, limites, “é outra estratégia primária para a geração de sistemas complexos de vida”³² (MOLLISON, 1988, p. 76). Desta forma, uma borda é um lugar rico para localização de organismos e através dela criam-se condições para relações de trocas e o surgimento do novo e continuação da vida.

3.3.2.1.4 Cooperação

Outro princípio da ecologia, de acordo com Capra (2002), aponta que as relações de trocas de energia e de recursos materiais num ecossistema são sustentadas por cooperação. Coats ressalta que, com o avanço das guerras e ganância do homem, a Mãe-Terra foi violada e despojada de todos os seus tesouros, de forma que “não só levou à aceitação da competição como uma das principais estratégias que regem a vida e o comportamento, mas também para a visão de que o funcionamento da Mãe-Natureza é igualmente competitivo”³³ (COATS, 1996, p. 297). Entretanto, Bill Mollison (1988, p. 2) é claro ao falar que “cooperação, não competição, é a maior base dos sistemas de vida existentes e sua sobrevivência futura”³⁴.

Capra (2002) ensina ainda que a existência de uma membrana é uma característica universal da vida, ela que proporciona as trocas. Toda troca ocorre entre os diferentes, não há troca entre iguais. E a partir do momento que realmente são diferentes, então podem transpor seus limites ou bordas e partilhar seus recursos, assim como nos ecossistemas naturais: “Quando um limite separa duas coisas que diferem, existe a oportunidade para a troca,

states that Repetition of the identical is forbidden. 1 + 1 does therefore not make 2, because no two natural systems are wholly identical and thus cannot be summated” (COATS, 1996, p. 36).

³² “the establishment of complex boundary conditions is another primary strategy for generating complex life assemblies” (MOLLISON, 1988, p. 76).

³³ “which has not only led to acceptance of competition as one of the principle strategies governing life and behavior, but also to the view that the workings of Mother-Nature are equally competitive” (COATS, 1996, p. 297).

³⁴ “Cooperation, not competition, is the very basis of existing life systems and of future survival” (MOLLISON, 1988, p. 2).

transações, ou a translação através da borda”³⁵ (MOLLISON, 1988, p. 78). Para autores como Capra (2002), Mollison (1988) e Schauberger (COATS, 1996), a cooperação é uma característica das relações de trocas de energia e de recursos num ecossistema.

3.3.2.1.5 Interdependência

Segundo Capra, tanto a sustentabilidade das diferentes populações quanto a sustentabilidade de todo o ecossistema são interdependentes, de forma que “Nenhum organismo individual pode existir isoladamente. [...] Junto, as plantas, os animais e os micro-organismos regulam toda a biosfera e mantêm as condições propícias à vida” (CAPRA, 2006, p. 53). Portanto, Capra afirma que um ecossistema não é uma reunião de espécies, mas uma comunidade, e “sejam elas ecossistemas ou sistemas humanos, são caracterizadas por séries ou redes de relações” (CAPRA, 2006, p. 49). Ainda de acordo com este autor, os sistemas vivos são autônomos, mas não independentes. Estes estão sempre em um intenso relacionamento com o meio, porém seu comportamento “não é determinado por forças exteriores, mas pela cessão de mudanças estruturais autônomas, assim o comportamento do organismo vivo é ao mesmo tempo determinado e livre” (CAPRA, 2002, p. 52).

3.3.2.1.6 Fluxo

Segundo Capra, todos os organismos vivos, para permanecerem vivos, têm de alimentar-se de fluxos contínuos de matérias e energia com ambiente em que vivem. Capra faz uma relação do fluxo com a energia, que dependemos de uma constante afluência, ao mostrar que a própria energia não se recicla, “Quando ela é convertida de uma forma de energia em outra [...], parte dela – com frequência uma grande parte – escoar para fora e inevitavelmente se dispersa na forma de calor” (CAPRA, 2006, p. 54 e 55).

3.3.2.1.7 Ciclos

Todos os organismos vivos produzem resíduos continuamente e os resíduos de uma

³⁵ “when a boundary separates two things which differ, there is an opportunity for trade, transactions, or translation across the border” (MOLLISON, 1988, p. 78).

espécie são os alimentos de outra, de maneira que, para Bill Mollison (1988) a reciclagem de nutrientes e energia na natureza é uma função de muitas espécies. Desta forma, um ecossistema considerado em seu todo, não gera resíduo nenhum e “a matéria circula continuamente dentro da teia da vida” (CAPRA, 2002, p. 239). Se referindo aos estudos sobre a cadeia alimentar, Capra reforçar que não se trata de sistemas lineares, mas circulantes, “já que os organismos maiores acabam sendo comidos pelos organismos desintegradores, os insetos e as bactérias” que participam do início da cadeia novamente (CAPRA, 2006, p. 54).

A partir dos estudos de Schauberger, Coats (1996, p. 39) mostra que a

vida é criada a partir de diferenças, de um estado de não-equilíbrio irradiando pulsação de energias mentais etéreas em diversas frequências. No processo de emissão, a interação entre essas várias frequências produz certos periodicidades ou efeitos cíclicos³⁶.

3.3.2.1.8 Equilíbrio Dinâmico

Os ecossistemas possuem uma dinâmica autogeradora que busca a evolução para o desenvolvimento da vida. Capra (2002) retoma os estudos de Humberto Maturana e Francisco Varela para integrar a estes princípios da vida a ideia da “autocriação” (ou, como os próprios autores denominaram: “autopoiese”). Para eles, uma rede autogeradora (autocriativa) apresenta-se em um estado dinâmico de desenvolvimento e aprendizado, sendo a criatividade uma propriedade fundamental para o surgimento do novo, sempre com a finalidade de evolução e perpetuação da vida.

Continuando com os ensinamentos de Maturana e Varela, através da teoria da cognição de Santiago, Capra apresenta uma expansão do conceito de cognição e mente. Para os autores, a atividade organizadora dos sistemas vivos é uma atividade mental (cognitiva), sejam as interações entre vegetais, animais ou humanos. São estas atividades que garantem a autogeração e auto-perpetuação das redes vivas (CAPRA, 2002).

Assim, de forma semelhante, Bill Mollison reforça que o significado de “estabilidade em um ecossistema é a auto-regulação, em vez de um clímax (ponto final). [...] É o processo

³⁶ “life is created out of differences, out of a state of non-equilibrium radiating pulsation of ethereal mind energies at diverse frequencies. In the process of emission, the interaction between these various frequencies produces certain periodicities or cyclical effects” (COATS, 1996, p. 39).

de feedback constante e da resposta que caracteriza tais esforços³⁷ (MOLLISON, 1988, p. 33). Seria também o que Capra (2002, p. 239) sugere para o ecossistema como uma rede flexível em permanente flutuação, e “Sua flexibilidade é uma consequência dos múltiplos elos e anéis de realimentação que mantêm o sistema num estado de equilíbrio dinâmico.”

3.3.2.1.9 Desenvolvimento

Os sistemas vivos se desenvolvem e evoluem, conforme alertado por Capra, de forma que “o entendimento das estruturas vivas está inextricavelmente ligado à renovação, mudança e transformação” (CAPRA, 2006, p. 49). Ainda para este autor, os indivíduos e o meio ambiente adaptam-se mutuamente, co-evoluem numa “dança contínua”, e por não serem lineares, “jamais podemos prever ou controlar de que maneira os processos que iniciamos irão se desenvolver. Pequenas alterações podem causar efeitos profundos” (CAPRA, 2006, p. 55). Durante o seu desenvolvimento, conforme Capra entende, um ecossistema passa por diferentes estágios “que vão de um crescimento rápido, mudança e expansão da comunidade pioneira, até ciclos ecológicos mais lentos e um ecossistema explorado de maneira mais completa e estável” (CAPRA, 2006, p. 55).

As diferentes linhas de pensamento em torno do desenvolvimento sustentável tem evidenciado a importância de entender a forma que a economia se estrutura e como está relacionada com os ecossistemas. Um estudo sobre economia substantiva e sustentabilidade ecológica trás novas possibilidades para estudar esta temática, que passa aspectos subjetivos da relação entre seres humanos e destes com natureza. Isto não significa que tudo precisa ser transformado, mas que é fundamental um cuidado nesta renovação, pois “cada lugar tem uma história, um registro de como as possibilidades humanas e naturais da região têm sido exploradas, e esta deve ser estudado com novos olhos³⁸ (SALE, 1985, p. 45).

Formas harmoniosas de organização humana integradas aos ecossistemas naturais foram desenvolvidas por comunidades tradicionais, no entanto, estas foram submetidas a um modelo de sociedade linear, rígido e fragmentado, que resulta em um sistema industrial destrutivo

³⁷ “stability in an ecosystem is self-regulation rather than a climax (end-point). [...] it is the process of constant feedback and response that characterises such endeavours” (MOLLISON, 1988, p. 33).

³⁸ “Every place has a history, a record of how both the human and natural possibilities of the region have been explored, and this must be studied with new eyes” (SALE, 1985, p. 45).

sustentado por fortes relações de consumo. Este sistema arruína comunidades inteiras causando diversos efeitos nocivos à vida humana na terra, fortalecendo uma relação destruidora e utilitária com o ambiente natural e desestruturando a dimensão social do trabalho. Com os resultados do relatório IPCC/ONU, comprovando a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento de sociedade praticado atualmente, se iniciam discussões mais sérias sobre a necessidade de repensar as formas de organização da vida humana na Terra.

Deste modo, Capra (2002) sugere uma nova abordagem para operacionalizar a construção de comunidades humanas sustentáveis a partir da compreensão e internalização dos princípios de organização que os ecossistemas desenvolvem para sustentar a Teia da Vida. Para tanto, é preciso integrar os princípios dos ecossistemas à teorias que pensam as formas organização social, com o objetivo de desenvolver organizações humanas também vivas que compreendam e internalizem tais princípios em sua forma, estrutura, processos, objetivos e estratégias.

Algumas práticas avançam nesta perspectiva, a exemplo das Redes Locais de Economia Solidária que, através da cooperação e solidariedade, buscam a articulação de soluções locais para a sustentabilidade de um território. Desta forma, no capítulo seguinte, será aprofundado o olhar sobre essas iniciativas solidárias com o objetivo de perceber suas limitações e possibilidades em contribuir para um desenvolvimento sustentável.

4 REDE LOCAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO

Dentro da necessidade de alteração da relação entre seres humanos e destes com a natureza, será aprofundado neste momento as Redes Locais de Economia Solidária enquanto proposta de desenvolvimento territorial. Para tanto, será feito primeiro uma recuperação acerca do entendimento da economia solidária, trazendo autores de correntes de pensamento diferentes, para em seguida adentrar mais especificamente no tema das RLES e suas experiências de incubação na Bahia.

4.1 ENTENDENDO O FENÔMENO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária apresenta características importantes para pensar formas inovadoras de desenvolvimento sustentável, sobretudo por possuir, segundo França Filho (2002) o objetivo de promover a reprodução ampliada da vida através de práticas que se baseiam na cooperação e em novas formas de solidariedade como princípio orientador. Diversas experiências³⁹ no Brasil contemporâneo carregam o nome da Economia Solidária (EcoSol), e portanto, é preciso ter muito cuidado com generalizações e equívocos, que à primeira vista parecem normais, pois trata-se de um fenômeno complexo e em constante estruturação.

Nos anos 90, alguns autores iniciaram estudos sobre este fenômeno. Especialmente os trabalhos pioneiros de Jean-Louis Laville e colaboradores (2006) ganham um destaque internacional através de uma abordagem da antropologia econômica, sugerindo um novo olhar sobre práticas que possuem um modo diferente de instituir o ato econômico. Ainda nos anos 1990, o então Professor da Universidade de São Paulo e atual Secretário Nacional da Economia Solidária⁴⁰, Paul Singer (2002), desenvolve escritos sugerindo uma atual reinvenção da Economia Solidária.

Para Singer, o embrião deste processo contemporâneo está relacionado com a Economia Social europeia, que surge, junto ao desenvolvimento do capitalismo industrial, como “reação

³⁹ Existem experiências de Economia Solidária em todo o mundo, entretanto, neste estudo serão abordadas somente as práticas brasileiras.

⁴⁰ Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego.

ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção” (SINGER, 2002, p. 24). Relacionadas ao movimento operário europeu, surgem diversas tentativas de organização coletiva para controlar os meios sociais de produção, principalmente através de cooperativas (produção, consumo, crédito, comercialização, etc.) e associação, que se tornaram comuns na primeira metade do século XIX. Entretanto, ao longo do século XX, estas experiências passam a ser altamente institucionalizadas, ocupando setores de atividade econômica fraca ou sendo incorporadas às atividades Estatais (FRANÇA FILHO, 2002).

No Brasil, segundo Singer, a Economia Solidária ressurgiu em meados da década de 1970, contudo, seu grande impulso ocorre a partir da segunda metade dos anos 1990 com a multiplicação das organizações não governamentais e “movimentos de libertação cuja atuação visa preservar o meio ambiente natural, a biodiversidade, o resgate da dignidade humana de grupos oprimidos e discriminados” (SINGER, 2002, p. 112). Segundo Santos (1999, p. 238), mesmo com os fracassos de algumas experiências da década de sessenta, os movimentos sociais dessa época tiveram e tem uma importância grande por tentarem “combater os excessos de regulação da modernidade através de uma nova equação entre subjectividade, cidadania e emancipação”, e ainda mostraram a necessidade de continuar esse combate.

De forma semelhante a Singer (2002), Genauto França (2002) também entende que a Economia Solidária pode, sim, ser vista como uma renovação ou reatualização da Economia Social, já que estes dois projetos têm características de articulação entre as dimensões econômica-social-política da vida, e possuem ligação com processos queda nas condições de vida dos trabalhadores, contudo, sua reatualização atribui-se ao fato da construção da economia solidária buscar desenvolver um projeto político de articulação da sociedade baseado na cooperação e novas formas de solidariedade. Para França Filho (2002), o surgimento destas práticas está ligado intimamente com o desenvolvimento dos movimentos sociais, admitindo uma dupla dimensão:

aquela que poderíamos chamar de luta pela renda, mais próxima de uma tradição de movimento sindical, com uma outra que poderíamos denominar de luta por direitos sociais, típica da tradição dos chamados movimentos sociais (FRANÇA FILHO; SILVA JR, 2006, p. 99).

A diversidade de contextos e pessoas envolvidas em organizações de economia solidária

possibilitou a criação de iniciativas de natureza bem distintas. Podem ser encontradas muitas cooperativas, associações ou grupos informais que realizam trabalhos coletivos no campo da produção, serviços, organização sociopolítica, desenvolvimento cultural, comercialização, consumo, entre outros⁴¹. Mesmo com a diversidade presente na economia solidária, Segundo França Filho e Laville, um traço característico dos empreendimentos econômicos solidários a é democratização dos processos decisórios, que

significa supor a existência de mecanismos de decisão interna nessas formas de organização que são coletivos ou baseados no ideal da participação democrática dos seus associados. [...] sendo a autogestão sua modalidade mais específica de condução dos empreendimentos (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 168).

De acordo com Paul Singer (2000, p. 13), a economia solidária representa “uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo”, pois consegue integrar o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção, o que, para este autor, é uma dimensão própria da proposta socialista. De acordo com Mészáros, o fator decisivo na estratégia de transformação socialista é realização de “mudanças absolutamente fundamentais em todos os domínios e em todos os níveis de produção, socioeconômica e cultural, em uma estrutura de organização do trabalho radicalmente alterada/não-hierárquica” (MÉSZÁROS, 2002, p. 633).

As organizações de economia solidária, neste sentido, podem ser consideradas como um exemplo de alteração da estrutura hierárquica, na medida em que integram posse e uso dos meios de produção e ainda investem na democratização de seus processos decisórios em busca da autogestão. De acordo com Singer (2000), nestes casos, os conflitos de interesses devem ser muito menores e podem ser travados abertamente e resolvidos por negociações, e ainda, “a contabilidade e os demais sistemas de controle são desenhados para que a transparência impere, de modo que a participação de todos nas decisões possa acontecer” (SINGER, 2000, p. 20). A existência de organizações que conseguem se organizar autogestionariamente é observada por muitos autores (SINGER 2000; FRANÇA FILHO; LAVILLE 2004; SACHS, 2008; BOFF, 2012), mas o debate que surge após este momento é qual o lugar dessas organizações na sociedade contemporânea e suas condições de substituir o

⁴¹ Segundo o Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária, existem mais de dezenove mil (19.000) empreendimentos solidários organizados, envolvendo mais de 1,4 milhão de trabalhadores (SENAES, 2013).

atual modo de produção capitalista, que tem causado tantos efeitos nocivos ao humano e os ecossistemas.

Mészáros (2002), retoma os estudos de Marx para mostrar que não existe possibilidade de *reforma* que leve a transformações estruturais do modo de produção capitalista, já que, para este autor, as alternativas definem uma escolha entre “‘macrocosmos’ mutuamente excludentes”. De outra forma, este mesmo autor fala de mediações que devem ser implementadas passo a passo:

Naturalmente, o reconhecimento de que a estratégia do socialismo gradualista/evolucionário no interior dos parâmetros restritivos do capital não pode ser mais que uma contradição em termo não significa que a estratégia revolucionária de transformação socialista não necessite de apropriadas mediações materiais e institucionais. “Mediação” não deve ser confundida com ‘gradualismo’ e ‘reformismo’, mesmo que envolva medidas que apenas possam ser implementadas passo a passo (MÉSZÁROS, 2002, p. 630).

Eis o ponto de encruzilhada. Como fazer mediações passo a passo em uma situações que as escolhas realizadas são excludentes a qualquer transformação do modo de produção capitalista? Sob a visão de Mészáros, a possibilidade de uma modificação sustentável no sistema do capital implica a necessidade de “ataques duplos, constantemente renovados, tantos às suas células constitutivas ou ‘microcosmos’ [...] como aos ‘macrocosmos’ auto-regulantes e aos limites estruturais auto-renovantes do capital em sua inteireza” (MÉSZÁROS, 2002, p. 630).

Neste sentido, a existência de organizações que trabalham dentro de uma lógica de horizontalidade dos processos decisórios e coletivização dos meios de produção pode representar esse “ataque” aos microcosmos que Mészáros se refere, a partir da transformação da organização hierarquizada do trabalho. Entretanto, não se trata de transformações imediatas, conforme alerta Singer (2000, p. 18), ao afirmar que o “capital só pode ser eliminado quando os trabalhadores estiverem aptos a praticar a autogestão, o que exige um aprendizado que só a prática proporciona”. Neste âmbito, as organizações solidária se apresentam em diferentes graus de desenvolvimento, algumas mais sedimentadas, outras mais frágeis, como mostra o Sistema de Informação da Economia Solidária (SENAES, 2013), ao trazer dados que indicam como empreendimentos econômicos solidários passam ainda por transformações consideráveis no quadro de integrantes.

É importante ressaltar ainda, que essa dimensão democrática não significa ausência de relações mercantis para as organizações solidárias. De acordo com Genauto e Laville (2004) o conceito de economia solidária designa realidades micro e mesossociais que constituem formas híbridas das economias mercantil, não-mercantil e não monetária, correspondendo ao que chamam de economia plural. Para estes autores, a economia solidária constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre essas economias do que uma nova forma de economia, ao integrar recursos

de natureza mercantil, através de venda ou prestação de serviços a particulares (pessoa física ou jurídica) – o que configura um recurso ao mercado; de natureza não mercantil, através de subvenções ou outros financiamentos à atividade oriundos do poder público e/ou outras instituições públicas [...]; ou de natureza não monetária, através da participação voluntária de alguns membros, [...] que constitui o recurso privilegiado de uma lógica recíproca ou uma lógica da dádiva (FRANÇA FILHO; SILVA JR, 2006, p. 101).

Essa definição de economia plural foi possível a partir dos estudos de Polanyi (2012) acerca de uma economia substantiva, descrito no capítulo 3 desta pesquisa, associando cada forma de transação econômica a um princípio do comportamento humano: “à mercantil, o interesse individual, à economia não mercantil, a obrigação, e à economia não-monetária, um ‘impulso recíprocatório’ que nada mais é do que a lógica da dádiva” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 186). Ainda para estes autores, com a introdução da comunidade política moderna, a economia não-monetária agrupa, de certo modo, “economia recíprocatória e a economia doméstica, designando um amplo campo de atividades não monetárias como a autoprodução, o benevolato ou voluntariado, o trabalho doméstico, etc.” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 186).

Em certa medida, essas diferentes economias trabalhadas por França Filho e Laville se aproximam da ideia de regulação pelo mercado, Estado e comunidade, trazida por Santos (1993): O pilar da regulação é constituído pelo princípio do Estado, cuja articulação se deve principalmente a Hobbes; pelo princípio do mercado, dominante, sobretudo na obra de Locke; e pelo princípio da comunidade⁴², cuja formulação domina toda a filosofia política de

⁴² Boaventura utiliza a referência de Rousseau para comunidade: “comunidade concreta de cidadãos tal como a soberania era efetivamente do povo, reduziu-se a um composto de dois elementos abstratos: a sociedade civil, concebida como agregação competitiva de interesses particulares, suporte da esfera pública, e o indivíduo, formalmente livre e igual, suporte da esfera privada e elemento constitutivo

Rousseau.

Boaventura (SANTOS, 1993) considera que nenhum destes princípios parece capaz de, por si só, garantir a regulação social em situação de tanta “volatilidade”, sendo ainda mais remota a possibilidade de todos eles convergirem numa nova forma de regulação. Entretanto, é importante ressaltar que essa concepção de regulação utilizada por este autor representa uma situação macrossocial, que neste sentido, se aproxima muito do que defende Mészáros, dentro de uma clara tradição marxista, ao afirmar que não existem condições de integração macrossocial de estruturas mercantis e democráticas, já que estas últimas sempre ficariam subordinadas. Ainda, de acordo com Mészáros, é este complexo macrocosmo que necessita de uma reestruturação radical, “de tal modo que um ‘macrocosmo’ qualitativamente diferente e conscientemente controlado possa ser erigido a partir das autodeterminações autônomas de ‘microcosmos’ qualitativamente diferentes” (MÉSZÁROS, 2002, p. 629).

De acordo com França Filho e Laville (2004), mesmo a economia plural sendo um conceito macrossocial, sua expressão nos empreendimentos de economia solidária apresenta-se em um nível organizacional, micro e mesossocial. Essas iniciativas, de outra forma, possuem uma ação política, “ao consagrar-se a questão de direito e cidadania entre outras – mais própria ao registro de uma tradição de movimentos sociais” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 187). Neste sentido, essa dimensão política se aproxima do princípio da comunidade em Boaventura (SANTOS, 1999), sobretudo quando este autor ressalta a importância de uma nova cidadania, que para ele, é integrada por uma obrigação política horizontal entre cidadãos, como forma de valorizar tal princípio a ideia de igualdade sem mesmidade, de autonomia e de solidariedade. Ainda para este autor, esta nova cidadania não dispensa o Estado das prestações sociais, “sabe abrir caminhos próprios de emancipação e não se resigna à tarefa de colmatar as lacunas do Estado” (SANTOS, 1999, p. 239).

A economia solidária também não se propõe a tanto, mas reafirma uma necessária reflexão sobre sua relação com o Estado, fortalecendo sobretudo a participação nas decisões de novas leis, propostas e orçamentos (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012). Essa participação pode se aproximar a cidadania referida acima, representada por uma política horizontal entre cidadãos, dimensão representada pela estratégia de pulverização dos fóruns de Economia Solidária em todos os municípios afirmada na V Plenária⁴³ do FBES, com a definição de “estratégias que nos fortalecem como movimento

básico da sociedade civil” (SANTOS, 1993).

⁴³ As plenárias do Fórum Brasileiro de Economia Solidária representam o principal espaço de

organizado, com demandas claras e organizadas coletivamente” (FÓRUM BBRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012, p. 57). Neste sentido, o grande diferencial da Economia Solidária em relação a outras práticas de organização democrática e coletiva pode ser a sua dimensão política de articulação. Para tanto, investe-se em novas formas institucionais de articulação, através da participação ativa na criação e fortalecimento dos espaços de discussão e proposição em diferentes níveis, como redes, conselhos, fóruns, comitês, plenárias, conferências, e articulação dos com outros movimentos sociais (FBES, 2012, p. 57). Aí esta o grande potencial do Movimento de Economia Solidária, que se apresenta hoje em constante processo de organização, diálogo, articulação e desenvolvimento, evidenciando o caráter processual de suas lutas, o que permite entender que “a economia solidária é um conceito que nasce da prática, e não o contrário” (TYGEL, 2007, p. 4).

Em meados de 1970 surgem diversas iniciativas no Brasil que incorporam uma nova forma de entender o fato econômico, através de diferentes formas de cooperação e solidariedade, reatualizando a tradição do movimento cooperativo sindical e trazendo uma nova dimensão típica dos movimentos sociais. A articulação destas experiências democráticas apresenta-se como um novo projeto político de sociedade, e dentre o vasto universo de práticas de economia solidária destaca-se neste estudo a ação das Redes Locais de Economia Solidária (RLES), que reconhece a importância de reorganizar as economias locais como mecanismo de possibilitar o desenvolvimento de territórios. De certa forma, as experiências de tais redes quando associadas ao entendimento de articulação social mais ampliado da economia solidária se aproximam da proposta socialista de sociedade, ao investir em organizações democráticas, estratégias de integração entre oferta e demanda, e na promoção de ações articuladas a um movimento integrado com toda a sociedade.

4.2 REDE LOCAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Uma Rede Local de Economia Solidária (RLES) é resultado da articulação de diversas iniciativas solidárias com objetivo de constituir um circuito de relações econômicas e de intercâmbio de experiências e saberes em determinado território⁴⁴. Desse modo, conforme

articulação do movimento de Economia Solidária no Brasil. V Plenária envolveu mais de 10 mil trabalhadores/as da economia solidária do país na realização de 200 plenárias territoriais, estaduais, temáticas durante o ano de 2012.

⁴⁴ Importa salientar que essas RLES se distanciam muito dos chamados Arranjos Produtivos Locais,

França Filho e Cunha (2009a), uma rede deste tipo envolve não só iniciativas socioprodutivas, mas também as sociorganizativas, com atuação em diferentes dimensões, sejam socioeconômicas, sociopolíticas, socioculturais e socioambientais, e em distintos campos de atuação, como por exemplo, finanças solidárias, tecnologias livres, compras coletivas, prestação de serviços locais.

Para a articulação de coletivos entorno de uma RLES, é importante existir identificação dos participantes com o local que vivem, e ainda, que ele não seja territorialmente grande para impedir as relações de proximidade, sendo portanto, mais adequado que uma rede deste tipo se organiza em uma comunidade tradicional, um bairro ou um pequeno município. Para França Filho e Silva Jr. (2006, p. 99), uma RLES orienta-se sempre para a ‘reprodução ampliada’ das condições de vida em sociedade, com o principal objetivo de permitir a sustentabilidade dos empreendimentos de economia solidária em particular, e fortalecer o potencial endógeno de um território quanto à sua capacidade de promover seu processo de desenvolvimento, assim “guardam um traço político forte ao constituírem-se a partir exclusivamente das próprias experiências oriundas da sociedade” (FRANÇA FILHO, 2006, p. 67).

Segundo França Filho (2006), uma Rede Local de Economia Solidária desenvolve uma estratégia complexa de cooperação com o objetivo de fortalecer o potencial endógeno de um território quanto à sua capacidade de promover seu próprio processo de desenvolvimento, criando estratégias de organização comunitária e circulação local da riqueza. Para tanto, é fundamental a articulação entre os principais coletivos e pessoas de referência no território, com algum nível de institucionalização ou acordos comuns, como uma associação de moradores ou um fórum locais por exemplo, funcionando assim como um “espaço de auto-organização política ou um espaço público de proximidade fundamental ao aprendizado e ao exercício da democracia local” (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009, p. 229).

A presença de um Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) contribui com a regulação e dinamização da economia local. Para atuar como elemento regulador, um banco deste tipo está intimamente ligado a uma estrutura associativa que tenha representatividade

conforme definido por Sachs (2008, p. 46), ao falar de sinergia entre empresas de pequeno, médio e grande porte, como forma de “subcontratação da produção e terceirização dos serviços”. Sachs (2002) considera essa estratégia importante para a criação do que chama de “trabalho decente”, elemento central do desenvolvimento sustentável que ele defende, mas parece desconsiderar que esta estratégia de terceirização se apresenta como uma prática de externalização dos custos e degradação das relações de trabalho (ANTUNES, 2004).

em seu território e seja capaz de orientar as iniciativas dentro de uma perspectiva de desenvolvimento do local, fazendo com que a dimensão financeira esteja subordinada a uma dimensão sociopolítica. Afinal é a comunidade que possibilita o crédito. Daí a importância dos agentes de crédito de um BCD serem moradores da comunidade, possibilitando a utilização de fatores não-econômicos na análise e acompanhamento dos créditos liberados através de relações comunitárias de confiança. Um Banco Comunitário de Desenvolvimento dinamiza a economia de um território com a liberação de créditos para produção e consumo, através de critérios criados coletivamente, potencializando ainda mais circulação e geração da riqueza com a utilização de uma moeda social⁴⁵. Neste sentido, um BCD apoia não só o campo da produção, através do financiamento de iniciativas socioprodutivas com micro-crédito solidário, mas também o consumo, ao fornecer crédito em uma moeda que só pode ser usada no seu território de atuação, fortalecendo a circulação local de riqueza.

Para além destas experiências, uma RLES admite diversas articulações entre a economia do território, sendo importante para o desenvolvimento comunitário a estratégia de construção conjunta da oferta e demanda (FRANÇA FILHO; SILVA JR, 2006). Esta é desenvolvida na medida em que os atores locais participam da escolha dos produtos produzidos e serviços ofertados, com base no próprio conhecimento das necessidades reais da comunidade. Percebe-se mais uma vez a importância de desenvolver iniciativas de finanças solidárias articuladas a espaços públicos de proximidade. Assim, a competição como princípio regulador da relação entre os agentes perde sentido, pois a cooperação articula a oferta e demanda com o objetivo de desenvolver o território. (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009a).

⁴⁵ As moedas sociais emitidas por Bancos Comunitários de Desenvolvimento possuem paridade de valor em relação com real (1,00 MS\$ = 1,00 R\$) e são produzidas em articulação com alguma entidade associativa, que define as linhas de empréstimos e critérios para sua liberação. Existem outros tipos de moedas social que não possuem relação direta com as moedas formais em circulação, e portanto se organizam em funções diferenciadas destas em questão. Atualmente, circulam cerca de cinquenta tipos de moedas sociais de BCDs no Brasil, sendo a Bahia abrigando seis delas, a exemplo da Concha, Tinharé e Abrantes.

A necessária busca por articulações transterritoriais é fundamental para o desenvolvimento destas iniciativas, “contudo, em se tratando de Economia Solidária, considera-se por princípio que tal extrapolação tende a acontecer somente a partir de raízes muito sólidas fincadas localmente.” (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009b, p. 729). Para uma RLES, os vínculos com diferentes formas de organização social que estejam fora do território, como, por exemplo, a articulação com movimentos sociais, conselhos, fóruns, empresas, associações, cooperativas, ou o próprio Estado, possui o objetivo de transpor desafios em comum, fazendo enfrentamentos que são fundamentais para construção de uma sociedade mais harmoniosa.

Mesmo com uma diversidade de iniciativas e estratégias de desenvolvimento local, existem alguns fatores que dificultam a criação de RLES em regiões urbanas ou periurbanas com altos índices de pobreza. Conforme alerta França Filho e Cunha (2009b), em virtude de características peculiares destas realidades, podem ser citados alguns desses fatores: problemas com a infra-estrutura local; recursos ambientais e financeiros do território em escassez; grande déficit na formação básica da população local; presença de lideranças comunitárias centralizadoras e autocráticas; e ausência de um marco legal da economia solidária (leis que regulamentem e apoiem estas práticas), assim como as próprias estruturas de governo local, que ainda possuem dificuldade de fomentar estas iniciativas comunitárias.

Entende-se RLES como uma estratégia para reorganizar o desenvolvimento de territórios através da articulação de diferentes iniciativas comunitárias, em busca da reprodução ampliada da vida. Os espaços públicos de auto-organização são importantes atores que democratizam o processo de desenvolvimento de uma RLES – que em geral, extrapola sua dimensão territorial. Um Banco Comunitário de Desenvolvimento é outro importante ator que dinamiza a economia local e, juntamente com uma entidade sociorganizativa, busca a construção de circuitos próprios de produção e consumo local. Muitos desafios são enfrentados no desenvolvimento de uma RLES, principalmente a escassez de recursos e baixo grau associativo da comunidade, contudo, metodologias inovadoras de fomento a estas redes vêm conseguindo bons resultados, sempre acreditando no potencial da comunidade em buscar soluções para seus problemas vividos, e organizar um desenvolvimento verdadeiramente endógeno.

4.3 INCUBAÇÃO DE REDES LOCAIS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA BAHIA

A incubação de RLES na Bahia surge como prática da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (ITES/UFBA), através dos estudos e pesquisas de um grupo de profissionais e estudantes, coordenado pelo professor doutor da Escola de Administração da UFBA, Genauto Carvalho de França Filho. A ITES representa um programa de extensão criado na Escola de Administração da UFBA a partir da experiência pioneira do projeto Eco-Luzia, iniciada em 2005, na comunidade de Santa Luzia/Simões Filho. Nos anos subsequentes, surgem mais dois projetos de RLES incubados pela ITES/UFBA, um em Saramandaia-Pernambúes/Salvador e outro, que representa a base empírica deste estudo, em Matarandiba/Vera Cruz. Assim, a ITES/UFBA vem se especializando na elaboração e execução de projetos destinados à incubação de Redes Locais de Economia Solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento local.

A prática de incubação de RLES da ITES/UFBA inspira-se na experiência pioneira de desenvolvimento comunitário do Conjunto Palmeiras (MELO NETO; MAGALHÃES, 2008), comunidade antiga de pescadores que foram expulsos da orla cearense para uma localidade de mangue, sem nenhuma condição básica de infra-estrutura no local. A partir deste contexto totalmente desfavorável, a comunidade inicia diversas atividades organizativas para a construção de um bairro, e através de mutirões consegue melhorar o saneamento local, acesso de estradas, entre outras coisas. Ao perceber a necessidade de dar um passo em frente, a comunidade organiza um seminário chamado “habitando o inabitável”, e através de debates e decisões desenvolvem um plano estratégico de desenvolvimento para o Bairro. Começa, então, a tomar forma a RLES do Conjunto Palmeiras, sendo outros passos importantes a criação da iniciativa pioneira do Banco Palmas e de sua moeda social Palma, assim como o desenvolvimento de alguns núcleos cooperativos a exemplo da Palma Fashion (grupo de confecção) e Palma Limpe (produção de materiais de limpeza). Nesta comunidade as feiras comunitárias assumiram um papel muito importante como ator dinamizador de atividades de troca além da importante potencialização das relações comunitárias e expressões culturais diversas.

Diante desta rica experiência desenvolvida no Conjunto Palmeiras, a ITES/UFBA desenvolve hoje processos de incubação de RLES em territórios (comunidades ou bairros) através de uma interação dialógica profunda entre atores da universidade e atores sociais nos territórios. A metodologia de incubação envolve alguns passos vitais para o desenvolvimento

destas experiências de RLES. A saber:

mobilização e capacitação dos atores locais, seguidas de um processo de discussão pública de seus problemas comuns, juntamente com a realização de diagnósticos sobre a situação socioeconômica do território. Na seqüência, busca-se orientar, mediante planejamento e experimentação, a criação de atividades (as ofertas) em função de demandas genuínas expressas localmente nesses fóruns associativos (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009, p. 229).

Além disto, por tratar-se de uma experiência de incubação, é preciso que a metodologia de todo o processo de implantação de uma RLES possua um cuidado especial na relação com a comunidade, para que o desenvolvimento da RLES seja endógeno, através de um processo verdadeiramente comunitário e não imposto de fora. Para isto é importante que os atores percebam através da prática diária, a evolução e desenvolvimento das iniciativas no território.

Além dos fatores já descritos nesta seção sobre desafios das experiências de RLES, somam-se a isto algumas dificuldades próprias do processo de incubação destas iniciativas, a destacar: a dificuldade no aperfeiçoamento e adequação dos instrumentos didático-pedagógicos da própria metodologia de incubação para comunidade; e a falta de sincronia do financiamento, com o trabalho da equipe técnica e o ritmo da comunidade (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009b).

A partir deste contexto, diversos aspectos são considerados ao avaliar o grau de sustentabilidade em processos de incubação dessa natureza. Para possibilitar a “desincubação” das RLES, distanciamento da Incubadora da organização da rede na comunidade, leva-se em conta, além dos aspectos próprios da dinâmica de incubação, também outros fatores característicos de processos de organização comunitária para o desenvolvimento local.

O pioneirismo da ITES/UFBA em processos de incubação de redes locais, inspirado na experiência cearense do Conjunto Palmeiras, tem conseguido resultados significativos com a utilização de uma metodologia própria de intervenção com diagnósticos, capacitações e acompanhamento das iniciativas comunitárias. Apesar dos desafios de articular diferentes iniciativas locais para reorganização endógena de territórios, associada a um projeto político de sociedade, as RLES vêm se mostrando uma boa estratégia para o desenvolvimento sustentável de comunidades. Contudo, muito ainda precisa ser feito, sobretudo para uma mudança de paradigmas que desenvolva novas formas de organização humana que, à luz dos

princípios dos ecossistemas, se incorpore a Teia da Vida.

As experiências inovadoras de redes locais de economia solidária apresentam condições de buscar alternativas para o desenvolvimento de comunidades humanas, e ainda possuem algumas características ligadas a princípios de sustentabilidade ecológica, quais sejam: a forma de organização em rede, a cooperação e solidariedade como princípios orientadores das relações, e a diversidade de práticas e lógicas de atuação. Destaca-se, nestas iniciativas, a referência de práticas não monetárias, ou de solidariedade. Tratam-se de relações de reciprocidade, em que os envolvidos se ajudam mutuamente, o que, em certa medida, representa um resgate ao que Marcel Mauss (1974) chama de Dádiva ou Dom. De outra forma, tanto a Economia Solidária, quanto as Redes Locais de Economia Solidária, não se definem apenas por organizações “democráticas”, mas por um processo contínuo, de um conjunto de estratégias que investem na cooperação enquanto elemento central na integração entre o ser humano e destes com a natureza, o que portanto, pode se aproximar do entendimento de desenvolvimento sustentável trabalhado no capítulo 3 desta pesquisa.

Com a conclusão dos três capítulos centrais desta pesquisa, sendo o capítulo 2 evidenciando processos históricos de distanciamento entre os seres humanos e destes com a natureza na busca por responder as suas necessidades materiais de existência, o que tem gerado efeitos destrutivos para a sociedade. Em seguida, o capítulo 3 discutindo vários elementos importantes na construção de uma sociedade sustentável, sobretudo a orientação de sistemas humanos a partir de princípios dos ecossistemas uma alternativa adequada, o que representa, em grande medida, a transformação dos padrões de distanciamento vistos no capítulo anterior. E o capítulo 4, reunindo referências de Redes Locais de Economia Solidária que indicam a sua orientação de acordo com os princípios verificamos anteriormente e com soluções adequadas às situações contemporâneas. Agora, no capítulo 5, será apresentado uma sistematização, fruto da ligação entre a discussão teórica desta pesquisa com situações observadas através da coleta de dados, de um modelo análise para identificar a presença dos princípios dos ecossistemas em RLES, e em seguida, verificar como os tais princípios se manifestam nas práticas organizacionais da Rede de Economia Solidária de Matarandiba.

5 UMA POSSÍVEL INTEGRAÇÃO: Sustentabilidade Ecológica na Rede EcosMar

Com o objetivo de pensar o desenvolvimento de comunidades humanas sustentáveis através da abordagem da sustentabilidade ecológica, buscou-se identificar desafios e possibilidades de atuação da Rede Local de Economia Solidária em Mataranbiba (Rede EcosMar), no município de Vera Cruz/BA, com base em nove princípios de sustentação da teia da vida, desenvolvidos por Capra (2002, 2006) – Redes, Cooperação, Diversidade, Equilíbrio Dinâmico, Sistemas Aninhados, Interdependência, Fluxo, Ciclos e Desenvolvimento. Mesmo utilizando-se da revisão da literatura, e técnicas de análise documental, observação participante e entrevistas para uma análise profunda da realidade estudada, sabe-se das limitações de escopo em uma pesquisa que se propõe analisar propostas de desenvolvimento em territórios. Contudo, este caso ilustrativo pode servir de ponto de partida para muitos outros estudos e projetos de desenvolvimento de territórios.

5.1 MODELO DE ANÁLISE

A criação dos modelos de análise proposto para este caso, integrando princípios de sustentabilidade ecológica à Redes Locais de Economia Solidária, foi feita de forma criteriosa, buscando integrar os estudos de seus principais teóricos que tratam sobre esses temas. Entretanto, a grande dificuldade na definição deste modelo é escolha de variáveis adequadas para representar cada princípio ecológico, pois, em se tratando de princípios que estão presentes em todos os sistemas vivos, também se manifestam em todas as variáveis deste modelo, numa complexa relação entre si.

Mesmo assim, a utilização deste modelo pode trazer boas contribuições para pensar comunidades humanas sustentáveis, fornecendo caminhos para descrever o estado ou tendência deste fenômeno, e apontando resultados que possam ser comunicados, monitorados e que subsidiem análise e planejamento em determinado contexto.

Como forma de ampliar a participação de muitos princípios de organização dos sistemas vivos, e ao mesmo tempo, manter ter um quadro de análise que não se perca em meio a uma infinidade de fatores de análise, decidiu-se pela integração entre princípios em um mesmo campo de análise. Desta forma, 09 princípios estão integrados em cinco campos, a saber:

Diversidade; Rede e Interdependência; Sistemas Aninhados e Cooperação; Equilíbrio Dinâmico e Desenvolvimento; e por fim, Ciclo e Fluxo.

Quadro 1 – Interação entre princípios de um mesmo campo de análise

(continua)

PRINCÍPIOS	CAMPO DE ANÁLISE	DIMENSÕES	ASPECTOS DE PESQUISA
Diversidade	Práticas organizacionais que integram as diferentes dimensões sociais da sustentabilidade	Socioeconômica	Articulação de três lógicas econômicas: mercantil, não mercantil e não monetária
		Sociocultural	Contribuição no fortalecimento do sentido de pertencimento e da identidade coletiva
		Sociopolítica	Capacidade de autorganização democrática para elaboração de atividades coletivas
		Socioambiental	Contribuição com o desenvolvimento dos sistemas naturais
Rede e Interdependência	Organizações com múltiplos vínculos em três níveis de articulação	Comunitário	Famílias e Pessoas
			Relação entre componentes da RLES
			Relação com outras organizações locais
		Supracomunitário	Relação de parceria com organizações fora do território
			Participação em espaços democráticos de articulação
			Integração a organizações supraterritoriais autogestionárias
Natureza	Relação com os ecossistemas locais		
Sistemas Aninhados e Cooperação	Existência de múltiplos vínculos cooperativos nos três níveis de articulação da Rede Local		Parcerias que promovam o desenvolvimento de ao menos um dos envolvidos sem prejudicar nenhum outro que participe desta relação.
Equilíbrio Dinâmico e Desenvolvimento	Regulares processos educativos de auto reflexão e busca de resposta ao desafios comuns		Utilização de diálogos horizontais
			Integração de práticas artísticas
Ciclo e Fluxo	Articulação entre produção e consumo local	Recursos do território	Alta porcentagem de utilização
		Recursos de fora do Território	Baixa porcentagem de utilização
		Rendimento dos recursos	Utilização de técnicas ecológicas de alto rendimento

(conclusão)

PRINCÍPIOS	CAMPO DE ANÁLISE	DIMENSÕES	ASPECTOS DE PESQUISA
Ciclo e Fluxo	Reaproveitamento de recursos para reinserção nos ciclos sociais ou ecológicos	Recursos descartados	Reutilização de recursos em processos de produção ou consumo
			Tratamento de recursos para retornar aos ecossistemas, processo produtivo ou consumo final
		Recursos não recicláveis, tóxicos ou contaminantes	Acondicionamento ou destinação correta

Fonte: Elaboração própria do autor

5.2 A REDE ECOSMAR

A comunidade de Matarandiba é uma pequena vila, localizada no município de Vera Cruz / Bahia, que possui precários serviços de eletricidade, saneamento e tratamento de lixo. Hoje conta com menos de mil habitantes, em sua maioria semianalfabetos (ITES/UFBA, 2008a). Pela existência de uma extensão considerável de mangue no local, grande parte da atividade econômica da comunidade é pesqueira e predatória, contudo não é suficiente para gerar emprego e renda para toda população, sobretudo para os mais jovens (ITES/UFBA, 2008b). Além disto, outro fator que contribui com a crescente degradação ambiental é a forte ocupação turística. No período de alta estação, a comunidade não apresenta condições de infra-estrutura adequada aos moradores e visitantes, e por conta de maus hábitos e pouco cuidado com o ecossistema, agrava-se o processo de degradação do meio-ambiente local.

Figura 1 – Localização de Matarandiba, município de Vera Cruz/BA.



Fonte: ITES/UFBA (2014, p. 2).

Com a mobilização e organização da comunidade, através do Conselho Comunitário de Matarandiba (CCM), surgem reivindicações junto à Dow Brasil⁴⁶, empresa que atua no território, e à Prefeitura Municipal de Vera Cruz, para realização de investimentos no local (ITES/UFBA, 2008a). Deste momento surge um convite à ITES/UFBA para elaborar um projeto de desenvolvimento local e Economia Solidária a ser financiado por esta empresa. Então é criado, em agosto de 2007, o projeto EcosMar, com o objetivo geral de promover o desenvolvimento local sustentável da vila de Matarandiba com da geração de trabalho e renda, “tendo como base a criação de empreendimentos coletivos solidários voltados para a produção, consumo e gestão de serviços públicos locais, na perspectiva de institucionalização de uma rede de economia solidária” (ITES/UFBA, 2008, p. 9).

Assim inicia a incubação da Rede EcosMar através do fortalecimento do associativismo, constituição de um Banco Comunitário de Desenvolvimento e um Infocentro Comunitário, e ainda realização de um Mapeamento Socioeconômico e uma Pesquisa Histórico-cultural. Organizados por iniciativas locais de caráter coletivo e solidário, começa então a tomar forma uma nova alternativa de desenvolvimento para a comunidade. Até o ano de 2014, novas organizações surgiram, outras se dissolveram, e novos parceiros apoiam a proposta. Atualmente, a Rede EcosMar pode ser representada, de maneira simples, assim:

Figura 2 – Rede EcosMar.



Fonte: ITES/UFBA (2010, p. 4).

⁴⁶ Grande empresa internacional que atua na Ilha de Matarandiba a mais de 40 anos com extração de Salgema.

A seguir, será trazidas mais informações da Rede EcosMar, entretanto, importa salientar ainda que a análise a seguir não se propõe a avaliar o quão saudável, importante ou representativo é cada princípio de sustentabilidade ecológica para a Rede EcosMar, mas sim observar a sua presença em cada empreendimento e na rede como um todo.

5.3 A SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA NA REDE ECOSMAR

A pergunta inicial desta análise é: as RLES podem ser consideradas um sistema vivo? Para respondê-la afirmativamente, é preciso pensar organizações humanas locais também vivas, que possuam uma diversidade de princípios econômicos e uma multidimensionalidade em suas práticas, e se articulem em diferentes níveis através de múltiplos vínculos cooperativos, buscando o fortalecimento de uma dinâmica local cíclica da cadeia de produção-consumo através da utilização de tecnologias ecológicas e alta eficiência no aproveitamento dos recursos descartados. Além disto, para a RLES desenvolver-se como um ser vivo, é fundamental que seus componentes participem e organizem regulares processos educativos que fortalecem e transformam seus limites de identidade e da rede como um todo, utilizando-se da arte e diálogo como instrumento de reconhecimento da realidade vivida e surgimento criativo de respostas aos problemas enfrentados em sua dinâmica evolutiva.

A realização de uma análise deste tipo não pode ser subestimada, pois envolve uma infinidade de fatores subjetivos que são expressos a partir da visão de mundo de quem o interpreta. Como por exemplo, ao verificar um vínculo cooperativo da rede, como definir se ele realmente contribui para o desenvolvimento dos envolvidos ou não? Aí está posta uma questão que foge de uma situação de causalidade, pois determinada relação que a primeira vista parece ajudar, pode levar a estagnação de um grupo, ao passo que outro vínculo, através de pequenas ações aparentemente negativas, deflagra uma crise importante para o ressurgimento ou recriação do grupo. Neste sentido, as análises não devem ser vistas como um fim em si mesmo. O caminho para o desenvolvimento sustentável de comunidades é fruto de processos coletivos contínuos, próprios de seu contexto, sua constante relação entre as pessoas e destas com o ecossistema local, criando em cada localidade um movimento único, impossível de ser padronizado.

5.3.1 A Diversidade dos componentes da Rede EcosMar

A diversidade, segundo Capra (2002) é um princípio de sustentabilidade de todo sistema vivo, além do mais, “quanto maior a biodiversidade de um ecossistema, maior a sua resistência e capacidade de recuperação” (CAPRA, 2002, p. 239). A diversidade pode significar, de acordo com o Dicionário Aurélio (1976), diferença, dessemelhança ou variedade. Guerreiro Ramos, ao estudar e analisar as possibilidades de organização da vida humana em sociedade, percebeu como a variedade de sistemas sociais, ou sua diversidade, também constitui uma qualificação fundamental destes sistemas (GUERREIRO RAMOS, 1989). A promoção de comunidades humanas sustentáveis também não foge a esta orientação, e necessitam de organizações também diversas. A diversidade nestes sistemas humanos, segundo Capra, significa “muitas diferentes relações e muitas diferentes abordagens ao mesmo problema” (CAPRA, 2006, p. 53).

A partir dos estudos de Viktor Schaubergger sobre os ecossistemas, Coats reafirma a presença da diversidade no ambiente natural: “a vida é a manifestação da interação harmoniosa das individualidades, cada uma com suas próprias qualidades e capacidades particulares que são impossíveis de calcular”⁴⁷ (COATS, 1996, p. 294). De forma análoga, quando conduzidas de maneira adequada, essas organizações diferentes possibilitam uma infinidade de interações que promovem a sustentabilidade do sistema, como diz Sale, a “diversidade é a maneira de fomentar a criatividade e inovação, a dinâmica de sinergia”⁴⁸ (SALE, 1985, p. 110).

Para o Movimento de Economia Solidária, o termo “diversidade” tem uma importância significativa, de maneira aparece inúmeras vezes nos documentos finais das IV e V Plenárias do Fórum Brasileiro de Economia Solidária⁴⁹ (FBES, 2008; FBES, 2012). Ainda nestes dois documentos, fica claro como a diversidade está relacionada aos participantes que defendem as questões de gênero, etnia, raça, geração, promoção dos direitos humanos, autonomia dos povos, assim como as diferenças regionais, culturais, ambiental entre os grupos que constituem o FBES. De forma complementar, a V Plenária afirma o objetivo de “Reconhecer

⁴⁷ “Life is the manifestation of the harmonious interaction of individualities, each with its own qualities and particular capacities which are impossible to compute” (COATS, 1996, p. 294).

⁴⁸ “diversity is the way to foster creativity and innovation, the dynamics of synergy” (SALE, 1985, p. 110).

⁴⁹ As plenárias do Fórum Brasileiro de Economia Solidária representa o principal espaço de articulação do movimento de Economia Solidária no Brasil.

a diversidade das lutas”, e que historicamente, o

movimento de Economia Solidária aproximou-se mais dos movimentos de mulheres, negros, indígenas, agricultura familiar, agroecologia e povos e comunidades tradicionais. Consideramos fundamental, portanto, estender essas relações à outras diversidades (LGBT’s, pessoas com deficiências, geracional, dentre outros) integrando-nos aos espaços de lutas e discussões desses movimentos (FBES, 2012, p. 54).

A análise do princípio da Diversidade na Rede Local de Matarandiba esteve baseada na diversidade de suas organizações, ou seja, se suas práticas, propostas ou já realizadas, integram as diferentes dimensões sociais da sustentabilidade – econômica, política, cultural e ambiental –, utilizando-se dos três princípios econômicos – mercantil, não mercantil, e não monetário. Considera-se que todas elas são práticas sociais, que envolve as relações humanas.

Conforme sugerido no capítulo 3, utiliza-se a concepção Polanyiana de economia como base para este estudo, e ainda, o conceito de Economia Plural desenvolvido por França Filho e Laville (2004). De acordo com esses autores, as iniciativas de economia solidária utilizam-se das diferentes lógicas econômicas, que se encontram em constante tensão, de forma que a sua perenidade (ou sustentabilidade) está na “capacidade que terá tais iniciativas de encontrar o equilíbrio na gestão desta tensão” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 188). Neste sentido, como forma de análise, foi observado a capacidade dos componentes da Rede EcosMar em articular as diferentes lógicas econômicas (mercantil, não mercantil e não monetária).

A dimensão cultural é aqui identificada como práticas que trabalham o comportamento de determinado povo, sobretudo quando buscam o sentimento de pertencimento e identidade coletiva (FRANÇA FILHO; SANTANA JÚNIOR, 2007), a exemplo das manifestações culturais promovidas pela Associação Sócio Cultural de Matarandiba (ASCOMAT), que recuperam práticas antigas da cultura tradicional de Matarandiba. Já a dimensão política é relacionada à capacidade de autorganização democrática para elaboração de atividades coletivas, assim como a própria participação em espaços democráticos (FRANÇA FILHO; SANTANA JÚNIOR, 2007), como a semana do meio ambiente em Matarandiba, que envolveu diversos empreendimentos solidários construindo conjuntamente o evento. E por fim, a dimensão ambiental caracteriza-se por uma busca de integrar-se ao ecossistema, através de práticas que respeitem e contribuam com o desenvolvimento do sistema natural (BOFF,

2012), como é o caso do cultivo agroecológico de alimentos, que não utilizam inseticidas ou adubos químicos.

Para subsidiar a análise da diversidade na Rede EcosMar, descreve-se em seguida as organizações componentes desta rede, suas atividades e propostas mais relevantes. São consideradas as organizações pertencentes à Rede EcosMar aquelas que surgem e se desenvolvem no local, integrando a sua dinâmica de desenvolvimento a participação do processo de fortalecimento e planejamento da rede. Outras organizações locais que não integram a rede, mas colaboram com atividades pontuais, assim como organizações externas que contribuem com a rede, serão consideradas parceiras.

Os empreendimentos estudados possuem práticas semelhantes que podem representar a mesma dimensão social para todos. Desta forma, foi destacado algumas situações: todos os empreendimentos estudados que são ligados a Associação Comunitária de Matarandiba (ASCOMA) realizam coletivamente o planejamento de suas atividades internas a partir de encontros gerais desta associação, o que configura uma dimensão sociopolítica de sua prática; todos empreendimentos buscam envolver o cuidado, respeito e solidariedade na construção coletiva de conhecimento, o que configura o envolvimento da economia não monetária em suas práticas; por fim, os empreendimentos analisados receberam repasses financeiros da Dow Brasil, o que caracteriza, em termos de movimentação de recursos, uma prática não mercantil ou redistributiva, pois a empresa centraliza recursos naturais da Ilha de Matarandiba (extração de Salgema), por força de lei, e retorna uma pequena parte como forma de subvenção a comunidade⁵⁰. Desta maneira, somente será destacado este princípio econômico e dimensão sociopolítica quando houver alguma outra prática que justifique sua sinalização.

5.3.1.1 Associação Comunitária de Matarandiba (ASCOMA)

A ASCOMA surge a partir da mobilização de um grupo de moradores para interlocução com a Prefeitura de Vera Cruz e a empresa Dow, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento do território. Com o início do projeto EcosMar, a ASCOMA assume o papel

⁵⁰ No que corresponde à característica do comportamento humano, essa transferência de recursos entre a Dow e associações de Matarandiba se diferencia de uma lógica não mercantil, se aproximando, de outra forma, a uma prática mercantil, pois se baseiam numa lógica de interesse mútuo.

central no desenvolvimento da rede local⁵¹, o “maestro da banda” (LEAL, 2010), e assim concentra as principais decisões do Banco Ilhamar e do Infocentro Comunitário, deslocando-as do núcleo de cada empreendimento para uma instância mais ampla no local. Seu objetivo principal é possibilitar a participação da comunidade através de reuniões e encontros dos moradores para a discussão dos problemas vividos no território e operacionalização de suas soluções.

Na segunda etapa do projeto, destaca-se a criação de quatro Grupos de Trabalho (GT) com objetivo de potencializar os resultados e a participação da comunidade nas atividades da associação (ITES/UFBA, 2009). O GT de Comunicação & Cultura é responsável pela organização de uma rádio e cinema na comunidade. O GT de Esporte & Lazer é responsável pela manutenção das atividades do grupo de capoeira no local, em parceria com a ASCOMAT, além da organização de eventos esportivos – corrida de canoa, futebol, entre outros –, reforma da sede esportiva e comemoração do Dia da Mulher. O GT de Meio Ambiente tem a proposta de promover educação ambiental na comunidade, disponibilizando equipamentos para coleta e tratamento de lixo, e incentivando práticas ecológicas de infraestrutura sanitária, revitalização de fontes de água, limpeza das praias, fontes e quintais. Por fim, GT de Transporte, tem a finalidade de apresentar soluções aos problemas de transporte apontados pelos moradores locais (ITES/UFBA, 2009, 2010).

Nesta associação comunitária encontra-se a lógica de reciprocidade não monetária imbricada em todas as suas práticas, pois suas atividades buscam em última instância bons resultados para além dos seus membros, ou seja, para toda a comunidade. A economia não mercantil também é integrada pela ASCOMA na medida em que consegue acessar recursos públicos do governo federal e estadual para apoiar as iniciativas locais, a exemplo do Projeto Mão Amiga, em parceria com a Secretária do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo do Estado da Bahia. A prática mercantil não é realizada diretamente pela ASCOMA, contudo é necessário salientar que muitas outras práticas mercantis da Rede EcosMar são fomentadas ou apoiadas pela ASCOMA, como o transporte da comunidade que é organizado pela associação, o grupo de ostreicultura, e outras iniciativas que serão vistas adiante.

Conforme indicado por um entrevistado da equipe técnica da ITES, a Rádio Comunitária já conquistou um espaço na comunidade: “Sinto que ela consegue comunicar

⁵¹ Com o fortalecimento do Fórum de Desenvolvimento Comunitário de Matarandiba, a tendência é que este seja o centralizador das discussões e proposições da comunidade, sendo a ASCOMA um importante ator na operacionalização destas proposições.

bem. As pessoas ouvem a rádio” (ENTREVISTADO B). Atualmente o serviço de informação e comunicação da rádio é baseada numa relação de reciprocidade: recados e avisos são veiculados gratuitamente. Entretanto, no seu horizonte já se coloca a possibilidade de comercializar, de forma mercantil, “propagandas”, a partir do momento que consigam manter uma condição regular de programas que são acompanhados pela comunidade.

As atividades da ASCOMA são fruto de uma articulação coletiva de seus membros, que envolve também empreendimentos como o Banco Ilhamar, o Infocentro, entre outros, de forma que sua prática está inteiramente relacionada à dimensão sociopolítica de organização da rede local em Matarandiba. Esta dimensão da ASCOMA foi possível ser percebida a partir da organização da semana do meio ambiente em 2014, que contou a participação de diferentes pessoas na organização do evento. De outra forma, esta mesma dimensão foi percebida ao acompanhar as reuniões de avaliação e planejamento da associação, com a participação de seus membros, em que todos participam, entretanto, talvez por conta da renovação recente de associados, as falas ainda são um pouco concentradas em poucas pessoas.

De acordo com o entrevistado integrante da ASCOMA (ENTREVISTADO A), a dimensão sociopolítica possui uma característica ligada dinâmica interna da organização, de participação e renovação dos membros, que para ele, “é um desafio”. A ASCOMA tem encontrado dificuldade na participação de pessoas, conforme indica o técnico da Incubadora entrevistado, que acredita ser a quantidade de pessoas o grande problema atual da associação, pois ela “não tem conseguido engajar novas pessoas” (ENTREVISTADO B). Esta condição pode ser, conforme avaliada pelo integrante da ASCOMA, resultado de uma dificuldade de comunicação externa da associação, já que muitas vezes não se consegue comunicar os aprendizados de sua prática, sendo o resultado sempre visto como mais importante, tornando a sua legitimidade mais fragilizada. De outra forma, ainda para este entrevistado, existe muita relação político partidária em pequenas comunidades e uma associação que quebra isso acaba encontrando muitas dificuldades também. (ENTREVISTADO A)

De forma complementar, a dimensão política da ASCOMA envolve também a rádio comunitária, já que o trabalhar com comunicação tem grande potencial de influência. As articulações para realização de programas criativos e que identifique os ouvintes com as questões vividas na comunidade necessita de uma articulação local bem feita. Percebeu-se como o grupo conseguiu produzir programas de rádio, entretanto a falta de continuidade é um fator mostra algumas fragilidades no processo de planejamento e articulação. De outra forma, articulações políticas fora do território ainda são incipientes, embora eles já tenham

participado de encontros realizados por rádios comunitárias, o que mostra que muito ainda pode ser feito neste âmbito.

A criação dos GTs de Meio Ambiente representa uma tentativa de integração da dimensão sócio ambiental às outras dimensões presentes na ASCOMA. O investimento em práticas de manejo ecológico da horta comunitária e do cultivo de ostreicultura demonstra a integração da dimensão socioambiental à dimensão econômica. Ainda, as ações de disponibilização de coletores de lixo e revitalização de canteiros que antes eram locais de despejo de resíduos residenciais também representam cuidado com os recursos naturais, uma dimensão ambiental, mas envolve também uma dimensão política, ao envolver integrantes de diversos empreendimentos da rede, e cultural, ao trabalhar o comportamento das pessoas em relação ao que faz com seus resíduos.

A dimensão cultural para a ASCOMA, segundo o Entrevistado A, é entendida em um sentido amplo, como uma dimensão social, as tradições e costumes que estão envolvidos no dia a dia das pessoas, de forma que “quando trabalhamos com os pescadores e marisqueiras, trabalhamos com a cultura deles” (ENTREVISTADO A). Nesta linha, foram realizadas reuniões e eventos com a participação de pescadores e marisqueiras para conscientização sobre o tamanho de malha da rede e a pesca com bomba, o que envolve a integração da dimensão cultural, ambiental, política e econômica, na prática da associação. As manifestações culturais são vistas como importante pelo Entrevistado A e são apoiadas pela ASCOMA, entretanto, não se envolvem tanto por conta do surgimento da ASCOMAT, que ocupa bem esta função. De outra forma, o trabalho com o GT de Comunicação & Cultura, com a realização de programas de rádio e o cineclube, também representa uma boa possibilidade de integração das dimensões sociocultural, de comportamento das pessoas e identidade coletiva à dimensão ambiental, na medida em que se discutem questões ambientais e auxiliam na comunicação e influenciam novas atitudes na comunidade.

A dimensão ambiental e cultural está intimamente envolvida com as temáticas utilizadas nos programas da Rádio, como o cuidado com o descarte do lixo, desperdício de água, ou dicas de alimentação saudável. Ao integrar essas temáticas, a rádio funciona como contraponto a cultura de consumo atual ao propor a conexão dos moradores de Matarandiba às problemáticas decorrentes do consumo, como seus efeitos poluidores e capacidade de recuperação dos recursos ambientais.

5.3.1.2 Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar (BCDI)

Com o objetivo de dinamizar a economia local, o Banco Ilhamar foi fundado no dia 27 de abril de 2010, durante o seminário de apresentação dos resultados do projeto EcosMar à comunidade de Matarandiba (ITES/UFBA, 2008a). Utilizando uma metodologia própria dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (MELO NETO; MAGALHÃES, 2008), o Banco Ilhamar promove a circulação de uma moeda local, Concha, e oferece quatro linhas de microcrédito popular e solidário.

Correspondendo a dimensão econômica do BCD Ilhamar, a cobrança de juros pelo crédito concedido se caracteriza pela remuneração de um serviço financeiro, de natureza mercantil, prestado à comunidade. De outra forma, a metodologia de avaliação e concessão de crédito integra também a lógica de reciprocidade da economia não monetária, de uma relação de confiança, pois nenhuma garantia contratual pode ser cobrada como retorno, como disse o entrevistado da equipe técnica da Incubadora: “ou você está dentro da lógica de confiança da comunidade ou você não trabalha com o banco” (ENTREVISTADO C). Além do mais, a dimensão socioeconômica (reciprocitária) de um banco deste tipo esta intimamente integrada à dimensão sociopolítica, pois sua prática representa um envolvimento coletivo em torno de uma ação comum, o comprometimento com o pagamento do crédito e com a prática de um consumo local a partir circulação de sua própria moeda social Concha, como afirma o mesmo entrevistado: o crédito ajuda e aproxima a comunidade, e “essa relação se percebe no próprio momento de oferta de crédito” (ENTREVISTADO C).

Um relato do entrevistado da Equipe técnica da Incubadora, responsável por acompanhar o Banco Ilhamar, ressaltou um caso específico da dimensão reciprocitária, quando aconteceu a liberação de crédito ao grupo da horta, que foi concedido com base em uma relação de confiança, pois o “O Banco não tinha uma linha de crédito para aquela necessidade” (ENTREVISTADO C). Outro exemplo da integração da dimensão reciprocitária na dinâmica do Banco Ilhamar foi percebida por este mesmo entrevistado, na relação entre as agentes de crédito, a partir do momento que uma dificuldade pessoal de uma agente se tornou uma demanda institucional do banco à associação, indo além de uma relação formal de trabalho, envolvendo a solidariedade entre as agentes.

A prática não mercantil também pode ser observada através do próprio subsídio para funcionamento do banco, que hoje recebe suporte direto da Secretaria Nacional de Economia

Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, e é apoiado pela Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo do Estado da Bahia.

Todo BCD preza por uma transformação da cultura de consumo a partir da utilização de uma moeda local enquanto instrumento de valorização do que é produzido e comercializado na localidade. Destaca-se esta moeda também enquanto instrumentos que contribui para uma identificação do território, como o caso do Banco Ilhamar, que produziu uma moeda local cujo nome (Concha) e desenho iconográfico, retratam um pouco da realidade da cultura do território. Para Leonardo Leal (2010), a mudança da cultura de consumo também pode ser entendida como uma atividade que integra a dimensão ambiental em sua prática, principalmente por proporcionar uma redução na utilização de transporte para produtos e pessoas. Segundo a entrevistada, a dimensão ambiental pode ser visto também no processo de conscientização de liberação do crédito, mesmo ainda não sendo algo institucionalizado e que depende de uma atuação pontual das agentes, como uma conversa sobre o tamanho da malha da rede de pesca, o que mostra uma dimensão de cuidado com a renovação dos recursos naturais.

5.3.1.3 Associação Sócio Cultural de Matarandiba (ASCOMAT)

Na segunda fase do projeto EcosMar, com a mobilização local em relação à necessidade de resgate e fortalecimento da identidade cultural da comunidade de Matarandiba, a ASCOMAT passa a integrar a Rede EcosMar, tornando-se um importante agente integrador e mobilizador das dinâmicas culturais do local (ITES/UFBA, 2009).

Hoje a ASCOMAT promove manifestações culturais como São Gonçalo, Boi Estrela, Terno das Flores, Zé de Vale, Samba de Roda Voa Voa Maria, e Presente dos Pescadores a Yemanjá. Pode-se dizer que suas atividades socioculturais estão intimamente interligadas a práticas econômicas. Suas apresentações são, em grande parte, voluntárias, como na sua participação na IV Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar, e o evento de lançamento do Samba de Roda de Matarandiba – Vôa Vôa Maria, caracterizando-se pela prática não monetária. Entretanto, em algumas apresentações a ASCOMAT recebe recursos financeiros, o que permite também perceber uma prática mercantil, e de outra forma, recebe apoio da prefeitura local e a Secretaria de Cultura do Governo do Estado da Bahia, caracterizando-se neste caso, uma prática não mercantil.

Como será visto mais adiante, estas manifestações culturais contribuem para o reconhecimento e sentimento de pertencimento da comunidade, o que caracteriza uma dimensão cultural em sua prática, somando-se a isto, a organização do “ponto de memória” da comunidade de Matarandiba, que possui elementos caracterizadores das tradições culturais, também sob responsabilidade da ASCOMAT. Através de colaboração em atividades de limpeza do mangue juntamente com a ASCOMA, a ASCOMAT mostra, ainda que incipiente, a dimensão ambiental em suas práticas socioculturais.

5.3.1.4 Infocentro Comunitário de Matarandiba (INFOMAR)

O Infomar surge em 2007, na primeira etapa do projeto EcosMar, com o objetivo de assumir quatro funções básicas: auxiliar na realização da pesquisa de mapeamento socioeconômico; possibilitar a gestão da informação na rede; contribuir para a efetivação de intercâmbios; além de promover a inclusão digital na comunidade através de formação e capacitação de moradores (ITES/UFBA, 2008a).

A prática mercantil do Infomar acontece principalmente com a venda do serviço de internet e impressão à comunidade. Sua prática não monetária pode ser percebida através da própria disponibilização do computador (sem internet) e promoção de cursos gratuitos para empreendimentos da rede e toda a população local. O Informar, por intermédio da ASCOMA, também conseguiu acessar recursos públicos do Governo do Estado, integrando o princípio não mercantil de sua prática econômica.

A utilização de Tecnologias Livres também pode representar uma dimensão cultural de sua prática, ao contribuir para mudanças de hábitos com a utilização de softwares em computadores, e fortalecer o uso de uma tecnologia que pode ser apropriada pela comunidade, fortalecendo assim um sentido de identidade comum. De outra forma, o descarte adequado do lixo eletrônico pode apresentar uma importante atividade que integre a dimensão ambiental ao empreendimento, já que preza pelo cuidado com os resíduos de sua atividade principal.

5.3.1.5 Produção Agroecológica de Alimentos

A partir de uma formação em agroecologia na Empresa Brasileira de Desenvolvimento

Agrícola (EBDA), dois moradores locais começam uma atividade com o objetivo de cultivar “alguns gêneros alimentícios mais consumidos na comunidade de modo que possam ofertar produtos com alto valor nutritivo, livre de agrotóxicos” (ITES/UFBA, 2009, p. 24), contribuindo então para a geração de trabalho e renda local. A produção de alimentos foi iniciada na segunda fase do Projeto EcosMar, ainda em caráter embrionário, a partir da utilização de técnicas de alto rendimento e baixo impacto no meio ambiente local. No ano de 2012, o grupo conseguiu a doação de um terreno (2 hectares) da empresa Dow para ampliar a produção.

Por tratar-se de uma atividade produtiva, a prática do princípio mercantil é fundamental para a sustentabilidade do grupo, que, mesmo sem regularidade, conseguiu comercializar alguns gêneros alimentícios (observação participante). Ainda, o crédito adquirido junto ao Banco Ilhamar, também representa a utilização de um serviço de caráter mercantil. Além do mais, o processo de liberação desse crédito, conforme relatado acima, integrou a lógica reciprocitária (não monetário) de confiança na relação entre o grupo agroecológica e o Banco Ilhamar. Este grupo de agroecologia também foi apoiado pela Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo do Estado, o que mostra a integração do princípio não mercantil em sua sustentação.

A produção Agroecológica é uma atividade econômica que possui uma forte relação com a dimensão ambiental, ao passo que utiliza técnicas de produção não prejudiciais ao meio natural e que respeitam as possibilidades e limitações dos recursos locais, como os biofertilizantes, caldas naturais de controle de pragas e doenças (observação participante). A produção de alimentos revela também uma dimensão cultural da prática do grupo, a medida que representa um incentivo a novos hábitos em relação ao cultivo de alimentos, já que de acordo com o entrevistado, as pessoas daqui não faziam roça, só “tinham três rapazes que faziam, mas eles vieram de outro lugar” (ENTREVISTADO D). De outra forma, este grupo apresenta grande potencial impulsionar a o resgate da tradição de cultivar plantas em quintais.

5.3.1.6 Ostreicultura

O empreendimento de Ostreicultura surge em 2011 com o objetivo de cultivar ostras para consumo in natura através de um processo sustentável e articulado de produção artesanal.

Para tanto, formou-se um grupo de 13 marisqueiras/os e pescadores que com o apoio da apoio da ITES/UFBA, Rede de Ostreicultores Familiares, MarSol/UFBA e a própria Rede EcosMar, para conseguiram implantar um sistema de cultivo. Sua atividade mercantil de comercialização é um elemento fundamental para a sustentabilidade do grupo, seja por atacado para restaurantes; eventos, ou avulso para consumo em Matarandiba e outras praias da região. A articulação com a Rede de Ostreicultura Familiar com a finalidade de comercialização em larga escala representa o envolvimento da dimensão política, de autorganização, e não monetária, ao integrar também o vínculo de confiança em um processo de troca de experiência e comercialização coletiva. Este mesmo grupo também integra o princípio não mercantil ao receber financiamento da Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo do Estado para aquisição de equipamentos, materiais e capacitação.

No correspondente a dimensão política do grupo, evidencia-se a participação coletiva nas atividades de coleta de sementes (de ostras), limpeza do cultivo, e biometria (medição e contabilização) (observação participante). As principais decisões do grupo, seus os acordos de utilização de seus equipamentos, possibilidade comercialização e planejamento de ações, são realizadas coletivamente, em encontros que incluem todos os participantes (ITES/UFBA, 2013).

A dimensão ambiental deste empreendimento está ligada diretamente com a tecnologia utilizada para a produção, pois a partir de uma relação de cuidado com o mangue do local, não necessita de insumos internos e não gera resíduos poluentes (ITES/UFBA, 2013). Neste sentido, ao investir no método de cultivo mesa tabuleiro, em que sementes coletadas são “guardadas” em telas com formato de traveseiro, diferindo totalmente da prática de extração do mangue, anteriormente utilizada, que pode ser extremamente nocivo à renovação dos estoques deste marisco quando realizado de forma intensiva.

5.3.1.7 ViverTur

O ViverTur surge em 2013 e ainda hoje é o mais novo empreendimento da Rede EcosMar, mesmo já sendo considerado pelo entrevistado da equipe técnica da Incubadora como “o empreendimento com mais potencial” (ENTREVISTADO B), por conta da demanda de turismo na região e falta de alternativas semelhantes a sua proposta. Ainda segundo o entrevistado, esta iniciativa é mais que a criação de um roteiro, é proporcionar a “a vivência.

viver aquela cultura” (ENTREVISTADO B). Este grupo ainda está na fase inicial de formação, e nenhum passeio ainda havia sido realizado até o momento da entrevista.

Mesmo assim, é possível perceber como a economia mercantil é um importante princípio a ser trabalhado por este Empreendimento, na medida que é necessário a remuneração do serviço prestado. Entretanto, já estão sendo feitas articulações para passeios não remunerados com o colégio, idosos, e outros integrantes da comunidade, o que representa o envolvimento da lógica não monetária, ou reciprocitária, em seu serviço principal, quais sejam, os passeios turísticos. A lógica de reciprocidade também é visível quando o grupo de Turismo, a partir de uma lógica de confiança, utiliza-se do barco do grupo de Ostreicultura para realização de passeios.

A dimensão política do grupo, em termos de participação coletiva das atividades, pode ser observada na parte do diagnóstico e elaboração dos roteiros (ENTREVISTADO B), mas qualquer outra análise neste momento ainda é incipiente, visto que o grupo ainda está em formação (observação participante). De outra forma, ainda nesta dimensão, o entrevistado revela que o grande desafio é “formar uma rede de base comunitária” (ENTREVISTADO B), o que envolve a capacidade do grupo em organizar os diferentes atores locais para promover um serviço em que o turista possa vivenciar Matarandiba, conversar com pessoas de referência, dormir em residências locais e conhecer as tradições locais, o que envolve uma dimensão cultural de valorizar as referências de identidade comum daquele povo.

A construção manual de quatro (04) lixeiras de cipó e bambu demonstra uma preocupação do grupo com a dimensão ambiental, de cuidado com a preservação dos recursos naturais, pois utilizou-se apenas de materiais naturais e biodegradáveis (observação participante). De outra forma, a criação dos roteiros turísticos foi feita com base na valorização da beleza natural de Matarandiba, o que caracteriza dimensão contemplativa em relação a Natureza, que é a base de uma relação de respeito e cuidado.

De maneira geral, pode-se perceber que os componentes da Rede EcosMar trabalham numa perspectiva de diversidade de princípios econômicos e integram diferentes dimensões em suas práticas, contudo, muito ainda pode ser feito. Um elemento fortalecedor da dinâmica de desenvolvimento do território pode ser a prática não monetária, pois há possibilidade de tornar-se o grande estruturador das relações no território, potencializando a sua harmonização, cooperação e criação. A variação nas fontes de recursos não mercantil sempre uma estratégia importante para impulsionar o desenvolvimento das organizações locais. Grande parte destas organizações, de alguma forma, integra a dimensão socioeconômica e sociopolítica, porém

possuem dificuldades ao integrar a dimensão ambiental e cultural quando estas não representam sua atividade fim, como a ASCOMAT, Agroecologia e Ostreicultura.

Importa salientar que o desenvolvimento de organizações diversas pressupõe uma mudança na cultura de uma comunidade. Muitas pessoas estão acostumadas com desenvolvimento de organizações orientadas para a eficiência um impacto amplo de benefício para a realidade, preocupando-se apenas com seu resultado específico. Este modo de pensar e agir sinaliza uma perspectiva de desenvolver organizações com atividades homogeneizadas e repetitivas, que não integram as diferentes variáveis presentes num território.

A diversidade de organizações em um território é uma importante estratégia a ser fomentada, e somente será exitosa se contar com a participação de toda comunidade. A criação de diferentes organizações surge através das interações promovidas por elas próprias. Ao passo que são diferentes, são possíveis as trocas que podem trazer a criação e recriação do novo, de algo a mais que potencializa sua sustentabilidade. Contudo, este é apenas um aspecto da sustentabilidade de uma rede local, mostrando-se fundamental que este processo ocorra através de múltiplos vínculos cooperativos, em diferentes níveis, e que então possibilite dinâmicas criativas para o desenvolvimento da vida.

5.3.2 A Forma De Organização da Rede EcosMar e Seus Vínculos Cooperativos

A forma de organização proposta por uma Rede Local de Economia Solidária (RLES) encontra-se muito próxima ao princípio de rede e interdependência desenvolvido por Capra (2002). Uma comunidade organizada em rede, assim como observado nos ecossistemas por este autor, possui redes menores ou macromoléculas interligadas como sua estrutura base, que no caso das RLES podem ser representadas por organizações locais. De forma complementar, o significado desses dois termos, que, de acordo com o Dicionário Aurélio (1976), podem ser entendidos como fibras entrelaçadas nos pontos de cruzamento e dependência mútua, reforça a necessária participação de todas as partes da rede para seu equilíbrio e sustentação. Neste sentido, uma RLES somente estará organizada em rede quando suas organizações possuírem uma multiplicidade de vínculos em diferentes níveis de articulação, funcionando de maneira autônoma, mas interdependentes.

A articulação em rede é uma estratégia que está presente nos principais registros de organização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, aparecendo inúmeras vezes nos dois

documentos finais da IV e V Plenária (FBES, 2008; FBES, 2012). O termo “Redes e Cadeias” aparece tantas outras, fazendo sempre referências a práticas de produção, comercialização e consumo solidárias, e de maneira geral, ressaltando a importância de investir nestas iniciativas para potencializar os Empreendimentos e o Movimento de Economia Solidária. O termo “interdependência” não foi encontrado em nenhum dos relatórios finais das plenárias do FBES. Entretanto, a palavra “dependência” e “independência” aparecem, respectivamente, cinco e duas vezes, no Relatório da V Plenária, sempre associadas às possibilidades dos EES ou do próprio movimento de economia solidária depender de governo/estado, ou a preocupação de alcançar uma autonomia ou independência sociopolítica na prática autogestionárias destas organizações.

De outra forma, a sustentabilidade de uma RLES passa também pela criação de vínculos cooperativos em vários níveis, conforme expresso no modelo de análise. Tais vínculos levam que as organizações locais e a própria rede funcionem como sistemas aninhados, assim como a natureza fez desde as primeiras formas de vida até hoje, confiando nas trocas enquanto “princípio determinante das relações entre os seres humanos e entre estes e a natureza” (ABDALLA, 2002, p. 52). Destacando o prefixo da palavra cooperar (co-operar), este termo pode ser entendido operar juntamente com alguém, e ainda, a segunda palavra que compõe o termo “sistema aninhado” pode ser entendida como uma derivação de ninho, que pode caracterizar algo que permite a proximidade, o cuidado, e que serve de abrigo. Ao tratar da concentração de organismos nos ecossistemas, Mollison (1988) se aproxima deste entendimento de sistema aninhado e cooperação a partir do termo “assembleia”, ressaltando a importância da natureza e valor das conexões entre os envolvidos para que continue o sistema continue “gerando atividades adicionais e realizando outras conexões”⁵² (MOLLISON, 1988, p. 31).

A existência de um vínculo cooperativo não significa que relações competitivas inexistem nos ecossistemas, conforme alertado por Bill Mollison, ao ressaltar que mesmo “quando a complexidade benigna de organismos cooperativos é útil, a complexidade competitiva ou desarmônica é potencialmente destrutiva”⁵³ (MOLLISON, 1988, p. 31). No que corresponde às sociedades humanas, Polanyi (2012) afirma que quanto mais recuamos na história, menos encontramos o homem agindo em benefício próprio, cuidando do seu

⁵² “They then proceed to do additional tasks and to provide other connections themselves” (MOLLISON, 1988, p. 31)

⁵³ “Thus, where the benign complexity of cooperative organisms is useful, competitive or inharmonious complexity is potentially destructive” (MOLLISON, 1988, p. 31)

interesse pessoal, o que dá suporte a ideia de Leonardo Boff que o ser humano é essencialmente cooperativo porque é um ser social (BOFF, 2010a), e que, portanto, tende a agregar-se.

A ideia de cooperação para a sociedade humana não é nova, e está sendo utilizada nos principais espaços de articulação da economia solidária. Percebe-se a sua presença no documento final da IV Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que mesmo citada poucas vezes, sua importância é visível ao afirmar que “É preciso cooperação solidária para o desenvolvimento sustentável (FBES, 2008, p. 11). No processo da V plenária (FBES, 2012, p. 73), quatro anos mais tarde, a “cooperação” já foi utilizada mais vezes, e ganha um destaque maior ainda ao fazer parte do tema central do evento: “Bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável”. Ainda, neste mesmo espaço, a cooperação é apresentada também como estratégia econômica para emancipação dos grupos e sujeitos, e que “plena vivência da economia solidária está relacionada em avançarmos cada vez mais em espaços regidos pela solidariedade, cooperação, bem viver e autogestão” (FBES, 2008, p. 46).

Para efeito deste estudo, considera-se interessante juntar esses dois conjuntos de princípios citados acima em um só análise: “rede e interdependência”, juntamente com os princípios de “cooperação e sistemas aninhados”. Isso justifica-se pois o primeiro conjunto representa a forma de organização de um sistema, a partir da constituição de seus vínculos, e o segundo, uma qualificação destes, o que permite uma só análise verificando como esses vínculos estão sendo construídos na estrutura proposta. Neste sentido, uma rede necessita de organizações que possuam uma multiplicidade de vínculos, que nesta pesquisa são caracterizados por uma regularidade nas trocas ou intercâmbios de informação, produtos ou atividades. Estes vínculos são cooperativos somente quando promovem o desenvolvimento de ao menos um dos envolvidos sem prejudicar nenhum outro, o que pode revelar a dimensão do cuidado ou solidariedade, que quando aliado a uma forma diferente de entender o trabalho, possibilita a geração de transformações para promoção da vida.

Importa salientar que se não houver regularidade nas trocas ou intercâmbios, uma interação pode ser entendida como um fenômeno, mas não um vínculo. Ainda, a ideia de regularidade aqui usada, busca se aproximar do entendimento de tempo na Natureza, conforme Marsha Hanzi (2003, p. 5), indica, ao trabalhar com grupos integrados ao ecossistema, que a ideia de periodicidade ou regularidade não pode mais ser entendida por tempo de relógios e sim por ritmos naturais, “Tempo de caju, tempo de manga. O levantar e

pôr do sol. A lua minguando e crescendo [...]” respeitando-se, também, os ritmos socioculturais do coletivo envolvido na atividade.

Como dito anteriormente, uma Rede Local de Economia Solidária (RLES) é resultado da articulação de diversas iniciativas solidárias com objetivo de constituir um circuito próprio de relações econômicas e de intercâmbio de experiências e saberes em determinado território. Entretanto, não basta que organizações integrantes de uma RLES tenha uma multiplicidade de vínculos cooperativos, pois somente estarão realmente organizados em rede, quando possuir vínculos em diferentes níveis, com: o ecossistema local; o seu território⁵⁴, ou seja, entre a própria rede, as pessoas que vivem lá, e outras organizações locais; e outras formas de organização social fora do território.

A integração cooperativa com a natureza envolve as diferentes possibilidades de relação com o ecossistema local. Para isso, mostra-se necessário, “se adaptar ao ambiente, em vez de tentar explorar ou manipulá-lo, para conservar não só os recursos, mas também as relações e os sistemas do mundo natural⁵⁵” (SALE, 1985, p. 68-69). A construção de vínculos fortes e cooperativos com o ecossistema surge a partir do entendimento de que somos parte dele, para então reaprendermos

as leis de Gaia, para conhecer a terra plena e honestamente, a tarefa crucial e talvez única e abrangente, é compreender o lugar específico imediato em que vivemos. Os tipos de solos e rochas sob nossos pés; as fontes de águas que bebemos; o sentido dos diferentes tipos de ventos; os insetos comuns, aves, mamíferos, plantas e árvores; os ciclos particulares das estações; os tempos para plantar uma colheita e a forragem [...]. Os limites dos seus recursos; a capacidade de carga de suas terras e onde os seus prêmios podem ser melhor desenvolvidos; os tesouros que retém e os tesouros que detém (SALE, 1985, p. 42)⁵⁶.

Quando assimilado, este conhecimento pode se tornar a base uma interação mais intensa

⁵⁴ Neste estudo entendemos os termos território, localidade ou comunidade como termos com sentido similares, cabendo a cada situação, quando necessário, explicitar seu significado diferenciado.

⁵⁵ “adapt to the environment rather than try to exploit or manipulate it, to conserve not only the resources but also the relationships and systems of the natural world” (SALE, 1985, p. 68-69)

⁵⁶ “the laws of Gaea, to come to know the earth fully and honestly, the crucial and perhaps only and all-encompassing task is to understand place, the immediate specific place where we live. The kinds of soils and rocks under our feet; the source of the waters we drink; the meaning of the different kinds of winds; the common insects, birds, mammals, plants, and trees; the particular cycles of the seasons; the times to plant an harvest and forage [...]. The limits of its resources; the carrying capacities of its lands and where its bounties can best be developed; the treasures it holds and the treasures it withholds” (SALE, 1985, p. 42)

com o ecossistema, que gere grandes resultados, conforme sustenta Leonardo Boff, “o desenvolvimento sustentável se torna viável quanto mais ele surgir da interação da comunidade com o seu respectivo ecossistema local e regional. [...] ele demanda uma tecnologia adequada àquele bioma” (BOFF, 2012, p. 138). Essa adequação necessita a utilização de novas tecnologias e também a recuperação de técnicas e tradições dos povos nativos, como a permacultura, que possibilita construir sistemas com “menos gastos, menos trabalho, produção diversificada e estável – e muita beleza” (HANZI, 2003, p. 9).

De acordo com Sale, para a condução de sistemas mais integrados a natureza é necessário também “vive mais perto da comunidade, capaz de desfrutar dos valores comunitários de cooperação, participação, irmandade e reciprocidade que melhoram o desenvolvimento individual⁵⁷” (SALE, 1985, p. 47). Desta maneira, percebe-se como a integração aos ecossistemas envolve também o segundo nível a articulação, com o território, considerando-o como localidade que contém disponibilidade e uso de técnicas e informações, normas e regras regulando a vida coletiva e interação intersubjetiva (SANTOS, 2004). Neste mesmo caminho, Boff (2012), ressalta ainda que é importante valorizar o capital social da população, pois

ela acumulou conhecimento experimentais, hábitos de utilização dos recursos, gerou coesão social e níveis de confiança e cooperação, essenciais para a inclusão de todos e a superação da pobreza. A cultura desempenha papel importante ao reforçar a maneira de viver juntos e potencializar a identidade do grupo mediante o cultivo das tradições e das festas locais. Um desenvolvimento de rosto humano é um componente importante da sustentabilidade (BOFF, 2012, p. 138 e 139).

O terceiro nível considerado neste estudo é o supraterritorial, através de vínculos com diferentes formas de organização social que estejam fora do território, como por exemplo a articulação com movimentos sociais, conselhos, fóruns, empresas, associações, cooperativas, ou o próprio Estado. Esta articulação mostra-se fundamental para construção de uma nova sociedade, sobretudo quando a participação externa esteja alicerçada localmente, partindo do menor (comunidade ou território) para outras dimensões de espaço, em que “Toda a autoridade flua para cima de forma gradativa, a partir da menor unidade política para a

⁵⁷ “lives closer to the community, able to enjoy the communitarian values of cooperation, participation, sodality, and reciprocity that enhance individual development” (SALE, 1985, p. 47).

maior.”⁵⁸ (SALE, 1985, p. 94). Assim, para Sale (1985), é como uma simbiose, um modelo de prosperidade para a sociedade humana:

podemos imaginar como um lugar onde as famílias operam dentro dos bairros, bairros dentro das comunidades, as comunidades dentro das cidades, cidades dentro das regiões, tudo com base na colaboração e intercâmbio, cooperação e benefício mútuo, e onde o mais apto é o que mais ajuda⁵⁹ (SALE, 1985, p. 113).

5.3.2.1 Vínculos cooperativos com o ecossistema

Com relação aos vínculos cooperativos dos componentes da rede com o ecossistema, apenas a Produção de Alimentos Agroecológicos e a Ostricultura possuem regularidade e intensidade em sua relação com o meio ambiente local, pois toda sua produção é resultado desta interação. A Produção Agroecológica local utiliza técnicas diversas de alto rendimento e baixo impacto no meio ambiente local, a exemplo do cultivo adequado do solo através do manejo natural de pragas, produção de biofertilizantes, cobertura do solo, entre outras. Conforme dito anteriormente, o grupo de Ostricultura utiliza técnica de cultivo em mesa, que não produz resíduos poluentes e não contribui com o extrativismo predatório. De outra forma, o grupo ViverTur também possui essa regularidade na relação com o ambiente, na medida que os passeios turísticos envolvem uma relação de contemplação e cuidado com os recursos naturais.

A Associação Comunitária de Matarandiba (ASCOMA) vem fomentando atividades de intercâmbio com o ecossistema local, através do combate à pesca predatória, incentivo do uso de estruturas ecológicas de tratamento de resíduos, e limpeza e revitalização do mangue, praia, fontes de água e quintais. São iniciativas importantes, contudo o fomento a outras atividades e a regularidade em sua execução são grandes desafios da ASCOMA. O Banco Ilhamar, o Infocentro Comunitário de Matarandiba, a Rádio Comunitária e a Associação Cultural de Matarandiba, são organizações com boas possibilidades de se integrar as distintas atividades ecológicas que acontecem no território, fortalecendo-as e transformando-as.

⁵⁸ “all authority flowing upward incrementally from the smallest political unit to the largest” (SALE, 1985, p. 94).

⁵⁹ “we may envision as a place where families operate within neighborhoods, neighborhoods within communities, communities within cities, cities within regions, all on the basis of collaboration and exchange, cooperation and mutual benefit, and where the fittest is the one that helps the most” (SALE, 1985, p. 113).

5.3.2.2 Vínculos cooperativos com a comunidade e entre os componentes da rede

Espaços comunitários promovem intercâmbio de informações, produtos, atividades e significados, como por exemplo as assembleias da ASCOMA, ou espaços de interações esportivas e culturais, contribuindo com a criação de vínculos entre os participantes. Além disto, o próprio fato dos agentes da Rede EcosMar serem moradores da comunidade, e então participarem do processo de gestão e interação dos empreendimentos, favorece a construção de elos comunicativos na comunidade.

A ASCOMA é uma organização com forte vínculo com o Infomar e Banco Ilhamar, participando das principais decisões gerenciais destes empreendimentos, sendo o Comitê de Avaliação do Crédito (CAC) um importante espaço que favorece esta relação. Além disto, a ASCOMA participa também do planejamento e avaliação das atividades do grupo de Produção Agroecológica, Ostreicultura e ViverTur. Por seu caráter sociorganizativo e centralizador de atividades diversas de interesse coletivo, a ASCOMA tem boa participação da comunidade em suas práticas, portanto a criação de GTS com este objetivo representa uma estratégia interessante.

O INFORMAR se organizou para uma melhor disponibilização dos serviços de informática básica para a comunidade, como digitação, pesquisas, elaboração de documentos, impressão, promoção de cursos (ITES/UFBA, 2010), criando condições de intercambiar com todas as organizações comunitárias, promovendo o acesso e capacitação para utilização da tecnologia informacional, como é o caso do Grupo de Ostreicultura que realiza o trabalho de biometria e sistematização diretamente nos computadores do Infocentro.

A ASCOMAT, ao promover as manifestações culturais e organizar o Ponto de Cultura de Matarandiba, contribui para reforçar a identidade comum entre os moradores, utilizando-se da arte como instrumento de integração da comunidade.

O Banco Ilhamar tem forte relação com a comunidade através da constante disponibilização de micro-crédito solidário, que já alcançou diretamente todas as famílias de Matarandiba (LEAL, 2010). Este banco também realizou diversas visitas a comerciantes locais, articulando novos estabelecimentos que aceitem a Concha, e então contribuindo para a utilização da moeda social na comunidade. Isso contribui para recuperar o verdadeiro sentido da moeda enquanto instrumento facilitador das trocas, potencializando também a circulação

de riqueza no território. Neste sentido, a moeda social merece um destaque. Em sua origem, as moedas eram utilizadas como instrumentos para facilitar as trocas, contudo passou a ser usada para concentração de riqueza e dominação do homem pelo homem, tornando-se “o déspota mais tirânico” (SANTOS, 2000, p. 33). Assim, as moedas sociais buscam retomar o seu sentido de origem e instaurar uma nova relação de confiança no local, de que as pessoas podem confiar que esta moeda é um meio de troca.

Um outro vínculo estabelecido na Rede EcosMar é a relação entre o grupo de Ostreicultura e o ViverTur, conforme indicado anteriormente, a partir do momento o grupo de turismo utiliza-se do barco do grupo de Ostreicultura para realização de passeios.

5.3.2.3 Vínculos cooperativos com outras formas de organização social fora do território

Outro nível de vínculo importante para o desenvolvimento de uma RLES é sua ligação com outras organizações sociais fora do território. De algum modo, toda a Rede EcosMar e seus componentes estabelecem vínculos com o movimento de economia solidária, com as instâncias de governo, organizações sociais que promovem a organização comunitária, e outros espaços sociais democráticos de construção da coletiva, a exemplo de conselhos, fóruns, etc.

Por sua atuação abrangente, a ASCOMA possui a capacidade de formar diferentes vínculos com organizações externas. Ainda, esta associação, através de sua prática de fomento, pode servir como uma ponte que ligue estas organizações a grupos formados na comunidade, como por exemplo a articulação com os trabalhos do Marsol/UFBA e Rede de Ostreicultura Familiar com o grupo de ostreicultura solidária de Matarandiba. De outra forma, a ASCOMA também executa projetos de apoio a Rede de Ostreicultores e à Rede Ecoluzia, em Simões Filho, o que evidencia um aspecto de reciprocidade ao apoiar organizações fora do seu próprio território.

Para os demais empreendimentos que atuam em um segmento específico da comunidade, a exemplo do Banco Ilhamar, ASCOMAT, INFOMAR, Agroecologia, Rádio Comunitária, ViverTur e Ostreicultura, é fundamental sua contribuição para o fortalecimento de estruturas democráticas supraterritoriais que trabalhem numa perspectiva temática ou segmentada, como a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, Fórum Baiano de Economia Solidária, Fórum Baiano de Agricultura Familiar, Rede de Ostreicultores, Conselhos

Municipais, conferências diversas, dentre outros.

A ASCOMAT conseguiu apoio da Secretaria de Cultura do Governo do Estado da Bahia para financiamento de várias manifestações culturais de Matarandiba e apresentou-se na IV Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar, que é um espaço não só de comercialização, mas também formativo. Além disso, esta associação participa de espaços como o Conselho Municipal de Cultura, Conferência Nacional de Cultura, deixando evidente a sua integração a estruturas que superam o território.

O Banco Ilhamar participou de encontros da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, e da I e II Conferência Nacional de Finanças Solidárias, respectivamente em Fortaleza e Brasília. Estas articulações permitem que os grupos envolvidos se fortaleçam através de trocas de experiência, realizando atividades em comum, e percebendo um processo de mudança social mais amplo.

Em relação ao Infocentro de Matarandiba, para Leonardo (LEAL 2010), um traço político que caracteriza esta organização é a utilização de Tecnologias Livre, que pressupõe uma integração a dinâmica de desenvolvimento de tais tecnologias. Neste sentido, a participação do Infomar em comunidades digitais de troca de experiência de software livre pode aprimorar ainda mais esse aspecto.

Como já dito, uma comunidade organizada em rede possui redes menores ou macromoléculas. Em Matarandiba, as organizações locais, como o Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar, a Associação Comunitária, a Associação Sócio Cultural de Matarandiba, o Infocentro Comunitário, e a Produção Agroecológica, podem ser representadas por estas macromoléculas, que representa um nível intermediário entre a rede como um todo e os moradores.

Os vínculos locais da Rede EcosMar com o ecossistema ainda são incipientes, contudo atividades importantes para preservação e cuidado do ambiente natural da comunidade vêm sendo construídas. O ecossistema natural possui grande capacidade de prover boas condições de vida para a população local, sobretudo no tocante à alimentação e promoção da saúde, contudo por conta do atual distanciamento do ambiental natural, um longo caminho precisa ser trilhado. A Rede EcosMar já iniciou um trabalho com estas perspectivas, entretanto muito ainda precisa ser feito. O FDCM, mais especificado no ponto seguinte, é um espaço com capacidade de ser o grande elo de articulação da Rede EcosMar, especialmente nas relações sociais com a comunidade, os componentes da Rede, e outras organizações ou espaços de

convergência externos. A Rede EcosMar vem criando importantes vínculos externos, e mostra-se importante continuar neste caminho, já que “o próprio objetivo de tais redes, aliás, é de extrapolar sua dimensão territorial” (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009, p. 729).

Para uma RLES estabelecer vínculos, tecidos por organizações sociais comunitárias, mostra-se necessário também uma ressignificação do que representam estes vínculos para o desenvolvimento do território. Muitas organizações tendem a instituir poucas conexões, realizando-as somente quando estritamente necessárias para sua sustentabilidade financeira. Contudo, ao pensar uma estratégia de desenvolvimento para uma comunidade, bairro ou até um pequeno município, a promoção de diversas organizações com múltiplos vínculos em diferentes níveis pressupõe a construção de uma cultura comunicativa e cooperativa, sustentada pela própria flexibilidade e autonomia desta rede relacional. Para tanto, é necessária uma atitude coletiva de reconhecer e entender os desafios oriundos da realidade de desestruturação das relações sociais, para então organizar diversas interações com o objetivo final de potencializar transformações (criação) da realidade voltadas à promoção de condições ampliadas de vida no território.

5.3.3 Equilíbrio Dinâmico e Desenvolvimento: A geração da Vida

Os sistemas vivos, segundo Capra (2002), se mantêm em um estado de equilíbrio dinâmico, pois possuem uma dinâmica autogeradora que busca a evolução para o desenvolvimento da vida. Recuperando o significado comumente utilizado para o termo “equilíbrio dinâmico”, “equilíbrio” pode significar estado de repouso de um corpo, e “dinâmico”, possui relação com a ideia de movimento. Segundo Capra (2002), é exatamente este paradoxo que está posto nos sistemas naturais, pois, mesmo com constantes transformações, ele mantém-se num estado de equilíbrio. Mas um equilíbrio orientado para promoção da vida, desenvolvimento.

Para Viktor Schauberger, cientista estudioso da natureza, confundimos o efeito com a causa: “todo o movimento, toda a roupagem externa de manifestação, são efeitos secundários. A principal causa que nunca vemos. A principal causa é a energia⁶⁰” (COATS, 1996. p. 36). O Equilíbrio dinâmico e o desenvolvimento para os ecossistemas naturais envolve, portanto, o

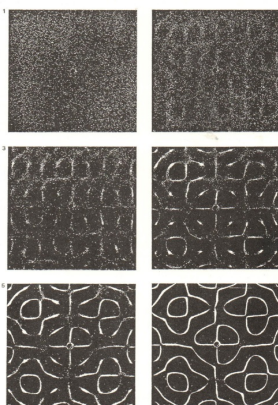
⁶⁰ “all movement , all the external garb of manifestation, are secondary effects. The primary cause we never see. The primary cause is energy

entendimento sobre a energia, pois ela que dará forma ao movimento, as manifestações da vida. Ainda segundo Coats, a dinâmica do universo é causada por um desequilíbrio inerente,

Não pode haver estado de equilíbrio estável, o que significaria a imobilidade, a uniformidade e estase. Se tal fosse o caso, nem desenvolvimento, nem evolução seria possível, seria imutável e improdutivo, que não é obviamente o caso. Não-equilíbrio é um pré-requisito para o movimento e evolução em todas as suas formas, e um estado de equilíbrio é, portanto, impossível na Natureza⁶¹ (COATS, 1996. p. 64 e 65).

Segundo Coats, a vida é criada nesse estado de não-equilíbrio que irradia pulsação de energias mentais etéreas em diversas frequências, que resultam, por um lado, na formação de “campo de energia densa”, onde seus respectivos ciclos ou comprimentos de onda convergem, e por outro, regiões difusas, com energia mais rarefeita, onde eles divergem, chamado de “campo de energia atenuada”. O potencial criativo das vibrações energéticas pode ser observado a partir do experimento de Schauberger que distribui areia em um prato com vibração constante, mostrando o movimento de concentração e dispersão da areia, que resulta na criação de linhas, limites ou bordas, conforme figura a seguir:

Figura 3 – As ilustrações mostram uma figura sonora simples tomando forma sob a ação de osciladores de cristal (efeito piezoelétrico). Plataformas de aço 31 x 31 cm. Espessura de 0,5 mm Frequência 7560 cps. O material espalhado sobre a placa é areia calcinada.



Fonte: CALLUM COATS (1996, p. 43).

⁶¹ “There can be no state of stable equilibrium, which would signify immobility, uniformity and stasis. Were such the case neither development, nor evolution would be possible would be unchanging and unproductive which is manifestly not the case. Non-equilibrium is a pre-requisite for movement and evolution in all its forms, and a state of equilibrium is therefore impossible in Nature” (COATS, 1996. p. 64 e 65)

Ainda de acordo com Coats (1996), através dessa síntese de dualidades que a Vida é procriada e projetada, entre a dispersão e união, difusão e concentração, ou também, entre a força centrípeta e centrífuga. O equilíbrio está exatamente na manutenção do movimento que sempre ocorre em algum lugar entre um extremo e o outro: “A interação recíproca entre os pares de magnitudes energéticas opostas, as diferenças e diversidade que surgem, produz a pulsação eterna e os ciclos incessantes que são marcas da vida⁶²” (COATS, 1996, p. 294). De forma semelhante, para Freud (1976), os instintos humanos são de apenas dois tipos, aqueles que tendem a preservar e unir, e aqueles que tendem a destruir e matar. Entretanto, é importante ficar claro que não se trata de questões moralmente boas ou ruins, mas da primazia de uma energia de dispersão em relação a união.

No mundo contemporâneo, existe um desequilíbrio nesta relação, e a energia da destruição se apresenta de maneira mais forte e perigosa. Coats considera que estamos prestes a destruir o planeta como resultado de um grande domínio desta energia centrífuga (dispersão) em nossa tecnologia: “a espiral descendente de desintegração parece estar acelerando a um ritmo alarmante, com poucas ou nenhuma propostas realmente concretas ou ação que está sendo implementada para detê-la⁶³” (COATS, 1996, p. 30). Assim como nossa tecnologia assumiu a utilização maior da energia de destruição, é possível considerar que existe uma manifestação mais dominante do polo destruidor nas relações entre humanos. Basta olhar como a nossa sociedade ocidental foi construída com forte manifestação da dominação entre humanos, através da violência, medo e castigo⁶⁴.

Este autor indica que para transformar essa situação, as tecnologias atuais precisam se manifestar a partir de vórtices centrípetos, criativos, com interações vibratórias que estejam em harmonia “com as condições específicas do local de “gênese”, de modo que um determinado processo de vida ou criatura pode realmente crescer e evoluir⁶⁵” (COATS, 1996,

⁶² “The reciprocal interaction between pairs of opposing energetic magnitudes, the differences and diversity thus arising, produces the eternal pulsation and the ceaseless cycles that are life’s hallmarks” (COATS, 1996, p. 294)

⁶³ “The downward spiral of disintegration seems to be accelerating at an alarming rate, with few if any really concrete proposals or action being implemented to arrest it” (COATS, 1996, p. 30)

⁶⁴ O som ou ressonância, de acordo com Coats (1996), parece estar associado a fenômenos criativos ou destrutivos. Para mostrar esse potencial, este autor retoma estudos de David Tame, em seu livro *O Poder Oculto da Música*, que “apresenta um argumento convincente de que a queda de grandes civilizações foi sempre precedida pela degeneração da música popular, que parece ser onde estamos agora” (COATS, 1996, p. 42).

⁶⁵ “these interacting vibrations must be in harmony with each other and also in resonance with the

p. 47). A dimensão do centrípeto, ou implosão, segundo este mesmo autor, está associado também ao aspecto do carinho, do feminino, que não pode ser confundido com a ideia de gênero, mas sim como a dimensão do cuidado ou união presentes em homens e mulheres.

De acordo com Coats (1996), a vida se manifesta no movimento entre dois polos, e portanto, em uma relação de diferentes, não entre iguais. Em outra perspectiva, como já mostra a partir dos estudos de Mollison (1988), na natureza um limite separa duas coisas diferentes, e neste momento existe a condição para a troca. O limite é o que caracteriza a separação, é o que define as diferenças. E a partir do momento que realmente são diferentes, então podem transpor seus limites ou bordas e partilhar seus recursos, criando o novo, a vida em evolução. Assim como nos sistemas naturais a existência de uma membrana é propriedade fundamental para realização das trocas, nos sistemas humanos os limites ou bordas devem ser trabalhados para este mesmo fim. Sua permeabilidade é fundamental para possibilitar recompor e restaurar as estruturas à medida que decaem, assim como nos ensina Bill Mollison (1988), destacando que as transações através das membranas (ou bordas) são grande parte da troca de energia da vida na natureza.

Os limites das organizações comunitárias e conseqüentemente da rede local que fazem parte, não podem ser limites territoriais, já que os limites entre sistemas humanos “não são limites de separação, mas limites de identidade” (CAPRA, 2002, p. 239). De acordo com Mollison (1998), a rigidez dos limites nos organismos vivos sempre resultará em tensões, entretanto, muitas tensões são consequência natural do processo evolutivo, ou de aprendizagem, de cada organismo: “Todo sistema de vida também se defronta ocasionalmente com pontos de instabilidade [...], dos quais surgem espontaneamente novas estruturas, formas e padrões” (CAPRA, 2006, p. 56). Entretanto, nem sempre as instabilidades são favoráveis a vida, conforme indica Capra, “O stress temporário é essencial à vida, mas stress prolongado é prejudicial e destrutivo para o sistema.” (CAPRA, 2006, p. 56). Esses pontos de instabilidade ou stress não podem ser entendidas como fatores de insustentabilidade, o segredo está exatamente em como superá-los constantemente para que não se tornem dominantes. Assim como as bordas dos ecossistemas, os limites de identidade precisam ser flexíveis e permeáveis, que sugere uma constante transformação e adaptação ao ambiente vivido e sua dinâmica.

De forma análoga a um ecossistema, uma RLES pode funcionar como um sistema vivo

autônomo, mas não independente, para que seu comportamento não seja “determinado por forças exteriores, mas pela cessão de mudanças estruturais autônomas” (CAPRA, 2002, p. 52), que estão em constante interação com seu o ambiente. Estas estruturas são consequência destes “múltiplos elos e anéis de realimentação que mantêm o sistema num estado de equilíbrio dinâmico” (CAPRA, 2002, p. 239). Assim como um ecossistema necessita da flexibilidade de seus elos comunicativos, uma RLES, para desenvolver-se como um organismo vivo, necessita da flexibilidade dos seus vínculos cooperativos, conforme indicado no campo de análise anterior, para que promovam aos estímulos, desencadeando a transformação das estruturas organizativas.

A superação dos limites de identidade, portanto, só pode vir a partir do surgimento do novo, ou seja, o surgimento da vida: “o desenvolvimento e o aprendizado se manifestam no desdobramento criativo da vida ao longo da evolução” (CAPRA, 2006, p. 55). De acordo com Capra (2006), todos os sistemas vivos se desenvolvem e todo desenvolvimento envolve aprendizagem. Neste sentido, entende-se nesta pesquisa, que os limites de identidade são criados e transformados, em uma dinâmica de desenvolvimento, a medida que são realizados processos educativos de diálogo e auto reflexão, conforme orienta Paulo Freire (2007, p. 104), ao defender que não se pode temer o debate e análise crítica da realidade de um coletivo. Ente mesmo autor nos ensina que a transformação de um coletivo começa com união de seus integrantes para auto-reflexão, que os levará ao “aprofundamento consequente de sua tomada de consciência e de que resultará sua inserção histórica, não mais como espectadores, mas como figurantes e autoras” (FREIRE, 2007, p. 44). Isto só é possível a partir de processos educativos

que possibilite ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar. [...] que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que predispuesse a constantes revisões. A análise crítica de seus ‘achados’ (FREIRE, 2007, p. 97-98).

De forma semelhante, para Leonardo Boff, o desenvolvimento significa ampliar as oportunidades de modelar a vida e definir um destino, fazendo referência sobretudo a Democracia e Educação como forma do desenvolvimento. Ainda para este autor, significa transformar o ser humano a partir de uma educação que possa fazer desabrochar e desenvolver suas potencialidades e capacidades, “humanizar o humano rasgar-lhe o horizonte

de suas capacidades e habilidades e incentivá-lo na busca de sua realização” (BOFF, 2012, p. 136).

Ainda de acordo com Freire, “toda compreensão de algo corresponde, cedo ou tarde, uma ação. Captando um desafio, compreendido, admitidas as hipóteses de resposta, o homem age” (FREIRE, 2007, p. 114). De forma semelhante, pode-se entender que a partir destes processos de auto-reflexão e diálogo, a ação humana ganha sentido e transpõe os limites de identidade de um coletivo, criando um novo limite, e a possibilidade de continuar o ciclo evolutivo a partir de novos processos educativos. Desta forma, torna-se possível uma ação criadora, em que “a rede inteira gera a si mesma, produzindo um contexto comum de significados, um corpo comum de conhecimentos, regras de conduta, um limite e uma identidade coletiva para os seus membros” (CAPRA, 2002, p. 119).

Investir na relação entre indivíduo e coletivo representa uma escolha em investir na energia de união, que não significa, por outro lado, ausência de liberdade individual. Conforme ensinamento, a liberdade, no sentido de estar livre de qualquer interferência, não existe, pois “qualquer opinião ou desejo, não importa em que sociedade vivamos, nos faz participar da criação do poder e da constituição de valores.” (POLANYI, 2012, p. 224 e 225). O aprofundamento do diálogo e auto reflexão é uma escolha de vivenciar um tipo de relação social. É para o ser humano, segundo Freire, a luta por sua humanização, que torna possível criar relações que quando assumidas “com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo” (FREIRE, 2007, p. 115).

De forma complementar, as linguagens artísticas podem contribuir com os processos de transposição dos limites e criação do novo. Os estudos de Gianella e Moura (2009, p. 6) sobre Metodologias Integrativas mostram que, neste campo de atuação, o “recurso às artes e ao lúdico são instrumentos potencialmente poderosos, porque tocam teclas, despertam e legitimam sensibilidades outras com respeito àquelas puramente racionais”. Neste caminho, essas autoras reforçam que tais metodologias “visam propiciar a produção do conhecimento interativo, [...] pretendem valorizar as competências reais dos sujeitos envolvidos em cada processo e mobilizar na esfera pública toda riqueza do humano” (GIANELLA; MOURA, 2009, p. 6).

Essa produção de conhecimento interativo propiciado pela arte, como ressaltado por Gianella e Moura (2009), contribuem com o processo educativo, trazendo novos elementos para os diálogos, em busca de soluções criativas como respostas aos desafios impostos pelas tensões dos sistemas, ou seja, pode estar articulado com a transposição dos limites de

identidade de um determinado grupo. Para Freud, “que leva os homens a compartilhar de interesses importantes produz essa comunhão de sentimento, essas identificações” (FREUD, 1976, p. 255). Neste sentido, esse conhecimento interativo vindo com a arte reforça também o sentido de pertencimento e identidade; é o sentido de união, a energia de união, que significa a integração do ser humano ao seu contexto, “resultante de estar não apenas nele, mas com ele, e não a simples adaptação, acomodação ou ajustamento [...]. A sua integração o enraíza” (FREIRE, 2007, p. 50). De forma análoga, a união da dimensão ecológica com a artística pode contribuir ainda mais com a realização final desse processo educacional, na medida que esse conhecimento interativo envolve o desenvolvimento de novas tecnologias e habilidades humanas baseadas em seu ecossistema local, o que representa a integração do homem ao seu contexto ecológico da vida.

Unindo jogos, esportes, cantos, danças, teatro e outras expressões lúdicas e artísticas, aos diálogos humanos que envolvem a autoreflexão, torna-se possível desenvolver novos conhecimentos e técnicas que contribuam com transformações dos limites de identidade dos sistemas, através de uma íntima conexão do interior de cada um, os coletivos envolvidos e o ecossistema natural, promovendo um movimento de soluções criativas e sustentáveis para os territórios. Isto não significa entender que não existem interesses conflitantes, nem mesmo que somente isso assegura transformações, mas que sim, é um elemento importante dentro dessa proposta de auto criação da vida humana em sociedade. Estas relações de proximidade, de identificação mútua, representam uma construção contínua, que precisa recuperar a sua dimensão de solidariedade, respeito e cuidado. O polo energético de união, concentração, ou simplesmente, amor.

Considera-se neste estudo a promoção da vida como o surgimento do novo. O novo que surge com a transformação de algo que já existe a partir de uma relação das duas energias de dispersão e união.

5.3.4.1 O diálogo e a arte como instrumento de transformação

Nestes anos do projeto EcosMar, foram realizados vários processos formativos e educativos com o objetivo de entender a realidade vivida na comunidade e mobilizar os atores locais para uma nova estratégia de desenvolver território. Destaca-se, nesse sentido, o mapeamento da produção e consumo local, que consiste num estudo detalhado das

características da realidade socioeconômicas da comunidade, e a pesquisa histórico-cultural que busca o resgate da memória histórico-cultural e de alguns aspectos mais gerais da vida no local. (ITES/UFBA, 2008a). Foram pesquisas que tiveram grande participação da população local e podem ser utilizadas como um ótimo instrumento que subsidie outros processos comunitários.

Concomitantemente, diversas oficinas de fortalecimento do associativismo local foram realizadas com o objetivo de promover a mobilização e união dos diferentes atores da comunidade em “torno do projeto de construção do desenvolvimento local segundo a ótica solidária” (ITES/UFBA, 2008, p. 12). Pessoas que possuem atividades diferentes puderam sentar e conversar sobre novas possibilidades para o desenvolvimento da comunidade, transformando sua forma de pensar, e fortalecendo entendimentos comuns, novos “limites de identidade”. Estas oficinas contribuíram para a reestruturação dos laços associativos do território e fortaleceu a dinâmica de funcionamento da ASCOMA (ITES/UFBA, 2008a). De outra forma, segundo o entrevistado da ASCOMA, esta associação tem dificuldade em trabalhar os instrumentos de comunicação com a comunidade, pois seus membros acabam muito envolvidos com as atividades fim de cada empreendimento, de maneira que para ele, não se vê o nome da ASCOMA em lugar nenhum na comunidade, porque “a comunicação, muito necessária, acaba não sendo prioridade” (ENTREVISTADO A). Outros instrumentos também são utilizados para fortalecer o processo de identidade de um grupo ou uma organização. Um estatuto, quando realmente se presta a fortalecer os objetivos ou acordos de conduta, e não mero instrumento jurídico, pode contribuir com neste sentido, assim como um regimento interno ou cartilha, uma carta ou plano de adesão de membros, dentre outros instrumentos.

Para implantação do Banco Ilhamar, por exemplo, foram realizadas quarenta (40) oficinas para formação de três (03) agentes locais. Ainda como resultado disto, os instrumentos de gestão administrativa e financeira foram desenvolvidos, os critérios para acesso a crédito definidos, assim como sua missão e visão, onde o “principal não é a capacidade de retorno de valores, e sim o vínculo de confiança quando transmitidos aos usuários” (LEAL 2010).

Já em relação a outro empreendimento da rede, o Infomar, foram realizadas atividades para seleção e capacitação de dois (02) agentes locais, definição das condições de acesso, normas para utilização do seu serviço, e construção de sua Missão. Num segundo momento, outras oficinas foram realizadas para organizar a gestão do Infocentro e aperfeiçoar o

atendimento aos usuários.

O grupo de Agroecologia também realizou seus processos educativos internos, escolhendo as técnicas ecológicas a serem utilizadas de acordo com os recursos disponíveis e os impactos no ecossistema local. Além disso, utilizou-se processos de diálogo para definição das culturas a serem produzidas, de acordo com os conhecimentos do grupo e da cultura de consumo dos moradores de Matarandiba. O grupo de Ostreicultura também realizou diálogo interno para definição dos seus processos de trabalho coletivo, assim como o ViverTur, que definiu coletivamente os roteiros turísticos e as formas de atender a demanda por seus serviços.

Todos os processos formativos e educativos quando possuem a característica de construção coletiva de conhecimento pautada no desvelamento da realidade vivida (FREIRE, 2007) contribuem para o fortalecimento da identidade local. E por serem processos coletivos, podem contribuir com a capacidade de trabalho em grupo, melhorando a autoestima dos participantes que se sentem valorizados por cooperar e serem parte do desenvolvimento de sua localidade. Estes processos necessitam de regularidade, possibilitando a uma RLES estar em plena transformação e aprendizado para construção de vínculos a partir do território, como uma situação de equilíbrio dinâmico, recriando suas estruturas para fortalecer um desenvolvimento que leve a sustentabilidade.

Neste âmbito, pode-se destacar o papel do Fórum de Desenvolvimento Comunitário de Matarandiba (FDCM) que surge em 2010 com o objetivo de tornar-se o centro da Rede EcosMar, concentrando as discussões e proposições de alternativas aos problemas enfrentados pela comunidade. Este Fórum ainda está em fase de consolidação, mas mesmo assim é o principal espaço público local, com muitos segmentos representados (como marisqueiras, transporte, comerciantes, ou os empreendimentos da Rede, ASCOMAT, ASCOMA, DCD Ilhamar, entre outros), sendo que parceiros como a prefeitura, a Dow e a própria ITES/UFBA, são participantes externos que contribuem com este espaço. Este fórum possui um Estatuto, e através da promoção de encontros temáticos, pretende constituir planos de desenvolvimento comunitário (ITES/UFBA, 2009).

Este fórum pode ser um importante espaço para contribuir com melhores relações entre as associações, pois foi observado por este pesquisador alguns conflitos entre elas, e também destacado por morador de Matarandiba que, fazendo referência a atividades que não foram compartilhadas entre as associações ASCOMAT e ASCOMA, chama atenção: “precisam se unir mais, a união faz a força” (ENTREVISTADO C). Funcionando como uma grande

plenária, este fórum apresenta condições de transformação esta relação entre as associações, entretanto, conforme indica um entrevistado da ASCOMA (ENTREVISTADO A), a capacidade de autorganização é o aspecto que precisa ser trabalhado no FDCM, pois as pessoas não podem participar querendo somente seu interesse, ou com a intenção de não concordar com nada, ou ainda, concordar e mas não caminhar sua realização, de maneira que “muitas pessoas não estão preparadas para esses espaços” (ENTREVISTADO A). Isso se aproxima do pensamento de Débora Nunes, ao afirmar que “sair do quadro cultural do mando e perseverar na opção da gestão compartilhada exige um nível de consciência política que precisa ser construído” (NUNES, 2009. p. 209).

A condução deste processo é própria de cada experiência e torna-se imprescindível que seja realizada de forma muito cuidadosa. Mesmo com a entrega e vontade de muitas pessoas em contribuir com o processo, existem diversas relações de poder e interesse que permeiam as decisões de um coletivo, mas importante é ter um “espaço de auto-organização política ou um espaço público de proximidade fundamental ao aprendizado e ao exercício da democracia local” (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009, p. 229). Este modelo de gestão democrática, ou autogestão, quando se refere a empreendimentos, mas também espaços de articulação com o FDCM, não pode ser associado a nenhuma fórmula pronta que se implanta em determinado tempo. Sua construção é diária, através de técnicas que favoreçam a participação, de um respeito mútuo dos envolvidos, e do amadurecimento em relação à cultura de empregado/patrão. O trabalho com o grupo é difícil, e para sua harmonização é preciso que todos os componentes estejam em constante transformação da sua individualidade, o que vai de encontro à cultura individualista ocidental, envolvendo também uma dimensão temporal, já que “decidir coletivamente leva mais tempo pois é preciso ouvir a manifestação de todos ou ao menos do que querem participar” (SINGER, 2000).

Além desses processos de diálogos, as organizações locais utilizam a arte como mais um instrumento de mediação para auto-organização da comunitária. A ASCOMA criou dois grupos de trabalho que avançam nesta linha. Segundo seu planejamento, o GT de Comunicação & Cultura é responsável por organizar um cinema na comunidade, que integra um momento de reflexão ao final das exhibições. E o GT de Esporte & Lazer, a quem cabe a organização de eventos esportivos (corrida de canoa, futebol, entre outros) e datas comemorativas, que também integram o lúdico e a arte. Neste mesmo caminho, pode-se destacar a Rádio Comunitária de Matarandiba, que, através de programas auditivos, possui grande capacidade de envolver a arte, contação de histórias, músicas, entre outras

manifestações da arte, no meio de debates sobre a realidade local.

Tanto a criação da iconografia das moedas sociais, quanto às logomarcas dos grupos da Rede, possuem uma articulação interessante entre arte e diálogo. Através de oficinas, as pessoas participantes destes empreendimentos discutem elementos de identidade que representam o coletivo e desenham, coletivamente, estas representações. A partir disto, decorre um processo de avaliação sobre as propostas, que continua até sua versão final realizada por um Design.

O resgate de manifestações culturais é um importante processo mobilizador da comunidade em torno de uma identificação comum. Destaca-se também neste processo o trabalho da ASCOMAT que, com cerca de cento e trinta (130) membros, possui forte capilaridade no local. Segundo Leonardo (LEAL, 2010), o resgate do “Zé do Vale”, a representação de uma história que mistura música e teatro e não acontecia pelas ruas de Matarandiba a 54 anos, é um exemplo disto. Sua nova reaparição em Matarandiba mobilizou muitos moradores, inclusive alguns mais idosos que não saíam de casa a anos. Este tipo de atividade “lida com o imaginário das pessoas, suas memórias e história” (LEAL, 2010), e pode funcionar também como instrumento de transformação do território, a partir de um sentimento comum, a expressão do limite de identidade.

Neste sentido, a integração de práticas artísticas no processo de produção de riqueza é um importante elemento o desenvolvimento desta energia criativa. Neste caminho, as manifestações artísticas em coletividades são fundamentais para tornar seu processo de desenvolvimento mais harmonioso, reafirmando seu grande potencial de integrar o cuidado ou solidariedade na vida em comunidade e na relação com o ambiente. Este cuidado contribui para aproximação dos atores envolvidos em uma RLES, cada sujeito e coletivo, assim como suas relações com ecossistema natural, em um movimento criativo de vida.

Neste sentido, é inevitável a participação humana em qualquer processo com este fim. Talvez tenha sido esse ponto mais comentado nas entrevistas: a dificuldade em envolver pessoas, trabalhar coletivamente. O entrevistado da ASCOMA (ENTREVISTADO A), considera que a Rede EcosMar já possui as principais condições para o desenvolvimento local: “A agricultura, a Pesca, o financeiro (banco), acesso a informação e tecnologia (infocentro) e comunicação (rádio)”. De acordo com este mesmo entrevistado, é preciso uma valorização maior dos resultados desta rede por parte dos moradores, o que “Requer um processo de reeducação”. Neste sentido, ele considera que o grande salto vem com o envolvimento do ser humano neste processo, sendo categórico ao dizer: “Tá na gente o

desafio”.

As decisões que nascem da interação de um coletivo em uma RLES tornam as pessoas que participam do processo mais comprometidas com seu desenvolvimento se estiverem ancoradas em princípios, valores e acordos produzidos de forma democrática e participativa. Daí a importância de trabalhar práticas democráticas dentro do território, o que não significa a ausência de direção, mas que esta é exercida sob o controle ético, legal e político do coletivo envolvido (NUNES, 2009). Uma relação de mão dupla, em que o indivíduo fortalece o coletivo e o coletivo fortalece o indivíduo, assim como uma rede de dádiva, em que cada ação tem um valor fundamental para quem está diretamente envolvido, mas também para toda a rede.

É natural que uma RLES sofra diversas transformações ao longo de sua dinâmica evolutiva. Isso faz parte do seu processo de desenvolvimento. Assim como os sistemas naturais que estão em constante transformação, entrando novos elementos e saindo outros. (HANZI, 2003). Desta forma, assim como nos ecossistema, os componentes de uma RLES são responsáveis por transformar ou substituir outros componentes em seu processo evolutivo, criando ou recriando-se a si mesmos. Entretanto, mostra-se fundamental que uma RLES mantenha seu padrão de organização em rede com múltiplos vínculos em diferentes níveis.

Este pensamento traz à tona o entendimento de mente e matéria como “dois aspectos complementares do fenômeno da vida – processo e estrutura” (CAPRA, 2002, p. 53) Daí a necessidade de uma rede local possuir organizações locais diversas, com identidades fortalecidas e em constante estado de cooperação a partir da flexibilidade dos múltiplos elos comunicativos com o ambiente: “para que haja surgimento espontâneo, é preciso que haja uma rede ativa de comunicações com múltiplos elos de realimentação” (CAPRA, 2002, p. 133).

Com a constituição de vínculos cooperativos no local, as decisões tendem a ser mais coletivizadas. Então fortalece a possibilidade do diálogo, que segundo Paulo Freire (2007), é um elemento fundamental para o surgimento da vida. Desta maneira, mostra-se importante a realização de processos educativos, de construção coletiva da realidade, visando “tornar o processo de mudanças significativo para as pessoas desde o começo, em assegurar a participação delas e em proporcionar um ambiente em que a criatividade delas possa florescer” (CAPRA, 2002, p. 124).

A dinâmica de surgimento da vida em uma RLES advém de sua capacidade de

ressignificar o velho para criar o novo, através de diversos vínculos cooperativos e do uso de dinâmicas que integram o diálogo e as artes como forma de trabalhar a dualidade de energias para manter o equilíbrio dinâmico. Todavia, esta dinâmica somente será sustentável quando integrar os processos ecológicos da terra, através da intervenção da rede no seu próprio território, possibilitando a criação de sistemas naturais cíclicos que sustentem a vida local. Toda rede local pode ter uma dinâmica criativa, contudo cada qual tem seu caminho, seu processo, e a ação humana pode contribuir ou dificultar sua realização. O objetivo é o mesmo: a autogeração da vida. O processo é próprio de cada território, pois cada qual pertence à ambientes sociais e ecológicos únicos.

5.3.4 A integração dos fluxos: os ciclos locais

Segundo Capra, todos os organismos vivos, para permanecerem vivos, têm de alimentar-se de fluxos contínuos de matérias e energia com ambiente em que vivem. Neste sentido, entende-se que a promoção da sustentabilidade ecológica de uma comunidade pressupõe a existência de uma rede autogeradora flexível, autônoma e criativa que se orienta para atuar a favor dos fluxos cíclicos de recursos. O termo “fluxo” tem relação com o ato de “fluir”, pode ser entendido como passar, e o “ciclo”, pode significar fenômenos que se sucedem numa ordem determinada. Estes significados estão muito ligados, já que de acordo com Capra, os ciclos são formados por um fluir: “a matéria circula continuamente dentro da teia da vida” (CAPRA, 2002, p. 239).

De acordo com Capra (2006), o conflito entre economia e ecologia surge porque a natureza é cíclica, enquanto os processos industriais são lineares. Desta forma, a noção de utilidade de um elemento no sistema tem sua importância, porém o fundamental é a forma que ele é utilizado. Nesta linha, Bill Mollison (1988) define cinco (05) categoria de recursos: aqueles que aumentam com o uso moderado; aqueles que não são afetados pelo uso; aqueles que desaparecem ou degradam se não usar; aqueles que reduzem com o uso; aqueles que poluem ou destroem outros recursos se usado⁶⁶ (MOLLISON, 1988, p. 35). Portanto, é preciso olhar os recursos ambientais a partir de sua relação com a evolução do movimento, da rede de circulação de matéria na natureza, ou seja, se a forma de utilização deste elemento

⁶⁶ Those which increase by modest use; Those unaffected by use; Those which disappear or degrade if not use; Those reduced by use; Those which pollute or destroy other resources if used.

dificulta ou potencializa o movimento cíclico da vida.

A reflexão do Fórum Brasileiro de Economia Solidária em torno dos termos fluxo e ciclo ainda é muito incipiente. Nos documentos finais da IV e V Plenárias do FBES, o termo “fluxo” pouco apareceu, sendo utilizado comumente para referir-se a fluxo econômico, de informação, ou “o fluxo de serviços, produtos e saberes da Economia Solidária” (FBES, 2008, p. 77). Na V Plenária, não se faz mais referência a estes instrumentos e espaços, mas surge a relação dos ciclos com o meio ambiente, uma estratégia de desenvolvimento sustentável que propõe “ações urgentes para garantir as condições de vida no planeta, sem degradar o meio ambiente e respeitando o ciclo completo da natureza” (FBES, 2012 p. 27).

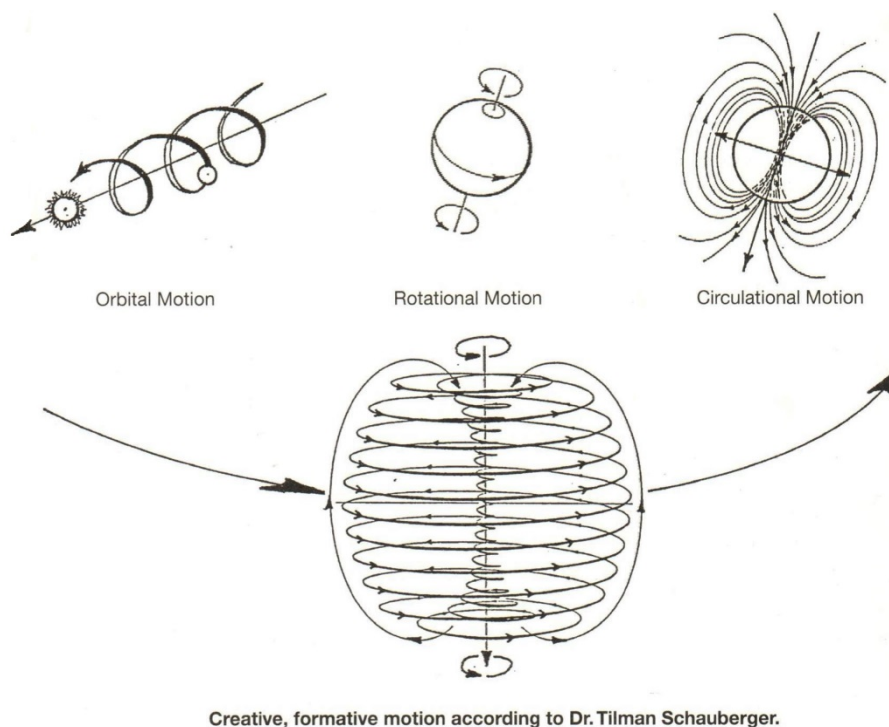
Conforme visto no item anterior, a partir dos estudos de Schauberger, Coats mostra que a vida é criada a partir da dualidade de energias, que irradiam pulsações, e “no processo de emissão, a interação entre essas várias frequências produz certos periodicidades ou efeitos cíclicos”⁶⁷ (COATS, 1996. p. 39). Esse movimento é a forma que toma a energia criativa. Mais ainda, para este autor, trata-se de um Movimento Cicloide-Espiral-Espaço-Curvo (figura 4)

Este pode ser um movimento helicoidal simples ou em espiral, sobre o eixo longitudinal, pulsante, que se expande e se contrai em direção deste eixo. [...] É uma forma de movimento análogo ao da rotação da Terra em volta do Sol, em que a Terra gira sobre o seu próprio eixo, enquanto se move ao longo do seu percurso orbital. É a forma de movimento que Viktor Schauberger se refere como o “original” ou movimento “forma originária”, responsável pela a dinâmica evolutiva da Terra e Cosmos⁶⁸ (COATS, 1996. p. 300 e 301)

⁶⁷ “life is created out of differences, out of a state of non-equilibrium radiating pulsation of ethereal mind energies at diverse frequencies. In the process of emission, the interaction between these various frequencies produces certain periodicities or cyclical effects” (COATS, 1996. p. 39)

⁶⁸ “This can be a simple helical or spiral motion about the longitudinal axis which on occasion pulsatingly expands from and contracts towards this axis. (...) It is a form of motion analogous to the rotation of the Earth about the Sun, where the Earth gyrates about its own axis while moving along its orbital path. It is the form of motion Viktor Schauberger referred to as the 'original' or 'form-originating' motion responsible for the evolutionary dynamics of the Earth and Cosmos” (COATS, 1996, p. 300 e 301).

Figura 4 – Movimento criativo formativo de acordo com Viktor Schauberger

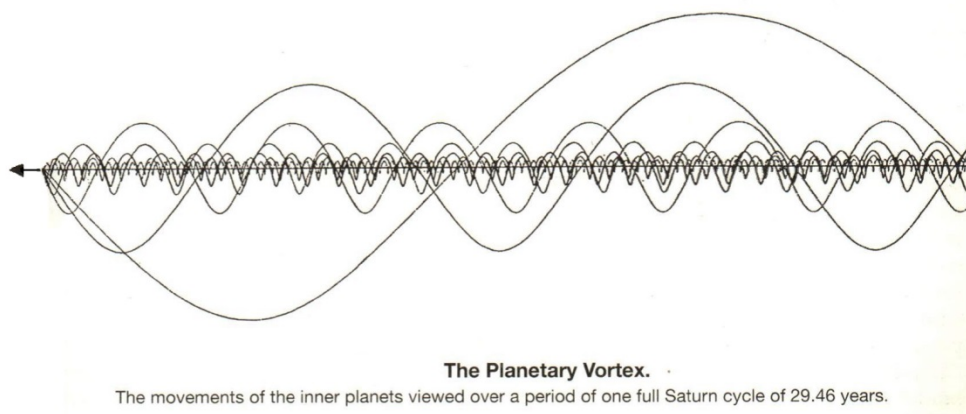


Fonte: CALLUM COATS (1996, p. 57).

Este movimento original, conforme indica Schauberger, possui uma intensidade maior nos ciclos menores (rotação) e mais lentidão no ciclo maior (movimento orbital), conforme pode ser visto na figura 5. De forma análoga, uma RLES que realize um movimento criativo de energia, precisa envolver uma dinâmica cíclica local de maior intensidade, como uma rotação em torno de si, que pressupõe uma dinâmica de cooperação e harmonia entre seres humanos e com o ecossistema, de forma a potencializar a produção, disposição e reaproveitamento de recursos no local. Busca-se com isso, um aprimoramento do sistema que realiza o movimento, conforme indica Bill Mollison, “cada evento cíclico aumenta a oportunidade para rendimento”⁶⁹ (MOLLISON, 1988, p 23).

⁶⁹ “every cyclic event increases the opportunity for yield” (MOLLISON, 1988, p. 23).

Figura 5 – “O vórtice planetário. Os movimentos dos planetas interiores visualizada durante um período de ciclo de saturno cheio de 29,46 anos⁷⁰” (COATS, 1996. p. 57).



Fonte: Coats (1996, p. 57).

De forma análoga, para o investimento numa relação local de produção e consumo no território, uma importante estratégia é a construção conjunta da oferta e da demanda, através de uma rede de Prossumidor⁷¹, em que a produção é orientada através de um diálogo próximo entre produtores e consumidores. Isto pressupõe a criação de vínculos cooperativos que articulam os atores envolvidos a partir da complementaridade de suas competências e capacidades, assim como das necessidades particulares do local. Desta maneira “a competição como princípio regulador da relação entre os agentes perde sentido, pois a construção da oferta é articulada às demandas previamente colocadas em determinado contexto territorial.” (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009, p. 225).

A V plenária do FBES também indica o fomento as redes territoriais “cruzando demandas de matéria prima com as ofertas existentes na economia solidária” (FBES, 2008, p. 15), a partir de um mapeamento e detalhamento da produção da economia solidária em diversidade, quantidade e localidade.

Assim, o mercado para a Economia Solidária enraíza a relação entre demanda e oferta na vida comunitária, discutido de maneira ampla, buscando

⁷⁰ “the planetary vortex. The movements of the inner planets viewed over a period of full saturn cycle of 29.46 years” (COATS, 1996. p. 57).

⁷¹ Prossumidor é um neologismo das palavras “produtor” e “consumidor”. Este termo foi criado na comunidade de Palmeiras/Ceará como forma de simplificar a nomenclatura de uma rede local de consumidores e produtores.

tecer redes e cadeias entre empreendimentos econômicos solidários que busquem a promoção do desenvolvimento local e o bem-viver nas comunidades (V PLENARIA, 2012, p. 47).

De alguma forma, representa o resgate da função principal do comércio⁷² no território, qual seja facilitar as trocas. As relações comerciais estão tornando-se impessoais, como nos ensina Frei Betto: “Comércio deriva de ‘com mercê’, com troca. Hoje as relações de consumo são desprovidas de troca, impessoais, não mais mediatizadas pelas pessoas” (BETTO, 2010). Portanto, é importante aproximar consumidor e produtor, apostando numa relação pessoal de confiança para troca dos seus produtos produzidos e consumidos, apostando na capacidade da comunidade em organizar esta relação local, pois “não adianta pedir as pessoas que produzam, se não puderem também organizar a circulação” (SANTOS, 2000, p. 58).

Para a criação destes vínculos cooperativos de troca, é necessário também ressignificar o valor de troca e de uso nos fluxos de uma rede local. Muitos produtos e serviços são carregados de valor simbólico, com aparência mitificada de superioridade. Contudo, este dilema precisa ser ultrapassado, e assim, reafirmando o verdadeiro valor de cada elemento, seu valor enquanto agente de promoção da vida. Então, para uma verdadeira transformação na realidade, é fundamental que as trocas sejam vistas como elemento potencializador da vida humana em sociedade, fomentadas através de relações de proximidade e reciprocidade.

Para que realmente esta relação de produção e consumo se constitua em um ciclo, é necessário fechar o último elo através do reaproveitamento, tratamento ou acondicionamento dos recursos descartados. Para tanto, esta articulação de produção e consumo local precisa estar atenta a integração entre resíduos e insumos, para, através de tecnologias ecológicas⁷³, trabalhar com: a reutilização do que seria descartado através das trocas e da criatividade em transformar estes recursos (como roupas; vidros, ferros e outros materiais em construção; etc.), o tratamento para retornar ao ecossistema, ao processo produtivo ou ao consumidor final (a exemplo de técnicas de tratamento de água; compostagem de resíduos; reciclagem etc.); e com atenção ao acondicionamento ou destinação correta dos recursos não recicláveis, tóxicos

⁷² O investimento em comercialização torna-se necessário quando a produção é fortemente externa, realidade de muitas comunidades brasileiras, contudo para comunidades em níveis avançados de sustentabilidade, a comercialização de produtos externos são feitos somente nos casos de recursos específicos que não podem ser produzidos no local.

⁷³ De acordo com Coats, é fundamental para a sobrevivência da humanidade que para quaisquer métodos adotados, se utilize os conhecimentos da natureza: “uma tecnologia do futuro deve sempre imitar o movimento natural de energia e o movimento, crescimento e desenvolvimento dos sistemas da natureza” (COATS, 1996. p. 50) (“a future technology should always emulate the natural movement of energy and Nature's systems of motion, growth and development”).

ou contaminantes (a exemplo de pilha e bateria de celulares).

A existência de uma relação cíclica recursos, que sustente a vida em um território, pressupõe uma dinâmica local de intensa cooperação em diferentes níveis, seja no território, no ecossistema natural, e com outras organizações fora do território. Para tanto, torna-se vital utilizar conhecimentos que seguem os ensinamentos da natureza, conforme Capra ressalta que do ponto de vista da sustentabilidade, “os 'projetos' e 'tecnologias' da natureza são infinitamente superiores aos da ciência humana” (CAPRA, 2002, p. 241). Neste contexto, um intenso relacionamento cooperativo com o ecossistema local mostra-se fundamental para conseguir uma produção própria de alimentos e habitação/saneamento adequados ao clima local. É possível perceber muitas ações caminhando para isso, a exemplo da Agroecologia⁷⁴ e Permacultura⁷⁵, sendo possível preservar a vida e criar sistemas socioambientais sustentáveis. (MOLINSOL, 1988; HANZI, 2003; JORNADA DE AGROECOLOGIA, 2006; MORROW).

5.3.4.1 A produção e o consumo local

Nos dias atuais, a produção de alimentos é um elemento ausente e distante de muitas comunidades humanas. Esta realidade é, também, fortemente influenciada por fatores mais específicos como: pouco conhecimento de técnicas de cultivo adequadas a regiões tropicais; competição mercadológica com grandes monocultores; e, hábitos de consumo (baseado em commodities e produtos regionais abundantes) com pouca variedade de alimentos. Matarandiba não foge ao caso, mesmo porque não possui uma tradição no cultivo de alimentos, como é característico das comunidades tradicionais de pescadores. Os moradores de Matarandiba gastam mais de R\$ 53.500,00⁷⁶, em valores atualizados, todo mês com

⁷⁴ A agroecologia é uma ciência que reúne diversas técnicas e conhecimentos ancestrais e atuais de cultivo como forma de melhorar a resiliência e sustentabilidade dos sistemas alimentares e preservar e reproduzir a vida em comunidades e povos tradicionais. (JORNADA DE AGROECOLOGIA, 2006; UNITED NATIONS, 2010, p. 6). Cada vez mais a agroecologia é apoiada por especialistas dentro da comunidade científica e por agências internacionais e organizações, tais como as Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), UNEP e Biodiversidade Internacional (UNITED NATIONS, 2010, p. 6).

⁷⁵ A permacultura foi desenvolvida na década de 1970 pelos australianos Bill Mollison e David Holmgren. Eles “reorganizaram conhecimentos ancestrais, habilidades, sabedoria tradicional e informações modernas sobre plantas animais e sistemas sociais e adicionaram novas ideias” (MORROW, 2010) para a integração harmoniosa do espaço com as pessoas, possibilitando seus alimentos, energia, abrigo e outros materiais de forma sustentável (MOLLISON, 1988, p. IX).

⁷⁶ Valor original de R\$ 27.000,00 a partir de dados coletados em de fevereiro do ano de 2008 para o Mapeamento de Produção e Consumo realizado em Matarandiba. Atualização a partir do INPC. site:

alimentação, quase R\$ 420,00⁷⁷ todo mês em cada casa, valor que representa quase metade da renda mensal domiciliar. Ainda neste contexto, 14% dos domicílios sentem falta de comida e 50% das famílias compram fora por que os produtos locais são considerados caros (ITES/UFBA, 2008b).

A pesca e mariscagem na comunidade é realizada por trinta e uma (31) famílias (ITES/UFBA, 2008b), contudo está muito longe de prover uma subsistência para a comunidade. O consumo semanal de Mariscos e peixes gira em torno de 355kg, e ainda, carne bovina e de frango, respectivamente 279kg e 309kg. Representa montantes altíssimos, sendo visível um mercado consumidor muito forte que pode ser respondido, em parte, pela pesca e mariscagem. O grupo de Ostreicultura conseguiu uma produção significativa, que em 2013 superou a quantidade de 2 mil ostras de médio porte e 2 mil de pequeno porte e sementes, o que representa um grande resultado para sua atividade, contudo sua produção, por tratar-se de ostras in natura, possui alto valor agregado, e não responde tanto a esse consumo interno da comunidade (ITES/UFBA, 2013). Outra possibilidade é a integração de produção de aves junto ao cultivo agroecológico, pois tem um nível de complementariedade, que reduz custos na medida que as sobras do cultivo são alimentos para os galináceos, e seus dejetos, adubos para a horta.

Isso leva ao ponto central dessa análise de produção e consumo local: a produção Agroecológica. O investimento na capacidade de produção local de alimentos é fundamental para reverter esta dinâmica, já que a grande maioria dos alimentos consumidos podem ser produzidos no local ou substituídos por outro similar. Contudo torna-se necessário apropriar-se das técnicas de Agroecologia, Permacultura e SAFs⁷⁸ para aprimorar os sistemas agrícolas, “imitando os processos naturais, criando assim interações biológicas benéficas e sinergias entre os componentes do sistema agroecológico”⁷⁹ (UNITED NATIONS, 2010, p. 6). A prática do grupo de Produção Agroecológica em Matarandiba vai nesta linha, contudo muito ainda precisa ser feito para alcançar uma produção regular e abundante de alimentos diversificados que sustentem o consumo da comunidade.

<http://economia.uol.com.br/financas-pessoais/calculadoras/2013/01/01/indices-de-inflacao.htm>

⁷⁷ Valor original de R\$ 290,00 a partir de dados coletados em de fevereiro do ano de 2008 para o Mapeamento de Produção e Consumo realizado em Matarandiba. Atualização a partir do INPC, site: <http://economia.uol.com.br/financas-pessoais/calculadoras/2013/01/01/indices-de-inflacao.htm>

⁷⁸ SAF (Sistema Agroflorestal) é uma técnica que mistura “em uma ‘lavoura’, diversas culturas, com plantas adubadeiras e árvores, seguindo os ensinamentos da natureza” (JORNADA DE AGROECOLOGIA, 2006).

⁷⁹ “by mimicking natural processes, thus creating beneficial biological interactions and synergies among the components of the agroecosystem” (UNITED NATIONS, 2010, p. 6).

O consumo semanal de alimentos in natura também é significativo, sendo que as Frutas (385 kg), Verduras (439,95 kg) e Feijão (233,65 kg) tem grande possibilidades de ser produzidos localmente, sobretudo quando integrar ao sistema de cultivo atual as áreas Sistemas Agroflorestais, que tornam possível a produção em área florestal, que está presente em Matarandiba. Além disto, a produção de frutas, verduras e raízes, possibilita a substituição parcial de outros gêneros alimentícios, como Biscoito (252 pct), Pão Francês (5557 un), Arroz (272,85 kg) e Macarrão (125,83 kg), Refrigerante (210,25 l), Margarina (67,57kg).

De outra forma, possibilita o beneficiamento desta mesma produção agroecológica pode responder parte da demanda local de produtos como a Farinha (284,10 kg), Café (52,80 kg), Fubá (76,15 kg), as Frutas secas, doces, geladinho, beiju, assim como a produção de óleos (coco, abacate, dendê, etc) para atender a demanda de Óleo de Cozinha (106,57 l). Em alguns casos, são necessários equipamentos como freezer e fogão, entretanto, outros podem ser feitos apenas com secadores solares, fogão a lenha e outros métodos de beneficiamento.

Uma produção agroecológica tem a possibilidade de criar abundância na geração de alimentos e contribuir com a transformação dos atuais padrões de consumo. Uma boa safra de melancia, por exemplo, faz com que as pessoas consumam ainda mais esta fruta. E se tem abundância de 5 ou 7 itens, este impacto é maior ainda. Neste sentido, o Leite em Pó (72,98 kg) e Leite Líquido (137,85 l) podem ser parcialmente substituídos por frutas. Importa salientar que os produtos alimentícios não processados possuem capacidade de nutrir e saciar fome com menores quantidades (UNITED NATIONS, 2010), o que pode gerar um impacto ainda maior na redução do consumo de produtos industrializados.

Importa salientar, que as condições de produção de um sistema agroecológica abundante pode ser realizada através de insumos locais (inclusive a condição de compostar resíduos orgânicos das casas para produção de adubo), com a produção de biofertilizantes, caldas para controle de pragas e doenças. A necessidade de equipamentos e materiais externos é pequena (de baixo custo), e é possível construir sistemas de irrigação de baixo custo. (Mollison, 1988). Já a utilização da sementes, é um caso a parte, pois, da mesma forma que é preciso um investimento na produção de sementes, é necessário também a integração a grupos de troca de sementes crioulas⁸⁰, o que possibilita diversificar a produção e encontrar variedades mais

⁸⁰ O cuidado com as sementes crioulas é fundamental para o cultivo da terra, pois elas são adequadas aos diferentes microclimas e não necessitam de adubação química. (PASSADO SEMENTE FUTURO, 2010). Poucas empresas produtoras de transgênicos vêm tentando controlar a produção de sementes transgênicas no mundo, o que pode ter implicações desastrosas para a humanidade (JORNADA DE AGROECOLOGIA, 2006). Existe catalogadas na Embrapa cerca de 1.300 tipos de abóbora, mais de

adaptadas ao ecossistema local.

De acordo com o entrevistado (ENTREVISTADO D), a comunidade de Matarandiba se sustentou historicamente com a pesca de mariscagem, comprando sempre os outros gêneros alimentícios que necessitava, e a falta deste tipo de produção agrícola ainda se mantêm, de forma que, atualmente, segundo outro entrevistado, “só tem uma pessoa que vive do que planta” (ENTREVISTADO D). Neste sentido, a realização de produções locais de alimentos pode envolver uma transformação na cultura tradicional de Matarandiba. Para o Grupo de Produção Agroecológica, mostra-se fundamental a apropriação das técnicas ecológicas que se adequam as necessidades da área, reduzindo o esforço humano e aumentando a produtividade, que ainda não se firmou. De outro modo, a possibilidade de recuperação das plantas alimentícias tradicionais e fixação em quintais e pequenas hortas verticais complementar a circulação local de alimentos, criando uma rede que permite a recuperação e preservação destes recursos.

Outro fator importante para uma boa relação da produção e consumo na comunidade é a construção das habitações, pois 97% das construções são feitas de materiais convencionais externos a comunidade, especialmente de bloco e cimento (ITES/UFBA, 2008). Desta forma, através da apropriação da comunidade de técnicas simples de Bioconstrução⁸¹, torna-se possível a construção completa de uma habitação a partir de recursos naturais do local, como terra, madeira, palhas, pedras, aliados a reutilização de plásticos, vidros, metais, entre outros. Desta forma, é possível a construção de habitações adequadas ao clima, com maior conforto térmico, boa ventilação e iluminação natural que, aliadas a aquecimento solar de água, e forno solar ou a lenha, podem reduzir consideravelmente os gastos com energia elétrica⁸².

Uma das técnicas mais simples de bioconstrução, a Taipa, foi muito usada no século passado para fazer as casa em Matarandiba, com reboco feito de Cal de ostra⁸³, barro e areia (ENTREVISTADO D). Ainda segundo o entrevistado, no processo de produção das casas,

10 mil tipos de arroz, milhares de tipos de feijão (PASSADO SEMENTE FUTURO, 2010). Desta forma, torna-se importante trabalhar o intercâmbio de sementes crioulas para a perpetuação de diversas espécies nativas, que possibilitam produções abundantes em diversas épocas do ano.

⁸¹ A bioconstrução representa um conjunto de técnicas ecológicas como o adobe, superadobe, taipa, entre outros, que possibilitam a construção completa de habitações resistentes a intempéries do tempo e abalos sísmicos (LEGAN, 2004; MOLLISON, 1988; PRIMEIRA TERRA, 2010).

⁸² A produção de alimentos locais também pode reduzir a utilização de energia por conta de um menor uso da geladeira e freezer.

⁸³ A Cal inclusive, segundo o entrevistado (ENTREVISTADO D), era produzido na própria comunidade, e vendido para outros locais. A “Caiêra” era a fogueira que era feita para torrar a ostra. Após isso, as ostras eram piladas e a Cal estava pronta.

primeiro fazia a parede de Taipa, utilizando barro que tem próximo a comunidade, madeiras (de diferentes tamanhos) de árvores nativas da região como, “Canela de Veio” e “biriba”, e palha de pindoba ou a fibra da casca da própria Biriba. Todos produtos, portanto, vinham do ecossistema local. Importante ressaltar a qualidade do que se fazia naquela época. Este mesmo entrevistado afirmou que o reboco que faziam era bem resistente, mesmo as paredes que pagavam chuva ele não caia. “Até hoje temos casas com reboco de cal aqui na comunidade” (ENTREVISTADO D). Entretanto, ele ressalta a importância de usar a técnica de maneira certa: “Tinha que saber fazer a massa da cal pra não ficar aguada. Para não ficar bêbada, como a gente dizia” (ENTREVISTADO D).

De certa forma, o investimento em técnicas de bioconstrução pode representar a recuperação desta técnica de Taipa, entretanto, não significa se reduzir a ela. Muitos conhecimentos estão disponíveis, outras técnicas que complementam a Taipa podem ser integradas, e a inclusão de materiais descartados como vidro e ferro. De maneira geral, as técnicas de bioconstrução possuem grande utilização de trabalho humano e, equipamentos e materiais industrializados de baixo custo. Pode estar aí o grande ensinamento deste processo de utilização da Bioconstrução, é a possibilidade de recuperar o envolvimento das pessoas no trabalho coletivo, já que, naquele tempo, segundo o entrevistado, essas casas só eram construídas com mutirão. “Se a casa não fosse muito grande, fazia as paredes em um dia só [...]. A gente fazia tudo isso com alegria e amor” (ENTREVISTADO D).

Os materiais de limpeza, assim como os produtos de higiene e beleza, compõe outro campo importante no gasto doméstico, com consumo mensal de produtos como Sabão em Pó (177,55 kg), Sabão em Barra (562 un), Água Sanitária (388,00 l), Desinfetante (324,00 l), Detergente (231,70 l), Amaciante (105,00 l), Lustra Móveis (20,65 l), Cera (4,40 kg), Esponja (313 un), Vassoura (121,76 un), Sabonete (598 un), Desodorante (328,75 un), Hidratante de Corpo (153,60 un), Xampu (151,20 un), Condicionador para Cabelo (146,20 un) e Creme de Cabelo (195,15 un). Está aí uma boa possibilidade para algum empreendimento responder essa demanda. Grande parte desses produtos são possíveis de ser produzidos localmente, ou substituídos por semelhante também produzido no local. Em relação aos insumos e equipamentos externos, são de baixo custo e as condições locais permitem integrar insumos diretamente retirados do ecossistema em Matarandiba. Chama atenção nestes dados a quantidade de uso mensal de “Mata Insetos (80 un)”, que pode ser reduzido consideravelmente a partir de cuidado com lixo e utilização de plantas repelentes, do mesmo modo com Tintura (56,61 un) e Alisante (63,80 un), que podem ter seu consumo reduzido a

partir de campanhas, programas de rádio e diálogos locais.

Outro movimento de produção e consumo local que precisa ser repensado é o vestuário. Sabe-se da imensa dificuldade de produção artesanal competir com a grande indústria têxtil. Neste sentido, será destacada apenas a possibilidade de redução do consumo de peças de roupas, sobretudo a partir da criação e fortalecimento de clubes de troca, que permite reduzir o consumo (em valores anuais) de Camisa (607 un), Calça (292 un), Blusa (834 un), Saia (545 un), Vestido (268 un), Bermuda (657 un), Short (582 un), Camisola (202 un), Sapato (383 un), Sandália (632 un).

O gasto mensal com lazer (em valores atualizados de 5.690,00 R\$⁸⁴) que acontece prioritariamente fora da comunidade, também pode ser reduzidos através da potencialização de práticas culturais e esportivas na comunidade. Através de práticas de baixo custo, a ASCOMA e ASCOMAT possuem grande capacidade de organizar dinâmicas coletivas culturais e esportivas que transformem a realidade local. Aliado a isto, o vestuário utilizado pelas pessoas da comunidade nestas situações também pode ser parcialmente produzido no local, incorporando produtos naturais como algodão, palhas, sementes entre outros.

5.3.4.2 Redução e reaproveitamento de recursos descartados

Mostrou-se acima formas de integrar a produção ao consumo local, contudo o investimento em espaços públicos como o FDCM, que congrega diversos atores locais, é muito importante para melhor planejar uma produção em sincronia com o consumo, de maneira a permitir a redução do descarte. Outros espaços na própria comunidade, além da própria conscientização e educação das pessoas da comunidade, para trabalhar a criatividade em reutilizar materiais que seriam descartados é fundamental na redução dos recursos descartados de um território. De maneira complementar, este fórum também pode contribuir muito para pensar alternativas de reutilização de recursos descartados, sobretudo através da promoção de clubes de trocas⁸⁵ que, além de promover interações socioculturais na

⁸⁴ Valor original de R\$ 3.933,00 a partir de dados coletados em de fevereiro do ano de 2008 para o Mapeamento de Produção e Consumo realizado em Matarandiba. Atualização a partir do INPC, site: <http://economia.uol.com.br/financas-pessoais/calculadoras/2013/01/01/indices-de-inflacao.htm>

⁸⁵ Clubes de Troca são espaços de troca de produto, serviços/saberes sem a intermediação do dinheiro. Acontecem em diversos lugares do mundo, podem ser fruto da articulação de um pequeno grupo ou alcançar milhares de participantes, a exemplo da Argentina na década de 90. Em casos como este, pode utilizar-se de moeda social produzida pelo próprio coletivo para facilitar as trocas.

comunidade, possuem o objetivo de potencializar as trocas de bens, serviços ou saberes entre os atores do território. Segundo José Mario, quando o assunto é desperdício, o que chama mais atenção é a casca do marisco, que, para ele, “pode ser usado para artesanato, adubo produção de concreto” (ENTREVISTADO A).

Outro aspecto para pensar o fechamento do ciclo local também foi mostrado acima com a utilização de recursos orgânicos e locais para a produção alimentos e habitações. Aliado a isto, práticas ecológicas simples e de baixo custo como a compostagem de resíduos orgânicos⁸⁶ e o próprio saneamento ecológico, também conhecido como biorremediação, apresentam grande resultado na transformação de resíduos em insumos para este mesmo processo produtivo. (MOLINSON, 1988; HANZI, 2003; JORNADA DE AGROECOLOGIA, 2006; MORROW). Ainda que timidamente, a ASCOMA já fez propostas nesta linha, como por exemplo, a construção de um Canteiro Bio-Séptico⁸⁷, que não se tornou realidade. Essa tecnologia pode provocar a redução de consumo de remédios, pois reduzem as doenças ligadas ao inadequado tratamento da água, já que não possui sistema de esgotamento sanitário em Matarandiba. Entretanto, não adianta pensar somente na forma de tratamento da água, é necessário repensar a forma que chega essa água. Neste sentido, a água de chuva é uma possibilidade importante suprir essa condição.

De maneira geral, todas essas técnicas ecológicas de cultivo, bioconstrução e biorremediação trazem a ideia de “manejo”, de trabalhar os recursos de maneira harmoniosa com a natureza, promovendo os ciclos naturais do ecossistema local, e dessa forma, possibilitando que a matéria circule continuamente dentro da teia da vida (CAPRA, 2002). Assim, percebemos a ideia da reciclagem penetrando em todo o ciclo da vida.

Pensar em sustentabilidade de uma comunidade significa também pensar na saúde e bem estar de seus moradores. Desta forma, mostra-se fundamental o investimento tecnologias em ecológicas de saneamento que protejam as pessoas das doenças ligadas ao inadequado tratamento da água⁸⁸. De forma complementar, o consumo de alimentos agroecológicos diversificados e frescos contribui para a nutrição das pessoas (UNITED NATIONS, 2010), e

⁸⁶ Grande parte dos resíduos domiciliares gerados é orgânico, e todo o lixo recolhido em Matarandiba é destinado a um lixão da região.

⁸⁷ Trata-se de uma tecnologia social produzida pelo IPEC – Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado, para tratamento de água poluída por fezes. Com o manejo adequado, os dejetos humanos se transformam em fertilizante para o solo (CANTEIRO BIO-SÉPTICO, 2010).

⁸⁸ “a cada 10 segundos morre uma criança no mundo das doenças ligadas à água. Portanto, garantir o justo acesso à água de qualidade é mais que garantir um direito humano, é essencial ao direito à vida” (DIREITOS AMBIENTAIS SÃO DIREITOS HUMANOS, 2008, p. 19).

juntamente com a adequada utilização das ervas medicinais, fortalece e protege o corpo. Aliado a isto, na perspectiva de promoção da saúde em seu conceito mais amplo, as construções naturais quando adequadas ao clima tropical e as práticas culturais e esportivas são elementos importantíssimos para alcançá-la.

A criação de uma dinâmica cíclica de produção e consumo local integrada ao ecossistema natural possui capacidade de prover boas condições de vida em um território. Apesar de ser uma dinâmica simples e de baixo custo, muitas comunidades hoje estão longe de integrar-se a este processo. O próprio distanciamento do ser humano em relação ao ambiente natural proporciona o manejo inadequado dos recursos disponíveis. Muitas comunidades possuem imensa dificuldade em utilizá-los para promover produções locais diversas e abundantes, necessitando de muitos recursos externos para manter condições básicas de vida humana. Por outro lado, a própria construção social dessa dinâmica pressupõe a coletivização dos processos, o que tem sido muito dificultado pelo esgarçamento do tecido social destas comunidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo conseguiu cumprir seu objetivo maior ao identificar a presença de princípios de sustentabilidade dos ecossistemas nas práticas propostas e realizadas Rede Local de Economia Solidária em Matarandiba/BA. A partir de então, será possível trazer novas perspectivas para o planejamento de agrupamentos humanos sustentáveis e, sobretudo, criar condições de se pensar e praticar a sustentabilidade ecológica enquanto elemento transversal nas práticas organizacionais de Redes Locais de Economia Solidária (RLES), reafirmando sua importância para a reorganização das economias locais e promoção da qualidade de vida das populações.

Pode-se dizer que a experiência da Rede EcosMar consegue caminhar em direção a uma dinâmica de desenvolvimento que integra princípios dos ecossistemas, contudo, o caminho é longo e muito ainda precisa ser construído, sobretudo na sua dinâmica de autogeração e construção de ciclos de produção de consumo. A promoção de comunidades humanas sustentáveis não é uma tarefa simples. Nem mesmo algo que se constrói do dia para a noite. Exige transformações profundas nas relações entre pessoas e com a natureza. Mesmo assim, essa rede vem seguindo nesta linha, investindo em novas formas de organizações e em processos que respeitem os ecossistemas locais, construindo passo a passo uma prática social diferenciada, através de uma dinâmica local intensa e com importante apoio externo.

Para verificar a presença dos princípios dos ecossistemas em Redes Locais de Economia Solidária esta pesquisa trabalhou um primeiro campo de análise a partir do princípio Diversidade, que pode ser observado nas diferentes lógicas de atuação dos integrantes desta rede, ou seja, se suas práticas, propostas ou já realizadas, integram as diferentes dimensões sociais da sustentabilidade – econômica, política, cultural e ambiental –, utilizando-se dos três princípios econômicos, quais sejam, o mercantil, não mercantil, e não monetário.

Para analisar a diversidade da dimensão econômica nas organizações de uma RLES, utilizou-se como base a concepção Polanyiana de economia e o conceito de Economia Plural desenvolvido por França Filho e Laville (2004). Neste sentido, de acordo com esses autores, as práticas econômicas podem ser de natureza mercantil, como a venda ou prestação de um serviço; não mercantil, através de subvenções ou financiamentos de organizações públicas; ou não monetária, a partir de uma lógica de reciprocidade ou dádiva. A dimensão cultural é aqui identificada como práticas que trabalham o comportamento de determinado povo, sobretudo

quando buscam o sentimento de pertencimento e identidade coletiva. Já a dimensão política é relacionada à capacidade de autorganização democrática para elaboração de atividades coletivas. E por fim, a dimensão ambiental caracteriza-se por uma busca de integrar-se ao ecossistema, através de práticas que respeitem e contribuam com o desenvolvimento do sistema natural.

De maneira geral, pode-se perceber que os componentes da Rede EcosMar trabalham numa perspectiva multidimensional, integrando também os três princípios econômicos em sua prática enquanto elemento constitutivo de sua sustentabilidade. As organizações desta Rede integram bem a dimensão socioeconômica e sociopolítica, porém, o grande desafio neste âmbito, portanto, é conseguir ampliar a participação da dimensão cultural e ambiental em todas as atividades.

No correspondente a integração de princípios econômicos, alguns casos, como o Banco Ilhamar, consegue fazer uma integração bem feita que permita a sustentabilidade dessa organização. No entanto, algumas organizações ainda precisam melhorar a integração da prática mercantil, como o caso da Ostreicultura. A prática não mercantil consegue ser bem integrada à dinâmica da Rede, sobretudo com o acesso a editais públicos por parte das associações locais. A prática econômica não monetária, baseada nas relações de reciprocidade ou solidariedade, elemento fundante a qualquer sociedade, pode tornar-se, em casos deste tipo, o grande estruturador das relações no território. As organizações da rede EcosMar utilizam da solidariedade para alcançar seus objetivos, entretanto, trata-se de uma prática que precisa ser aprimorada e ampliada, já que são organizações que surgiram há poucos anos e estão em constante processo de transformação em busca de sua consolidação. A diversidade de organizações em um território é uma importante estratégia a ser fomentada, e ao passo que são diferentes, são possíveis as trocas que podem trazer o novo, algo que potencialize a sustentabilidade da rede.

Um segundo campo desta pesquisa, aprofundou o olhar sobre os princípios de redes e interdependência, entendendo, que uma RLES somente estará organizada em rede quando suas organizações possuírem uma multiplicidade de vínculos em diferentes níveis de articulação. Os vínculos são caracterizados por uma regularidade nas trocas ou intercâmbios de informação, produtos ou atividades, se aproximando do entendimento de tempo nos ecossistemas, em que a ideia de periodicidade ou regularidade passa a ser entendida por ritmos naturais. Mesmo com uma multiplicidade de vínculos, uma RLES estará realmente organizada em rede quando conseguir em três níveis de articulação: A integração com a

natureza, que envolve as diferentes possibilidades de relação com o ecossistema local, o que necessita a utilização de novas tecnologias e também a recuperação de técnicas e tradições dos povos antigos. Um segundo nível de articulação considera o território como localidade de atuação humana, ou seja, as pessoas e coletivos que convivem com técnicas, informações, normas e regras regulando a vida coletiva e interação simbólica daquela localidade. O terceiro nível considerado neste estudo é o supraterritorial, identificado pelos com vínculos com diferentes formas de organização social que estejam fora do território de atuação da rede.

Um terceiro campo de análise deste trabalho qualifica esses vínculos descritos acima a partir dos princípios de cooperação e sistemas aninhados. Neste sentido, a sustentabilidade de uma RLES passa também pela criação de vínculos cooperativos nos vários níveis desta rede. Tais vínculos proporcionam que as organizações locais e a própria rede funcionem como sistemas aninhados, assim como a natureza fez desde as primeiras formas de vida até hoje, confiando nas trocas enquanto princípio determinante das relações. Considerou-se que os vínculos cooperativos são aqueles que promovem o desenvolvimento de ao menos um dos envolvidos sem prejudicar nenhum outro, o que pode aproximar-se da dimensão do cuidado ou solidariedade, que quando integrado ao trabalho humano pode desenvolver transformações significativas para a promoção da vida.

A Rede EcosMar se estrutura em forma de Rede ao possuir múltiplos vínculos que envolvem os três níveis de articulação, comunitário, supraterritorial e com o ecossistema. A realização de atividades importantes para preservação e cuidado com o ecossistema local indica a constituição de vínculos cooperativos com a natureza, no entanto ainda possuem pouca representatividade comparada com todas as relações da comunidade com o meio ambiente local. O ecossistema natural possui grande capacidade de prover boas condições de vida para a população de Matarandiba, sobretudo no tocante à alimentação e promoção da saúde. A Rede EcosMar já possui propostas que respondam a isso, como o grupo de agroecologia e as atividades da ASCOMA voltadas ao lixo e biorremediação, contudo, além de outras alternativas que precisam ser pensadas, a rede tem encontrado dificuldades em aproveitar e reaproveitar os recursos disponíveis e ainda não conseguiu resolver alguns problemas com o descarte de resíduos.

Ao pensar uma estratégia de sustentabilidade para uma comunidade, bairro ou até um pequeno município, torna-se importante a construção de uma cultura comunicativa e cooperativa, sustentada pela própria flexibilidade e autonomia desta rede relacional. Os componentes da Rede EcosMar têm construído importante vínculos cooperativos com a

comunidade local e com organizações fora do seu território. Entretanto, ainda podem avançar em alguns pontos, e neste sentido, o FDCM se apresenta como um espaço com capacidade de ser o grande elo de articulação da Rede, especialmente nas relações comunitárias e outras organizações ou espaços de convergência externos. Mesmo com as dificuldades para se consolidar como tal, ainda acredita-se que este fórum venha a ser o grande articulador em Matarandiba.

Ao pensar em agrupamentos humanos sustentáveis, fatores culturais, políticos, morais e éticos também estão presentes, tornando necessário um constante trabalho com o fluxo simbólico desta iniciativa. A partir deste se criam as identificações que possibilitam o cuidado e cooperação, tão fundamentais para o equilíbrio dinâmico e desenvolvimento de iniciativas baseadas na sustentabilidade ecológica.

A partir deste entendimento, desenvolve-se o quarto campo de análise desta pesquisa, com o estudo dos princípios de equilíbrio dinâmico e desenvolvimento. Os sistemas vivos, segundo Capra (2002), se mantêm em um estado de equilíbrio dinâmico, pois possuem uma dinâmica autogeradora que busca a evolução para o desenvolvimento da vida. O Equilíbrio dinâmico e o desenvolvimento para os ecossistemas naturais envolvem o entendimento sobre a energia, pois ela que dará forma ao movimento, as manifestações da vida. Como mostrado nesta pesquisa, a vida é criada nesse estado de não-equilíbrio que representa a interação entre duas energias: a dispersão e união; difusão e concentração; ou também, a força centrípeta e centrífuga.

Portanto, a vida se manifesta no movimento entre dois polos, em uma relação de diferentes, não entre iguais. Na natureza existe um limite separa duas coisas diferentes, e neste momento existe a condição para a troca. Assim os organismos podem transpor seus limites ou bordas e partilhar seus recursos, criando o novo, a vida em evolução, destacando que as transações através das membranas (ou bordas) são grande parte da troca de energia da vida na natureza. Os limites das organizações comunitárias e conseqüentemente da rede local que fazem parte, não podem ser limites territoriais, já que os limites entre sistemas humanos são limites de identidade. Assim como as bordas dos ecossistemas, os limites de identidade precisam ser flexíveis e permeáveis, que sugere uma constante transformação e adaptação ao ambiente vivido e sua dinâmica.

Neste sentido, entende-se nesta pesquisa, que os limites de identidade são criados e transformados, em uma dinâmica de desenvolvimento, à medida que são realizados processos educativos de diálogo e auto reflexão. Isto só é possível a partir de processos educativos que

possibilite ao homem a discussão corajosa e análise crítica de sua problemática, em que a ação humana ganha sentido e transpõe os limites de identidade de um coletivo, criando um novo limite, e a possibilidade de continuar o ciclo evolutivo a partir de novos processos educativos.

De forma complementar, as linguagens artísticas podem contribuir com os processos de transposição dos limites e criação do novo. Os estudos sobre Metodologias Integrativas mostram que neste campo de atuação, o recurso às artes e ao lúdico são instrumentos poderosos, porque despertam situações que superam a racionalidade, integrando na esfera pública toda riqueza do humano. Essa produção de conhecimento interativo propiciado pela arte contribuem com o processo educativo trazendo novos elementos para os diálogos, em busca de soluções criativas como respostas aos desafios impostos pelas tensões sociais, ou seja, pode estar articulado com a transposição dos limites de identidade de um determinado grupo.

A Rede EcosMar tem investido neste âmbito, com reuniões coletivas intra-organizacionais sendo realizadas periodicamente, entretanto tem apresentado dificuldade em ampliar o diálogo com toda a comunidade e com toda a rede, como exemplo do já citado caso do Fórum de Desenvolvimento Comunitário. De outra forma, a Rede EcosMar tem investido no desenvolvimento de práticas artísticas, como bem representado ASCOMAT, e pela Rádio Comunitária ou Cineclube da ASCOMA. Entretanto, esta mesma rede precisa caminhar mais para integrar as práticas artísticas aos momentos de diálogo, como forma tornar esses momentos mais suaves, diminuir seus conflitos e melhorar as respostas aos problemas enfrentados pelo coletivo.

Por fim, um quinto campo de análise trabalhado nesta pesquisa, observando os princípios de fluxo e ciclos, entende que a promoção da sustentabilidade ecológica de uma comunidade pressupõe a existência de uma rede autogeradora flexível, autônoma e criativa que se orienta para atuar a favor dos fluxos cíclicos de recursos.

Conforme visto anteriormente, a partir da dualidade de energias (união e dispersão) que a vida é criada, um movimento criativo toma forma. Na Natureza, trata-se de um Movimento Cicloide-Espiral-Espaço-Curvo, algo análogo ao movimento da terra entorno do sol. Este movimento possui intensidade maior nos ciclos menores (rotação) e mais lentidão no ciclo maior (movimento orbital). De forma análoga, uma RLES que realize um movimento criativo de energia, precisa envolver uma dinâmica cíclica local de maior intensidade, como uma rotação em torno de si, que pressupõe uma dinâmica de cooperação e harmonia entre seres

humanos e com o ecossistema, de forma a potencializar a produção, disposição e reaproveitamento de recursos no local.

Para o investimento numa relação local de produção e consumo no território, uma importante estratégia é a construção conjunta da oferta e da demanda, em que a produção é orientada através de um diálogo próximo entre produtores e consumidores. Isto pressupõe a criação de vínculos cooperativos que articulam os atores envolvidos a partir da complementaridade de suas competências e capacidades, assim como das necessidades particulares do local.

Para que realmente esta relação de produção e consumo se constitua em um ciclo, é necessário fechar o último elo através do reaproveitamento, tratamento ou acondicionamento dos recursos descartados. Esta articulação de produção e consumo local precisa estar atenta a integração entre resíduos e insumos, para, através de tecnologias ecológicas, trabalhar com a reutilização do que seria descartado através das trocas e da criatividade em transformar estes recursos; o tratamento para retornar ao ecossistema, ao processo produtivo ou ao consumidor final; e com atenção ao acondicionamento ou destinação correta dos recursos não recicláveis, tóxicos ou contaminantes.

Nesta perspectiva, destaca-se o potencial da produção de alimentos agroecológicos que tem sido motivo de investimentos da Rede EcosMar, pois utiliza-se de poucos recursos externos e alta porcentagem de recursos locais, além do envolvimento de técnicas ecológicas de alto aproveitamento de recursos, como a compostagem e biofertilizantes. Entretanto, mesmo sendo uma dinâmica simples e de baixo custo, essa iniciativa ainda está muito longe de responder a demanda de vegetais frescos na comunidade. De forma complementar, a construção de habitações se apresenta como outra boa possibilidade de responder a demanda de consumo da comunidade ao utilizar-se de técnicas de bioconstrução. A Rede EcosMar está construindo um projeto de centro comunitário todo baseado nestas técnicas, mas a criação de uma dinâmica local de troca envolvendo a construção de habitações na comunidade ainda é algo que está distante da realidade da rede. Um terceiro elemento local que pode contribuir na dinâmica local de produção e consumo em Matarandiba é a parte de lazer, pois integram atividades que já são realizadas pelas duas associações, no caso da ASCOMAT, com os festejos e manifestações culturais e a ASCOMA com o Cinema e eventos esportivos.

De outra forma, tanto a agroecologia, quanto a bioconstrução e as atividades culturais e esportivas, podem integrar técnicas de reaproveitamento de recursos locais e destinação correta de resíduos, contribuindo para o fechamento do ciclo local de recursos. Neste mesmo

âmbito, o investimento em tecnologias ecológicas de saneamento e captação de água de chuva, que já foram indicadas pela ASCOMA, mas ainda não foram realizadas, podem contribuir com a prevenção das doenças ligadas ao inadequado tratamento da água. Aliado a isto, na perspectiva de promoção da saúde em seu conceito mais amplo, as construções naturais quando adequadas ao clima tropical, assim como as práticas esportivas e culturais, são elementos importantíssimos para alcançá-la.

Desenvolver RLES se apresenta como uma boa estratégia para a sustentabilidade de um território, sobretudo quando associada a práticas ecológicas de integração com o ecossistema local. Contudo, para desenvolver território com dinâmicas sociais e ambientais desreguladas é importante a existência de vínculos externos para fomento a este processo que necessita de uma dinâmica local intensa, e assim como os sistemas vivos, evolua ao longo do tempo, promovendo a desestruturação de componentes, ao passo que cria e recria outros. De outra forma, quando falamos em territórios ou comunidades em níveis avançados de sustentabilidade, sua dinâmica de transformação é mais sutil, pois já existe uma rede sustentável, adaptada aos sistemas naturais cíclicos, com menos gastos e produção diversificada e estável. Neste contexto, os vínculos externos são menos intensos, e contribuem apenas em alguns aspectos da dinâmica ampliada da vida no local.

A internalização e prática de princípios de sustentação dos ecossistemas podem contribuir com uma ressignificação das práticas sociais, passando de competitivas para cooperativas; rígidas repetitivas e hierarquizadas para flexíveis, democráticas e criativas; tornado possível a constituição de dinâmicas cíclicas e autocriativas. A dinâmica de sustentabilidade em uma RLES advém de sua capacidade de ressignificar o velho para criar o novo, através de diversos vínculos cooperativos, em que o ser humano é o elemento central. Sem o envolvimento dele, nada acontece. Todavia, esta dinâmica somente será sustentável quando integrar os processos ecológicos da terra, através da intervenção da rede no seu próprio território, possibilitando a criação de sistemas naturais cíclicos que sustentem a vida local.

Quando se trata de constituir comunidades sustentáveis, pode-se dizer que a Rede EcosMar está iniciando sua trajetória. Sete anos é muito pouco tempo para transformar de maneira tão profunda situações que vem sendo reforçadas a séculos. As possibilidades de construção de assentamentos humanos sustentáveis são inúmeras. Cada território tem seu percurso, pois pertencem à ambientes sociais e ecológicos únicos. Mas nesta jornada, o objetivo é o mesmo: caminhar para a autogeração da vida.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, M. **O princípio da cooperação:** em busca de uma nova racionalidade. São Paulo: Paulus, 2002.
- ANTUNES, R. A dialética do Trabalho. Ricardo Antunes (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ARRUDA, M. Um Novo Humanismo para uma Nova Economia. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (orgs). **Economia dos Setores Populares:** entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 199-223.
- BETTO, F. **Consumo, logo existo.** Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp-?lang=PT&cod=24552>>. Acesso em: 10 out. 2010.
- BOFF, L. **Duas Cosmologias em Conflito.** 2010a. Disponível em: <<http://www.envolverde.com.br/mate-ria.php?cod=74684&edt>>. Acesso em: 15 set. 2010.
- _____. **Ética da Vida.** Rio de Janeiro: Sextante, 2005.
- _____. **História da Sustentabilidade.** 2010b. Disponível em: <<http://www.envolverde.com.br/materia.php?cod=40392&edt>>. Acesso em: 20 set. 2010.
- _____. **Saber cuidar:** ética do humano - compaixão pela terra. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- _____. **Sustentabilidade:** O que é – O que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- CAILLÉ, A. **Antropologia do Dom:** O terceiro paradigma. Rio de Janeiro: vozes, 2002.
- CAILLÉ, A. Sobre los conceptos de economía en general y de economía solidaria en particular. In: CORAGGIO, J. L. (Org.) **Qué es lo económico?** Materiales para un debate necesario contra el fatalismo. Buenos Aires: Ed. CICCUS, 2009a.
- CAILLÉ, A. Dádiva. In: CATTANI, A.D; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I; HESPANHA, P. (Coord.). Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra - São Paulo: Editora Almedina, 2009b, p.103-107.
- CANTEIRO BIO-SÉPTICO. Tratamento natural de esgoto. IPEC – Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=nhz0qzDVLkc>>. Acesso em: 20 set. 2010.
- CAPRA, F. **As Conexões Ocultas:** Ciência para uma Vida Sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.
- CAPRA, F. Falando a linguagem da natureza: Princípios da sustentabilidade. In STONE, M.; Barlow, Z. (orgs). **Alfabetização ecológica:** a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cutrix, 2006. p. 46-57.

CAPRA, F. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 1999.

CARTA DA TERRA. Disponível em: <<http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

CHAPLIN, C. Tempos Modernos [filme]. Título original: Modern Times. Preto & Branco. Legendado. Duração: 87 min. Warner, 1936.

COATS, C. **Living Energies: An Exposition of Concepts Related to the Theories of VIKTOR SCHAUBERGER**. Bath UK: Gateway Books, 1996.

ECOLOGIA. In: ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.

ECOLOGIA. In: HOLANDA, A. B. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1976.

ENGELS, F. **A Origem da Família da Propriedade e do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES) – IV Plenária Nacional de Economia Solidária: outra economia construindo outros desenvolvimentos. Relatório Final. Brasília: FBES, 2008. Disponível em: <www.fbes.org.br>. Acesso em: 15 maio 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). V Plenária Nacional de Economia Solidária: Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável. Relatório Final. Brasília: FBES, 2012. Disponível em: <www.fbes.org.br>. Acesso em: 15 maio 2014.

FOUREZ, G. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências**. São Paulo: UNESP, 1995.

FRANÇA FILHO, G. A economia popular e solidária no Brasil. In: LAVILLE, J. L. et al. (Org.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFGRS, 2006.

FRANÇA FILHO, G. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, SEI/Governo da Bahia, v.12, n.1, Jun/2002.

FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J. **Economia Solidária: Uma abordagem internacional**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G.; SILVA JR., J. T. Uma dinâmica associativa emblemática no Nordeste Brasileiro. In: LAVILLE, J. L. et al. (Org.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFGRS, 2006.

FRANÇA FILHO, G.; CUNHA, E. V. Incubação de redes de economia solidária. In: CATTANA, A.; HESPANHA, P.; LAVILLE, J. I.; GAIGER, L. (Org.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra, Pt: Almedina AS, 2009a.

FRANÇA FILHO, G.; CUNHA, E. V. Incubação de redes de economia solidária: lições e aprendizados a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da ITES/UFBA. **Revista O&S**, Salvador, v. 16, n. 51, p. 725-747, out./dez., 2009b.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREUD, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XXI (1927 - 1931). O futuro de uma ilusão / O mal-estar na civilização e Outros trabalhos. Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1969.

FREUD, S. **Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise e Outros Trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., 1976.

GIANNELLA, V.; MOURA, M. S. **Gestão em rede e metodologias não convencionais para a gestão social**. Salvador: Editora CIAGS, 2009. v. 2. (Série Editorial CIAGS / Roteiros Gestão Social).

GODBOUT, J. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações**. São Paulo: FGV, 1989.

HANZI, M. **O sítio abundante: co-criando com a natureza – Permacultura**. 2. ed. Lauro de Freitas: Edição da autora, 2003.

HISTÓRIA DAS COISAS. Funders Workgroup for Sustainable Production And Consumption. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=3c88_Z0FF4k>. Acesso em: 25 jun. 2010.

INDICES DE INFLAÇÃO. 2013. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/financas-pessoais/calculadoras/2013/01/01/indices-de-inflacao.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Relatório da primeira fase do projeto EcosMar**. Salvador: ITES/UFBA, 2008a.

_____. Mapeamento da produção e do consumo local. Salvador: ITES /UFBA, 2008b.

_____. Relatório da segunda fase do projeto EcosMar. Salvador: ITES/UFBA, 2009.

_____. Apresentação dos resultados da terceira fase do projeto EcosMar. Salvador: ITES/UFBA, 2010.

_____. Relatório parcial do ProjetoEcoredes Ambiental 2013. Salvador: ITES/UFBA, 2013.

_____. Material de comunicação do Projeto EcosMar 2014. Salvador: ITES/UFBA, 2014.

JORNADA DE AGROECOLOGIA, 2006, Paraná. Organização camponesa reconstruindo o sustento da vida e a transformação da sociedade. Paraná: Editora Gráfica Popular Ltda., 2006.

LACAN, J. **Escritos**. Tradução Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.

LACAN, J. **O Seminário**. A Ética da Psicanálise. 1959 – 1960. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor LTDA, 1997. Livro 7.

LAVILLE, J. L. Definiciones e Instituciones de la Economía. In: CORAGGIO, J. L. (Org.) **Qué es lo económico?** Materiales para un debate necesario contra el fatalismo. Buenos Aires: Ed. CICCUS, 2009a.

_____. Economia Plural. In: CATTANI, A. D. et al. (Coord.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra - São Paulo: Editora Almedina, 2009b, p.145-147.

_____. Um Quadro de Análise. In: LAVILLE, J. L. et al. (Org.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____. et al. (Org.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LEAL, L. **Princípios de Sustentabilidade Ecológica na Rede EcosMar**. Entrevista concedida a Ian de Castro em novembro de 2010.

LEGAN, J. V. **Manual do Arquiteto Descalço**. Rio de Janeiro: TIBÁ, 2004.

LUBISCO, N. M. L.; VIEIRA, S. C. **Manual de estilo acadêmico: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e tese**. 5. ed. Salvador: EDUFBA, 2013. 145 p. Il. ISBN 978-85-232-1110-3.

MAUSS, M. [1923-24]. **Ensaio sobre a dádiva**. Forma e razão da troca nas sociedades. 1974.

MELO NETO, J. J.; MAGALHÃES, S. **Bairros Pobres, Ricas Soluções: Banco Palmas, ponto a ponto**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. Rio: Boitempo, 2002.

MOLLISON, B. **Permaculture: A Designers' Manual**. Australia: Tagari, 1988.

MORAES NETO, B. R. **Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MORGAN, G. **Imagens da Organização**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1996.

MORROW, R. **Permacultura Passo a Passo**. Goiás: Editora Mais Calango, 2010.

NUNES, D. **Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária: uma aplicação da pedagogia da participação**. São Paulo: Annablume, 2009.

OSTROM, E. **El gobierno de los bienes comunes**. La evolución de las instituciones de acción coletiva. México: Instituto de Investigaciones Sociales, 2011.

PASSADO SEMENTE FUTURO. **Faces do Brasil**. Disponível em: <<http://www.youtube.->

com-/watch?v=VNAAzZW2DLc>. Acesso em: 25 jun. 2010.

POLANYI, K. **A subsistência do Homem e Ensaio Correlatos**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2012.

PRADO JÚNIOR, C. **Encontro com Milton Santos, ou o mundo global visto do lado de cá**. Documentário. Produção: Tandler, S.; Tandler, A. R. Direção: Tandler, S. Rio de Janeiro: Caliban Produções Cinematográficas, 2006.

PRIMEIRA TERRA: Arquitetura Ecológica Integral. Disponível em: <<http://www.davidsheen-.com/firstearth/portuguese>>. Acesso em: 20 set. 2010.

ROCHA, J.; SANTANA FILHO, D. Justiça ambiental das Águas e Racismo Ambiental. In: **Justiça pelas Águas: Enfrentamento ao Racismo Ambiental**. Instituto de Gestão das Águas e Clima. Salvador: INGÁ, 2009.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SALE, K. **Dwellers in the land: The Bioregional Vision**. California: Sierra Club Books, 1985.

SANTOS, B. **Boaventura de Sousa Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 7. ed. Porto: Afrontamento, 1999.

SANTOS, B. **O social e o político na transição pós-moderna**. Plataforma Scielo, ISSN 0102-6445. 1993.

SANTOS, M. E. P. “Algumas considerações acerca do conceito de sustentabilidade: suas dimensões política, teórica e ontológica”. In: RODRIGUES, A. M. (org.). **Desenvolvimento sustentável, teorias, debates e aplicabilidades**. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, nº23, p. 13-48, maio 1996.

SANTOS, M. In: SEABRA, O.; CARVALHO, M. de & LEITE, J. C. **Território e sociedade: Entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SENAES, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília, MTE/SENAES, 2013.

SINGER, P. A Economia Solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, S. M. P (org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005.

SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. SOUZA, A. R. (org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TASCHNER, G. B. Lazer, cultura e Consumo. **RAE. Revista de Administração de**

Empresas, São Paulo, n. 4, 2000.

TYGEL, D. Economia Solidária e Educação Ambiental. In: FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Brasília: 2007.

UNITED NATIONS. **Report submitted by the Special Rapporteur on the right to food.** General Assembly, 2010.

WOOD JR, T . **Fordismo, Toyotismo e Volvismo:** os Caminhos a Indústria em Busca do Tempo Perdido. RAE. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 32, p. 6-18, 1992.